

Cintia Aparecida Chagas
Leandro Ribeiro Negreiros
Welder Antônio Silva

FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

ANÁLISE E PERSPECTIVAS ACERCA DE UMA
POSSÍVEL HARMONIZAÇÃO CURRICULAR

NYOTA

**FORMAÇÃO EM
ARQUIVOLOGIA NO BRASIL
ANÁLISE E PERSPECTIVAS ACERCA DE UMA
POSSÍVEL HARMONIZAÇÃO CURRICULAR**

Cintia Aparecida Chagas
Leandro Ribeiro Negreiros
Welder Antônio Silva

FORMAÇÃO EM
ARQUIVOLOGIA NO BRASIL
ANÁLISE E PERSPECTIVAS ACERCA DE UMA
POSSÍVEL HARMONIZAÇÃO CURRICULAR

Florianópolis-SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2021



Comitê Editorial e Científico

Felipe Meneses Tello (UNAM)	Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Mary Luz Alzate (UNAL)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Didier Álvarez Zapata (U. de A.)	Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Fernanda Oliveira (UFRGS)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Maria do Carmo Moreira Aguiar (UFRGS)	Lourenço Cardoso (UNILAB)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Mariana Cortez (UNILA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Barbara Barcellos (UFS)
Rubens Alves da Silva (UFMG)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Priscila Sena (FEBAB)
Elisângela Gomes (UFG)	Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC)
Vanessa Jamile Santana dos Reis (UFBA)	Samanta Coan (UFMG)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Rubens Alves da Silva (UFMG)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Priscila Sena (FEBAB)
Elisângela Gomes (UFG)	Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC)
Vanessa Jamile Santana dos Reis (UFBA)	Samanta Coan (UFMG)

Diagramação: Nathália Lima Romeiro; Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

C433f

Chagas, Cintia Aparecida

Formação em Arquivologia no Brasil: análise e perspectivas acerca de uma possível harmonização curricular / Cintia Aparecida Chagas; Leandro Ribeiro Negreiros; Welder Antônio Silva. - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; PPGCI/UFMG, 2021. (Selo Nyota)
216 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>.

ISBN 978-65-87264-75-2 (Impresso)

ISBN 978-65-87264-76-9 (E-book)

1. Arquivologia. 2. Formação. 3. Currículo. I. Chagas, Cintia Aparecida. II. Negreiros, Leandro Ribeiro. III. Silva, Welder Antônio. VI. Título.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil¹

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 jun. 2019.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 jun. 2019.

A todos aqueles que se dedicam a
formar arquivistas e construir a
Arquivologia no Brasil.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
-----------------------	-----------

Anna Carla Almeida Mariz

INTRODUÇÃO.....	17
------------------------	-----------

Capítulo 1	21
-------------------------	-----------

METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Capítulo 2	57
-------------------------	-----------

DA ARQUIVOLOGIA QUE FAZEMOS PARA A ARQUIVOLOGIA QUE QUEREMOS: MAPEAMENTO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Capítulo 3	91
-------------------------	-----------

INFLUÊNCIAS NA ESTRUTURAÇÃO DE CURRÍCULOS DE ARQUIVOLOGIA: AS CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO-INSTITUCIONAIS, O CONTEXTO REGIONAL, O MERCADO LABORAL E O PERFIL DOCENTE

Capítulo 4.....	121
HARMONIZAÇÃO CURRICULAR: ANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO-INSTITUCIONAIS E DO PERFIL DOCENTE DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL	
Capítulo 5.....	179
CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS	205
SOBRE AUTORA E AUTORES	215

PREFÁCIO

Anna Carla Almeida Mariz

A notícia de que o trabalho de Cintia, Leandro e Welder, abordando os currículos dos cursos de Arquivologia brasileiros, seria publicado em forma de livro, deixou-me duplamente feliz. Primeiro, pela qualidade e pela importância deste material, no panorama da Arquivologia brasileira como ciência e seu valor como instrumento fundamental de formação de seus profissionais.

A formação de arquivistas sempre foi um desafio, especialmente por ser uma profissão com um campo de atuação tão vasto, com tantas possibilidades. A necessidade de aprofundar discussões nesta área, fez com que os autores comessem a desenvolver um conjunto de textos que está organizado e sistematizado nesta obra.

Os primeiros Cursos de Arquivologia do país necessitavam seguir o Currículo determinado pela Resolução do Conselho Federal de Educação³, que vigorou de 1974 a 1996. O Currículo Mínimo para a Arquivologia privilegiava o tratamento técnico de arquivos permanentes e orientava para a formação profissional, não aprofundando questões em relação à reflexão e à pesquisa arquivística, assim como suas dimensões sociais de acesso aos documentos e informações como, por exemplo, os direitos fundamentais nas sociedades democráticas. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁴, de 1996, a obrigatoriedade do Currículo Mínimo deixou de existir, dando aos Cursos a liberdade para definirem os seus planos curriculares e seus Projetos Político-Pedagógicos.

³ Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974, do CFE.

⁴ BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

Um país, tão extenso e heterogêneo, apresenta inúmeras realidades, que serão necessariamente refletidas em suas instituições e cursos. Nesta conjuntura, começaram a surgir preocupações com relação à harmonização curricular. Em uma reunião de coordenadores de cursos, na segunda Reparq, no Rio de Janeiro, em 2012, essas discussões começaram a tomar forma. Para alcançar essa harmonização, inicialmente era necessário conhecer o cenário que se apresentava naquele momento. Os autores desta obra, então, se incumbiram desse trabalho tão desafiador que tem como produto os textos reunidos na obra aqui apresentada.

O conjunto de artigos que forma este livro começou a ser elaborado anteriormente a isso, por conta de uma reforma curricular do curso dos autores, o da UFMG. A metodologia criada pelos professores do curso, apresentada aqui, já é uma primeira e importante contribuição para os outros cursos aplicarem, ao empreenderem as suas reformas. A partir daí, a pesquisa, que buscava inicialmente atender às demandas específicas da UFMG, tomou outros caminhos e proporções e ganhou o país.

Trata-se de uma obra indispensável para todos aqueles que se dedicam ao tema, que vivenciam o ensino da Arquivologia, que atuam formando os profissionais arquivistas: os professores dos cursos que estarão desenhando os currículos em sua vivência do dia a dia, e os dirigentes dos cursos que vão definir, implementar e empreender reformas. Traduz-se também em uma base sólida para conseguirmos uma harmonização curricular que respeite as especificidades e diferenças necessárias a cada cenário que temos neste país, com realidades tão diversas. Além de um importante registro para os pesquisadores, que terão, no futuro, onde pesquisar sobre o ensino da Arquivologia brasileira da década de 2010.

O tempo transcorrido, entre o desenvolvimento das pesquisas e a reunião de todas elas em uma publicação única, permitiu um distanciamento e um consequente amadurecimento em relação aos textos e à transformação de trabalhos independentes em uma obra coerente, coesa, fluida

e orgânica. O fato de reunir todos os textos produzidos permite uma visão global do que foi a pesquisa, suas várias etapas e seu encadeamento.

Particularmente interessada nas questões aqui apresentadas, e não apenas por ter exercido durante tanto tempo (cerca de dez anos) a direção da Escola de Arquivologia da UNIRIO, primeiro curso superior na área do Brasil, cuja história é determinante para a construção do ensino da ciência dos arquivos no nosso país, como também por ter vivenciado, no dia a dia, questões relacionadas aos currículos: como operacionalizar, planejar, implantar; ter participado de reformas e ajustes curriculares, não só como Diretora da Escola, mas ainda como professora.

A partir destas experiências e de pesquisas sobre a história do Curso de Arquivologia que hoje é oferecido pela UNIRIO, desenvolvi estudos abordando as estruturas curriculares e fui me aproximando desta temática. Por esta razão, tenho acompanhado, com tanto interesse, o trabalho dos autores.

Tive o privilégio e o prazer de estar envolvida, seja respondendo às pesquisas, assistindo às apresentações nos eventos, participando dos debates, utilizando os resultados etc. No momento em que iríamos iniciar os diálogos para mais uma reforma curricular, na UNIRIO, pedimos para que eles apresentassem a metodologia utilizada pela UFMG, no auditório da UNIRIO, para toda a comunidade que iria se envolver no processo. Eles, gentilmente, se dispuseram a fazê-lo, o que nos propiciou uma excelente discussão.

Os desenhos curriculares, tais como são hoje, foram necessários inicialmente no sentido de construir o ensino coletivo, tendo, como questões importantes, a organização temporal, o agrupamento dos alunos e a seleção e organização dos saberes que farão parte do currículo.

O currículo, por sua vez, entendido, pela área da Educação, como um plano formal das atividades/experiências de ensino e de aprendizagem, busca definir quais conteúdos serão ensinados e como ordená-los cronologicamente. O planejamento das atividades deve ser definido segundo

critérios objetivos e científicos. Os saberes precisam ser transformados para fins de ensino e podem ser organizados de diferentes maneiras, embora exista uma predominância da lógica da organização por disciplinas.

Neste cenário, a atuação do docente é essencial. Ele é protagonista na definição do produto final. Em última instância, cabe a ele a tarefa de implementar, no cotidiano da sala de aula, o que foi definido na elaboração, na fase de planejamento do currículo. O que será feito, com base nos recursos dos quais o professor dispõe, vai depender de uma série de fatores, tais como, sua formação, suas experiências profissionais e de vida, área em que atua com mais regularidade, entre outros.

Na fase da implantação, vem à tona o que, durante o planejamento e a elaboração, não se consegue prever. Ainda assim, após as fases de elaboração do currículo e da implantação, o processo não está finalizado. Nesse contexto, os currículos devem ser acompanhados e avaliados de forma contínua e sistemática, pois só assim serão aperfeiçoados e atualizados, capazes de atender e superar os novos desafios e necessidades que nossas dinâmicas sociais nos impõem cotidianamente, especialmente, na formação de profissionais. Daí a importância dos processos de reforma curricular, que visam a melhorar a qualidade do ensino, refletir sobre mudanças determinadas pela sociedade, entre outros objetivos.

A necessidade da aplicação deste saber, destas teorias dos estudos da área da Educação, na formação dos arquivistas, passou historicamente por várias fases. As atividades dos arquivistas se ampliaram muito, com o passar do tempo, e desde que o ensino de Arquivologia começou a se institucionalizar no Brasil. Atualmente, é esperado da formação dos arquivistas que sejam atendidas as necessidades de uma sociedade mais participativa, mais democrática e crítica. O mundo do trabalho mudou, assim como suas obrigações e demandas impuseram novos parâmetros jurídicos sobre os documentos, os arquivos e os arquivistas. Vivemos outras culturas e exigimos outros

profissionais, cuja capacidade técnica esteja alinhada com seu comprometimento social mais amplo.

É preciso saber qual é o perfil do profissional que se quer formar e isso não pode ser determinado apenas pelo que exige o mercado de trabalho. O desenho do primeiro curso, que nasceu no Arquivo Nacional e tinha, como objetivo, formar profissionais para desenvolver atividades na própria instituição e atender às demandas do serviço público, era extremamente tradicional, voltado para a documentação permanente e oficial. Atualmente, o arquivista tem que ser preparado para atuar em qualquer arquivo, o que se traduz em um espectro extremamente amplo. Há demanda por arquivistas com perfis diversos, o que exigiu mudanças nos cursos de graduação, bem como na qualificação do corpo docente.

A professora Heloisa Bellotto (2014)⁵ defende que a formação universitária na área da Arquivologia seja o instrumento mais importante para que a atividade passe definitivamente de ocupação à profissão, e que, para isso, é necessário formar profissionais que compreendam muito bem a essência do arquivo, partindo das bases, princípios e técnicas concernentes ao objeto real da Arquivologia.

Cintia, Leandro e Welder destacam, neste trabalho, que existe um corpo de saberes que deve figurar em todos os currículos de Arquivologia do Brasil, e outros, que devem partir da percepção de fatores importantes, entre eles, o contexto regional, a capacidade docente instalada na instituição, o mercado laboral e as configurações acadêmico-institucionais.

A pesquisa reunida nesta obra é o resultado de um trabalho longo e complexo, elaborado no decorrer de alguns anos, com várias fases e desdobramentos, muitos diálogos em diferentes espaços e com diferentes atores. Motivo por que

⁵ BELLOTTO, H. L. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 251-252.

ficou tão amplo, com uma visão tão completa das realidades da formação de arquivistas, no Brasil.

O conteúdo destes textos, ao serem publicados em veículos diferentes e à medida em que eram elaborados, já era de suma importância para as discussões curriculares na Arquivologia, antes mesmo da sua publicação como coletânea. Mas a união deles em uma única obra é essencial para trazer um panorama global de toda a pesquisa realizada, permitindo ainda compreender o seu processo. Leitura indispensável para todos os que, de alguma forma, atuam ou querem atuar na formação de arquivistas.

Que os textos reunidos aqui, frutos de muita dedicação e reflexão dos autores e de outros atores da área, possam gerar mais frutos, e certamente contribuir para o fortalecimento da Arquivologia.

Finalmente, mas não menos importante, chego ao segundo motivo que mencionei no primeiro parágrafo deste prefácio: por gostar imensamente de cada um dos autores, por saber do valor deles como profissionais, do tanto que ainda vão contribuir para a nossa área, mas também como pessoas, especiais que são, e a quem desejo todo o sucesso do mundo. Sei que o terão, a obra e os autores. Agradeço pela oportunidade de acompanhar este trabalho e por estar presente nesta etapa também.

INTRODUÇÃO

O conteúdo que será apresentado nesta publicação não é inédito. Ao contrário, seus capítulos foram diversas vezes discutidos, apresentados e publicados. É, inicialmente, uma obra coletiva, feita a várias mãos, além das dos autores que aparecem destacados na capa deste livro. Há, nas páginas que se seguirão, muitas contribuições de coordenadores, professores e pesquisadores da Arquivologia do Brasil, que fizeram comentários à metodologia apresentada, manifestaram contribuições para melhorá-la e, sobretudo, responderam criteriosamente às diversas abordagens da pesquisa.

Há significado, no entanto, na consolidação, com algumas alterações, das ideias apresentadas em eventos voltados, principalmente, para o ensino da Arquivologia no Brasil; em artigos de periódicos da área; e em capítulo de anais de eventos que abordaram a teoria e a prática arquivísticas. Agradece-se, portanto, aos diversos editores e pareceristas cujas contribuições para este resultado também foram muito importantes. O valor do presente trabalho é, portanto, apresentar-se consolidado, para que todos os estudos que tiveram origem na metodologia de análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia possam ficar organizados e com acesso facilitado a todos os pesquisadores que deles precisarem para dar continuidade às pesquisas de formação em Arquivologia no Brasil.

Para facilitar o entendimento de como esse trabalho foi construído, é importante destacar a cronologia da pesquisa:

- 2010/2011 – Criação da metodologia que viria a ser utilizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para reformulação do currículo do curso de Arquivologia;

- 2012 – Apresentação da metodologia utilizada na UFMG e, em conjunto com os pares da área, decisão pela análise dos currículos dos cursos de Arquivologia do país, utilizando-se do primeiro procedimento metodológico da metodologia;
- 2013 – Apresentação dos resultados da análise de todos os currículos de Arquivologia do Brasil na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ);
- 2015 – Publicação do artigo: "Influências na estruturação de currículos de Arquivologia: as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional, o mercado laboral e o perfil docente";
- 2015 – Apresentação dos resultados da análise de todos os currículos de Arquivologia do Brasil relativos às configurações acadêmico-institucionais e perfil docente, na IV REPARQ; e
- 2017 – Encerramento da pesquisa com apresentação dos resultados da pesquisa "Rumo à harmonização possível...", na V REPARQ.

Ao longo desses anos foi possível conhecer a formação arquivística no Brasil mais de perto e, sobretudo, aproximar os cursos para uma reflexão maior sobre a estruturação curricular e seus impactos na vida dos discentes e no percurso em busca de uma harmonização curricular possível.

O primeiro capítulo apresenta o suporte teórico e os procedimentos metodológicos da metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia, destacando, ao discutir os processos de reestruturação curricular, a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, registra o cenário, de 2012, dos currículos de Arquivologia brasileiros, apontando tendências da formação dos alunos de Arquivologia.

O segundo capítulo apresenta as principais discussões sobre a intenção de se buscar uma harmonização curricular dos cursos de Arquivologia no Brasil. Parte-se da análise da Arquivologia existente nos currículos para a reflexão da Arquivologia que pretendemos ter registrada na formação dos discentes. Esta fase da pesquisa baseou-se no levantamento das disciplinas presentes nos currículos dos cursos analisados e na classificação delas de acordo com categorias preestabelecidas na metodologia apresentada no primeiro capítulo.

O terceiro capítulo apresenta os avanços das discussões sobre a estrutura e as especificidades de cada curso – que abrangem as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional e o mercado laboral – e do perfil docente. Além disso, apresenta-se o questionário elaborado para o levantamento de dados desses fatores, o piloto realizado na ECI/UFMG e as considerações sobre o teste deste instrumento.

O quarto capítulo, por sua vez, apresenta, em decorrência da aplicação do questionário apresentado no capítulo anterior, todos os resultados da pesquisa realizada com 14 cursos e 93 docentes de Arquivologia do país para embasar as discussões acerca da interferência das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente na estruturação ou reestruturação curricular de cursos de graduação em Arquivologia.

Por fim, o quinto capítulo, buscando realizar um fechamento da pesquisa realizada pelos autores deste livro, apresenta os resultados da verificação de como a metodologia e a pesquisa realizada contribuíram para os estudos e efetivas reformulações e estruturações curriculares dos cursos de Arquivologia no Brasil.

As considerações finais têm a intenção de apontar os achados de cada uma das etapas da pesquisa, destacando seus aspectos relevantes, bem como os apontamentos de melhoria. Alguns anos se passaram desde a finalização desta pesquisa, mas ela é ainda aporte para outros estudos em andamento que buscam o constante aprimoramento do

processo de formação de discentes em Arquivologia e o impacto dessa formação nas instituições de ensino e seu entorno.

Capítulo 1

METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ⁶⁷

2012

Com o passar dos anos, a formação do bacharel em Arquivologia sofreu mudanças e ainda necessita de modificações significativas e fundamentais, tendo em vista: as novas tecnologias; as demandas conjunturais e circunstanciais; os novos desafios; a ampliação do mercado de trabalho; os novos papéis do arquivista; a evolução e desenvolvimento das questões epistemológicas e pragmáticas da Arquivologia e a ampliação das suas fronteiras interdisciplinares; os novos perfis de alunos; as trajetórias dos

⁶ Publicado originalmente em: NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5., 2012, Salvador. *Anais... Arquivologia e Internet: conexões para o futuro*. Salvador: AABA/ENARA, 2012.

⁷ Nosso agradecimento especial à Tatiane Krempser Gandra, na época doutoranda do curso de Ciência da Informação da UFMG, pelo apoio incondicional à execução da metodologia.

docentes; e os deslocamentos e a ampliação dos locais de formação, de produção de conhecimento e de pesquisa.

Tais mudanças refletem, conseqüentemente, uma demanda por novos conteúdos curriculares, o que vem sendo discutido tanto no âmbito daqueles cursos que compõem um quadro mais amplo de vivência e experiências na área, quanto no âmbito dos cursos criados nos últimos anos.

Fato é que essas mudanças não ocorrem na velocidade que as instituições, os cursos, o mercado, os docentes e os discentes carecem e a transição se torna, por vezes, mais lenta, haja vista as dificuldades, tanto teóricas quanto práticas, de se reestruturar uma grade curricular. Nesse caminho, objetiva-se apresentar uma metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia, como forma de facilitar os processos de reestruturação das grades de disciplinas, sistematizar as discussões em reuniões com essa temática e acompanhar as preocupações constantes com as questões de ensino e pesquisa na área.

Este capítulo inicial apresenta: um panorama dos currículos de Arquivologia brasileiros, descrevendo tendências no que se refere à formação de discentes na área; discute os processos de reestruturação curricular, apresentando, mais de perto, o caso do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG); expõe a metodologia utilizada, tanto no que se refere a sua sustentação teórica, quanto a seus procedimentos metodológicos; realiza reflexões sobre a metodologia criada, com o intuito de indicar qualidades/melhorias e outros estudos possíveis a partir dessa iniciativa.

1 PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

De acordo com Goodson (1995), a palavra currículo vem da palavra italiana *scurrere* (correr) e se refere a curso. Segundo esse autor, uma das implicações etimológicas é que “currículo” se define como um curso a ser seguido. Nessa visão, contexto e construções sociais não constituem um

problema, pois, por implicação etimológica, o poder de “definição da realidade” é posto firmemente nas mãos daqueles que “esboçam” e definem o curso. Mais do que curso a ser seguido, o autor entende o currículo como construção social, primeiramente, em nível da própria prescrição, mas, depois, também em nível de processo e prática. Assim, os currículos são construídos e reconstruídos na prática da escolarização, havendo a participação de alunos e professores nesse processo.

A reestruturação curricular é uma necessidade advinda, por vezes, das modificações da realidade social. Reformar um currículo significa incorporar elementos que garantam sua adequação e legitimidade dentro do contexto educacional e social em que se insere. Nos processos de reforma curricular, o papel do docente é essencial. Em última instância, é aos professores que cabe a tarefa de implementar no cotidiano da sala de aula o que foi definido quando da elaboração do currículo (MARIZ, 2012, p. 195).

No Brasil, os processos de reestruturação curricular ocorridos nas duas últimas décadas, sobretudo após a aprovação da Lei Federal nº 9131, de 1995 (BRASIL. Presidência da República, 1995), e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL. Presidência da República, 1996), estão relacionados às grandes transformações sofridas pelo sistema capitalista após a chamada “terceira revolução industrial”. Essa nova fase do capitalismo, marcada, sobretudo, pela valorização da informação como mercadoria, permitiu mudanças revolucionárias nos processos produtivo e organizacional da produção, reduzindo os níveis de emprego. O declínio da força de trabalho global é registrado na indústria, na agricultura e até no setor de serviços. Exceção é registrada nas áreas profissionais que lidam com a informação e com o conhecimento, que apresentam um processo de expansão (RIFKEN, 1995 apud CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001). De acordo com esses autores, na ótica empresarial, prevalece o entendimento de que os novos perfis profissionais e os modelos de formação exigidos atualmente pelo paradigma de produção capitalista podem ser expressos,

resumidamente, em dois aspectos: polivalência e flexibilidade profissionais. Esses aspectos estariam postos para todos os ramos de atividade e para todas as instituições educativas e formativas, sobretudo escolas e universidades. Nesse contexto, a questão dos currículos de graduação começou a ganhar importância a partir de 1995 e, dentre os principais elementos que desencadearam essa movimentação na área, estão:

- a) a Lei nº 9.131/95 que, ao criar o Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu como uma das competências desse órgão deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo MEC, para os cursos de graduação (letra “c” do parágrafo 2º do art. 9º);
- b) a nova LDB que, no inciso II do artigo 53, cria a necessidade de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e permite a eliminação dos chamados currículos mínimos, tornando os currículos de graduação mais flexíveis;
- c) a intensificação das discussões internacionais e nacionais sobre diplomas e perfis profissionais, face às mudanças na sociedade contemporânea e, particularmente, no mundo do trabalho;
- d) o processo desencadeado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, em 1997, objetivando a implementação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação;
- e) a definição de Padrões de Qualidade para os Cursos de Graduação, pela SESu;
- f) o estabelecimento de critérios sobre a constituição de comissões e procedimentos de avaliação e verificação de cursos superiores;
- g) o posicionamento assumido pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação, especialmente no Plano Nacional de

Graduação, em prol de Diretrizes Curriculares gerais e do fortalecimento dos projetos pedagógicos institucionais e dos cursos de graduação (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 73).

Ainda de acordo com esses autores, a flexibilização curricular presente na elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de graduação está intimamente associada à reestruturação produtiva do capitalismo global, particularmente à acumulação flexível e à flexibilização do trabalho. Está associada, também, à ideia de que só a formação de profissionais dinâmicos e adaptáveis às rápidas mudanças no mundo do trabalho e às demandas do mercado de trabalho poderá responder aos problemas de emprego e de ocupação profissional (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001).

No caso dos cursos de Arquivologia, as enormes transformações vivenciadas pela área têm levado a profundas reflexões sobre a própria configuração da profissão de arquivista, devido à grande transformação de seu objeto, o documento. Este vem se materializando em diversos formatos e suportes, que demandam novos conhecimentos e novas formações, antes pouco explorados ou valorizados pela profissão. Mais do que gerir, guardar, conservar e dar acesso a documentos em suporte tradicional, o arquivista deve estar apto a lidar com uma infinidade de suportes e formatos surgidos no contexto da chamada “revolução digital”. Documentos codificados em dígitos binários têm o potencial de transformar a profissão de arquivista da mesma maneira que a imprensa revolucionou a escrita.

Nesse contexto de mudanças, os cursos de Arquivologia têm que fornecer o instrumental teórico-prático para a formação de um novo profissional, cujo embasamento nos clássicos conceitos da arquivística devem ser valorizados e reforçados. Assim, desde meados dos anos 1990, os cursos de Arquivologia implantados no país vêm passando por ajustes, de modo a adequar os currículos à ideia da flexibilização

curricular e ao fim dos chamados currículos mínimos. Além disso e, ao mesmo tempo em que se transformam, os cursos se tornam mais adequados às novas demandas da área de atuação do arquivista. O profissional formado por esses cursos deve estar apto a interagir com toda a estrutura organizacional das instituições, atuando como gestor da informação arquivística, com o objetivo de atender à administração, além de zelar e proteger a memória e a cultura nacionais e de produzir conhecimento através de pesquisas científicas (MARIZ, 2012).

2 UM RETRATO DOS CURRÍCULOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Em 1970, Astrea de Moraes e Castro, Chefe do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados e membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros, encaminhou ao Conselho Federal de Educação um projeto para a criação do Curso Universitário de Arquivos nas Universidades Brasileiras. No projeto oferecido ao Conselho Federal de Educação (CFE), constava a justificativa para a criação do Curso Superior de Arquivos, a sugestão de um Currículo e os Programas das Disciplinas. Astrea sugeriu que o curso de Arquivologia deveria se estender por, no mínimo, três anos e, no máximo, por cinco, com duração de 2400 horas; constando no seu currículo mínimo ⁸as seguintes disciplinas: Técnica e Ciência dos Arquivos; História do Brasil; Geografia Geral e Cartografia; História do Direito e das Instituições Brasileiras e Portuguesas; Notariado; Organização Administrativa e Constitucional Brasileira; Bibliografia; Genealogia e Heráldica; Paleografia, Diplomática e Sigilografia; Noções de Estatística; Noções de Contabilidade Geral e Pública; Francês e Inglês; Conservação de

⁸ Astrea de Moraes e Castro contou com a ajuda das professoras Celina Coelho de Jesus, Lourdes Costa e Souza, Maria Luiza Stallard Dannemann e Marilena Leite e Paes para a elaboração do Currículo do Curso Superior de Arquivos.

Documentos; Reprodução de Documentos; e Informática (CASTRO, 1973).

Acreditava-se, nessa época, que o nível universitário traria como consequência a elevação da carreira de arquivista em todo o país, banalizando de uma vez por todas as práticas eruditas e a omissão por parte do governo brasileiro quanto às causas arquivísticas. O projeto foi aprovado em 7 de março de 1972.

Com a autorização do CFE, para a criação do Curso Universitário de Arquivologia, em 1972, a formação em arquivologia recebeu, em janeiro de 1973, um mandato universitário brasileiro, quando o Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional, criado em 1960, na gestão de José Honório Rodrigues, passou a ser reconhecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Porém, seu currículo mínimo foi aprovado em 1974⁹, abrangendo 12 disciplinas: Introdução ao Estudo da História; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo (I a V); Documentação; Introdução à Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado; e uma língua estrangeira moderna. O curso foi fixado em 2160 horas-aulas, as quais eram distribuídas entre três e cinco anos, incluindo, ainda, um estágio supervisionado em instituição especializada, devendo conter 10% do total das horas-aulas previstas. O curso oferecia a habilitação geral (Bacharelado), mas a resolução do CFE possibilitava a criação de algumas habilitações específicas como: Arquivos Empresariais, Arquivos Escolares, Arquivos Históricos, Arquivos Oficiais, Arquivos Científicos etc.

Passados 42 anos, hoje, no Brasil, são oferecidos 15 cursos de Arquivologia¹⁰, a saber: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), criado em 1973; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criado em 1977; Universidade Federal Fluminense (UFF), criado em 1979;

⁹ Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974, do CFE.

¹⁰ Esse era o número de cursos de Arquivologia na época da pesquisa.

Universidade de Brasília (UnB), criado em 1991; Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1997; Universidade Estadual de Londrina (UEL), criado em 1998; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), criado em 1999; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2000; Universidade Estadual Paulista (UNESP – Marília), criado 2003; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), criado em 2006; Universidade Federal do Rio Grande (FURG), criado em 2008; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), criado em 2008; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criado em 2009; Universidade Federal do Amazonas (UFAM), criado em 2009; e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 2010¹¹.

Em 2010, os docentes e pesquisadores em Arquivologia das universidades brasileiras, reunidos em Brasília, durante a I Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), recomendaram a criação de um grupo de trabalho para estudar a harmonização mínima dos currículos de Arquivologia no Brasil, respeitando as contingências históricas e as configurações atuais de cada curso. Na ocasião, docentes representantes dos 15 cursos de graduação em Arquivologia brasileiros apresentaram o histórico (particularidades, percurso, problemas e desafios) e a situação, naquele momento, do ensino e da pesquisa, dos seus respectivos cursos, “constituindo uma visão ao mesmo tempo diacrônica e sincrônica da graduação em Arquivologia no Brasil” (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011, p. 13). Em relação aos currículos, os dados apresentados serão abordados abaixo.

¹¹ No *site* do Ministério da Educação constava, à época, que existiam cursos de Arquivologia em atividade na Universidade Federal do Pará (UFPA) e no Centro Universitário Assunção (UNIFAI), todavia não constavam as datas de criação dos referidos cursos. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Tais informações também não foram encontradas nos *sites* das referidas universidades. Disponíveis em: <http://www.portal.ufpa.br/>; <http://www.icsa.ufpa.br/>; http://www.unifai.edu.br/principal_inter.asp e http://www.unifai.edu.br/internet_cat_curso.asp?codcursotipo=1. Acesso em: 20 jul. 2012.

Na UNIRIO, o currículo, que estava na terceira edição, possuía uma carga horária de 2.400 horas, mantendo articulados teoria e prática, por meio de estágios curriculares (360 horas), prática de organização em arquivos e iniciação à pesquisa. Este currículo foi implantado em 2007 e trouxe, como inovação, uma menor quantidade de disciplinas obrigatórias e igual carga horária de disciplinas optativas (840 horas), maior flexibilidade nos pré-requisitos, um caráter mais humanista, crítico e menos técnico, maior importância à pesquisa, inclusão de atividades complementares (160 horas de atividades de enriquecimento curricular e de natureza acadêmica, cultural, artística, científica, ou tecnológica, que possibilitam a complementação da formação no âmbito do conhecimento de diferentes áreas do saber e/ou no âmbito da preparação ética, estética e humanística) (MARIZ; SILVA, 2011, p. 340-350).

Na UFSM, o currículo em vigor era de 2004 (segunda edição). Todavia, a grade curricular estava em conformidade com a Resolução 28/1974 do CFE, que exigia currículo mínimo. O currículo, à época do I Reparo, exigia 2550 horas para integralização, sendo 1845 horas em disciplinas obrigatórias, 225 horas em estágio supervisionado e 480 horas em disciplinas complementares de graduação (300 horas) e atividades complementares de graduação (180 horas). A parte fixa do currículo (disciplinas obrigatórias e em estágio supervisionado) estavam distribuídas em 7 semestres (CASTANHO; SILVA, 2001, p. 287-292).

Na UFF, o currículo, também implantado em 2007 e na terceira edição, possuía uma carga horária de 2.660 horas e estava composto por um núcleo de formação comum entre os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, um núcleo de formação específica (1950 horas para os dois núcleos) e um núcleo de formação complementar (320 horas), com disciplinas optativas (150 horas) e atividades acadêmicas complementares (240 horas) também para os dois cursos. Em relação às atividades acadêmicas, estas compreendiam, na ocasião, a participação dos discentes em atividades de pesquisa, monitoria, extensão, eventos e outras atividades

acadêmicas e culturais, orientadas por docentes, e estágios supervisionados sob responsabilidade de cada docente (120 horas) (RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2011, p. 424-429).

Na UnB, os conteúdos curriculares (que se encontravam na primeira edição) abrangiam um núcleo básico de conhecimentos – composto por disciplinas obrigatórias e que compunham a identidade específica do curso – e uma flexibilização na estrutura curricular para atender aos interesses e necessidades particulares dos discentes e ampliar as oportunidades de realizarem atividades acadêmicas, científicas, culturais, de extensão e complementares - composto por disciplinas optativas e módulo livre, respectivamente. Os discentes deveriam cumprir 2400 horas, das quais 1560 horas seriam de disciplinas obrigatórias e 240 horas de estágio supervisionado (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011, p. 113-119).

Na UFBA, o currículo estava na segunda edição, implementada em 2009, e possuía uma carga horária de 2445 horas. Estas 2445 horas foram divididas entre componentes obrigatórios (1921 horas), componentes optativos (374 horas) – oferecidos a partir do quinto semestre - e atividades complementares (150 horas). Entre os componentes obrigatórios, encontrava-se um estágio de 306 horas (FREIXO, 2011, p. 214-215).

Na UEL, o currículo, que se encontrava na terceira edição, implantada em 2010, exigia que o discente cumprisse 3060 horas. A carga horária foi dividida em 8 semestres letivos, sendo 2652 horas destinadas às disciplinas obrigatórias, 408 horas às disciplinas optativas e 102 horas às atividades acadêmicas do curso ou atividades pedagógicas complementares (estágio voluntário, participação em eventos da área ou correlatos, cursos extracurriculares na área ou correlatos e atividades de pesquisa – participação em projetos). Os estágios e o TCC tinham uma carga horária semestral de 90 horas¹². As disciplinas foram inseridas em 6 eixos integradores: fundamentos teóricos e práticos da

¹² Considerou-se, nesse caso, a hora/aula de 60 minutos.

arquivística; gestão arquivística da informação; gestão de documentos arquivísticos; instrumentalização arquivística; pesquisas e práticas profissionais; e tecnologia da informação (ARAUJO; BARTALO; LUNARDELLI, 2011, p. 165-168).

Na UFES, o currículo previa uma carga horária de 3030 horas, destas, 1530 horas eram obrigatórias e 1500 horas eram optativas, sendo que, para integralizar o curso, precisava cumprir 1530 horas da carga horária obrigatória e 870 horas da carga horária optativa. As disciplinas foram agrupadas em 4 grandes famílias: fundamentos da arquivística; funções arquivísticas; organização e gestão dos serviços arquivísticos (em que constam os estágios supervisionados e o TCC); e disciplinas contributivas à formação do aluno (MALVERDES; MORAES, 2011, p. 316-318).

Na UFRGS, o currículo oferecia uma sequência de disciplinas obrigatórias e eletivas, as quais estavam agrupadas em 3 áreas, abrangendo os conteúdos mínimos fixados pelo CFE, a saber: fundamentação geral; habilidades instrumentais; e conhecimentos específicos. Na prática, o currículo oferecia 30 disciplinas (116 créditos) de caráter obrigatório; 42 disciplinas de caráter eletivo, das quais o discente precisava cursar 16 créditos para integralização curricular. Além disso, o aluno necessitava integralizar 9 créditos complementares, entre uma série de atividades dispostas, e cumprir atividades de ensino computadas em número de horas, sendo 2 estágios curriculares obrigatórios, de 150 horas cada, uma atividade de introdução ao TCC, de 30 horas, e o TCC, com carga de 150 horas, totalizando 2625 horas (CONRADO; TEIXEIRA, 2011, p. 389-402).

Na UNESP-Marília, o currículo, que estava na sua primeira edição, era composto por um núcleo geral e um núcleo específico, somando juntos 2772 horas. O discente também tinha que cursar 60 horas de disciplinas optativas e 252 horas de estágio supervisionado. O currículo foi estruturado a partir da base teórica da Ciência da Informação, preservando as especificidades das áreas no caso, Arquivologia e Biblioteconomia, de modo que eram

oferecidas disciplinas comuns aos dois cursos (BIZELLO; MADIO, 2011, p. 190-195).

Na UEPB, o currículo, que se encontrava na sua primeira edição, tinha como base os blocos de atividades básicas (2160 horas), complementares (1160 horas) e eletivas (200 horas), totalizando 3520 horas. O primeiro bloco configurava-se no eixo temático de gestão da informação arquivística, enquanto o segundo e o terceiro configuravam-se no eixo temático de recursos interdisciplinares para a gestão da informação arquivística e no eixo temático dos conhecimentos adicionais para a gestão da informação arquivística, respectivamente (BARRANCOS, 2011, p. 127-134).

Na FURG, o currículo estava na sua primeira edição, compreendendo uma carga horária de 2400 horas, dividida entre disciplinas obrigatórias (1590 horas), disciplinas optativas (450 horas), estágios (240 horas), TCC (120 horas) e atividades complementares (240 horas). As atividades complementares compreendiam: atividades tecnocientíficas relacionadas à Arquivologia (participação como assistente, organizador ou colaborador em eventos científicos e acadêmicos); visitas técnicas, cursos extracurriculares, estágios voluntários e monitorias; atividades relacionadas a programas e projetos de iniciação científica e tecnológica, projetos de extensão, participação em grupos de estudo, publicação de produção intelectual e tecnocientífica em anais de eventos, periódicos especializados, coletâneas, jornais e outras publicações (SCHIAVON; SILVA, 2011, p. 362-363).

Na UFPB, o currículo também estava na sua primeira edição e os conteúdos básicos profissionais possuíam 1440 horas e os conteúdos complementares, 1320 horas, totalizando 2760 horas. Os conteúdos profissionais estavam divididos em conteúdos de formação básica (1140 horas) e estágios supervisionados (300 horas), enquanto os conteúdos complementares estavam divididos em conteúdos complementares obrigatórios (960 horas), conteúdos complementares optativos (240 horas) e conteúdos complementares flexíveis (120 horas) (BRITO, 2011, p. 237-238).

Na UFMG, o currículo, que se encontrava na sua primeira edição, foi constituído em conjunto com os currículos de Biblioteconomia e Museologia. O currículo estava estruturado em três partes: tronco comum aos três cursos, tronco específico e flexibilização curricular, somando 2400 horas. O tronco comum era constituído por 960 horas, distribuídas em 17 disciplinas. O tronco específico era constituído por 570 horas, distribuídas em 10 disciplinas. O tronco de flexibilização era constituído de 630 horas as quais deviam ser cumpridas em outras atividades acadêmicas como: formação complementar (disciplinas optativas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Direito, Administração e Negócios, Ciência da Computação, Ciências Humanas, Preservação e Conservação de Bens Culturais ou Artes e Educação); formação livre (atividades acadêmicas que não fazem parte de sua formação específica ou complementar, com base em seus interesses individuais); e outras atividades geradoras de crédito (participação em eventos, atividades de extensão, publicações e outras.) (PAIVA, 2011, p. 255-258).

Na UFAM, o currículo, que também estava na primeira edição, contemplava conteúdos gerais e específicos, os quais estavam reunidos em 5 grupos de disciplinas/atividades: formação geral, formação específica, formação complementar, atividades complementares e estágio curricular. O currículo compreendia 2625 horas (157 créditos). As disciplinas obrigatórias relativas ao conteúdo "formação geral" integralizavam 34 créditos. As disciplinas obrigatórias relativas ao conteúdo formação específica, entre elas o TCC, integralizavam 105 créditos. As disciplinas optativas relativas ao conteúdo formação complementar integralizavam 23 créditos, mas o discente só era obrigado a cumprir 14. O módulo livre relativo ao grupo de atividades complementares integralizava 7 créditos (LIMA, 2011, p. 304-307).

Na UFSC, o curso tinha sido criado naquele ano de 2010 e o currículo previa 2826 horas. O currículo possuía disciplinas obrigatórias (2268 horas), disciplinas optativas (432 horas), estágio obrigatório (144 horas), atividades práticas (126

horas) e TCC (144 horas). Os conteúdos estavam distribuídos em atividades acadêmicas de formação geral, atividades acadêmicas destinadas a oferecer referências de outros campos de conhecimentos complementares e indispensáveis à formação em Arquivologia (BAHIA; SOUZA; BLATTAMAN, 2011, p. 274-275).

Como se percebe, à época da I Reparq, os cursos de Arquivologia do país, de forma geral, apresentavam semelhanças e divergências, sendo que as últimas são bastante perceptíveis quando as questões são: a quantidade de horas/aula (entre 2400 e 3520 horas) e a forma de estruturação dos currículos: currículo mínimo; núcleo de formação comum entre cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, algumas vezes tendo como base a Ciência da Informação; agrupamento das disciplinas por famílias, áreas, eixos integradores, blocos e grupos com diferentes perspectivas.

Ainda sobre os cursos de graduação e currículos de Arquivologia no Brasil, Souza (2011), na obra *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*, fez uma análise e constatou que:

- a) os diferentes espaços geográficos, as demandas do mercado de trabalho e a vertente dos currículos influenciam nos objetivos dos cursos;
- b) somente dois cursos, UFBA e UFSM, possuem objetivos similares que concentram-se na valorização dos arquivos. Enquanto a pesquisa científica está presente nos objetivos do curso da UNESP-Marília, o mercado de trabalho tem uma posição destacada no curso da FURG e os demais cursos apresentam, como objetivos, a gestão de acervos, a gestão de sistemas de informação com aplicação das novas tecnologias, além de enfocarem a política de acesso;

- c) o programa acadêmico do curso da UnB possui uma vertente orientada aos arquivos públicos, o da UNIRIO possui uma vertente acadêmica com ênfase na pesquisa, o da UFSM possui uma vertente profissional de caráter privado e o programa acadêmico do curso da UFRGS possui uma vertente dirigida à gestão de documentos eletrônicos;
- d) os currículos, em linhas gerais, apresentam disciplinas em comum, que podem ser agrupadas em disciplinas vinculadas à arquivística e à informação e em disciplinas interdisciplinares;
- e) as disciplinas vinculadas à arquivística e à informação revelam um equilíbrio, sendo que aquelas que apresentam maior semelhança são: Arranjo e Descrição de Documentos, Avaliação de Documentos, Conservação Preventiva de Arquivos, Diplomática I e II, Estágio Supervisionado I e II, Gestão de Documentos I, Introdução à Arquivologia, Paleografia, Projetos e Sistemas de Arquivos, Reprografia e Microfilmagem e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- f) as disciplinas interdisciplinares revelam similaridade, sendo que aquelas que apresentam uma maior coesão são: Direito Notarial, Estatística Aplicada, Inglês Instrumental, Instituições de Direito Público e Privado, Metodologia da Pesquisa Científica, Organização e Métodos;
- g) as discussões sobre harmonização dos cursos de Arquivologia, no Brasil, estão pouco desenvolvidas (SOUZA, 2011, p. 93-112).

Acrescenta-se às análises da autora que, em alguns momentos, as disciplinas integrantes dos currículos de

Arquivologia estão estruturadas e orientadas segundo as funções e atividades arquivísticas (gestão de documentos, classificação, arranjo, descrição, avaliação, preservação, acesso e outras); em outras situações, segundo o ciclo de vida dos documentos (arquivos correntes, arquivos intermediários e arquivos permanentes) e, ainda, em outras circunstâncias, segundo as duas perspectivas.

Antes de finalizar esta seção, é importante registrar aqui que, a respeito das competências do arquivista e do profissional que os cursos de Arquivologia do país desejam formar, Souza (2011) destaca que:

Na Uni-Rio, o profissional de arquivo é o responsável por planejar, projetar, e administrar a organização de arquivos, mediante técnicas de microfilmagem, informática, preservação e restauração de documentos. A consideração do arquivista como pesquisador é um fator diferenciador apresentado pelo curso como atributo desse profissional. O curso da UFES e da UEL destacam a atuação do profissional de arquivo como responsável pela supervisão e coordenação de sistemas de gestão de informação. No curso da UNESP, a preservação da memória se destaca como uma das atribuições principais do arquivista e a ministração do ensino como prática arquivística foi revelada como atribuição da UFF (SOUZA, 2011, p. 112).

3 O CASO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

O curso de Arquivologia da ECI/UFMG foi criado dentro do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse programa, de acordo com documento do Ministério da Educação, tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior (nível de graduação), para

o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL. Presidência da República, 2007, p. 10).

Esse curso foi concebido por docentes da ECI/UFMG que, ao final dos anos 2000, estudavam a reformulação de seu curso de graduação em Biblioteconomia, criado no ano de 1950. De acordo com documento do Projeto Pedagógico do curso, datado de 2011, para esse trabalho integrado:

[...] foram formadas sete subcomissões temáticas, com o objetivo de discutir as disciplinas dos cursos: Fundamentos teóricos e metodológicos da Ciência da Informação; Princípios gerais da organização e tratamento da informação; Usuários da informação; Fundamentos culturais, políticos e sociais da informação; Gestão da informação; Fontes e uso da informação; e Tecnologias da informação. Posteriormente, foi criada uma Comissão especial para o planejamento do curso de Arquivologia. Ao longo do processo, várias reuniões das comissões e entre seus representantes foram necessárias para discutir e validar os avanços e, também, reconstruir o projeto (MINAS GERAIS, 2011, p. 13).

Nesse mesmo processo, discutia-se, ainda, o terceiro curso de graduação da Escola: o curso de Museologia. A criação imediata do curso foi facilitada pelo fato de ele ter sido criado paralelamente à reestruturação do curso de Biblioteconomia, pela competência docente já instalada na Escola de Ciência da Informação e em outras unidades da UFMG e pela "estrutura de ensino, pesquisa e extensão, com as quais o conhecimento específico da Arquivologia mantém

fronteiras” (ALVARENGA; ARAÚJO; LOURENÇO, 2008, p. 4). O curso foi, então, implantado a partir do Parecer da Câmara de Graduação, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, nº 304, de 2008 (MINAS GERAIS, 2008). A primeira turma ingressou no primeiro semestre de 2009 (MINAS GERAIS, 2011, p. 13).

Criado dentro das diretrizes de flexibilização curricular estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, o projeto pedagógico do curso tem na Ciência da Informação o núcleo comum de formação dos profissionais da informação (arquivistas, bibliotecários e museólogos). Essa postura significa compartilhamento dos recursos materiais e da competência instalada na Escola de Ciência da Informação. Todo esse esforço de integração não pôde deixar, é claro, de demarcar as devidas fronteiras entre as três áreas, dando espaço às necessidades específicas de formação. O modelo proposto para o curso enfatiza a gestão de documentos arquivísticos nas organizações, contudo as disciplinas oferecidas garantem uma capacitação aos alunos para que desenvolvam todas as atividades do ciclo de vida dos documentos, conforme as Diretrizes Nacionais para a área (MINAS GERAIS, 2011, p. 17).

De acordo com relatos dos professores que compuseram a comissão que se dedicou à criação dos cursos, as propostas curriculares construídas naquele momento em que os cursos de Arquivologia e Museologia foram gestados deveriam ser revistas quando da contratação por concurso público dos professores com formação teórica e prática nas respectivas áreas.

No caso do curso de Arquivologia, findo o ano de 2010, o quadro de professores contratados para atuarem na área estava completo. Caberia a todos os professores, no ano seguinte e no início de 2012, dedicarem-se à tarefa de reformulação do currículo apresentado ao Ministério da Educação no ano de 2008.

Essa reformulação teria como objetivo garantir uma formação em consonância com os objetivos expostos no Projeto Pedagógico do curso, bem como trazer para a sala de

aula todos os aspectos relevantes da profissão em que o egresso do curso se inseriria. Nesse contexto, no ano de 2011, iniciou-se o processo de reestruturação curricular cuja metodologia será descrita na próxima seção.

4 SUSTENTAÇÃO TEÓRICA: O MAPA CONCEITUAL E SEUS DESDOBRAMENTOS PRÁTICOS

A metodologia que se apresenta definiu-se a partir de estudos já realizados por autores da área de Arquivologia que se dispuseram a estudar a formação arquivística. Esses representantes preocuparam-se em sistematizar a importância da formação profissional, disciplinas, modos, lugares e níveis. Embora muitos estudos tenham um viés prático, que dá atenção, muitas vezes, às necessidades do mercado de trabalho, por exemplo, outros, por sua vez, tendem a considerar, principalmente, a natureza teórica que orienta os programas de formação dos discentes da área.

Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33), trataram dos “elementos de organização que implicam a instauração de uma formação profissional inicial em arquivística”, que abrangem a instituição de vinculação do curso, os recursos humanos e materiais envolvidos e os recursos sócio-políticos; e dos “elementos pedagógicos”, que alcançavam as condições de admissão e os pré-requisitos dos cursos de Arquivologia, os métodos de ensino específicos da disciplina, as modalidades de avaliação e a configuração dos diplomas emitidos pelas instituições acadêmicas. Mas são “os elementos de conteúdo”, tratados pelos autores, o que mais interessou ao raciocínio metodológico que se pretendeu construir: as matérias consideradas referentes ao conhecimento arquivístico mínimo (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999).

O quadro abaixo sistematiza a pesquisa feita pelos autores para a proposição de disciplinas:

Quadro 1 – Proposições de disciplinas.

Arquivística pura	História sob medida	Ciências da informação	Ciências conexas
Arquivística fundamental	História dos arquivos	Fundamentos das Ciências da informação	Organização e gestão de um serviço de arquivos
Gestão de arquivos	História da gestão dos documentos e dos arquivos	Acesso, recuperação e difusão da informação	Análise das necessidades (diagnóstico)
Gestão de documentos	História da profissão de arquivista	Referência e estudo de usuários	Contabilidade
Funções arquivísticas	História das instituições arquivísticas	Preservação e conservação	Automatização da gestão
Diplomática e arquivística descritiva	História da administração	Análise e design de sistemas de informação	Sociologia da administração
Políticas e gestão de programas arquivísticos	História do contexto social	Bases de dados	Línguas vivas
Legislação e questões jurídicas	História intelectual	Utilização de novas tecnologias	
Suportes especiais	Ciências e tecnologias de interpretação histórica	Gestão dos documentos eletrônicos	
Documentação oral	Geografia histórica		
Iniciação à pesquisa arquivística	Métodos de pesquisa histórica		

Fonte: COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME (1999, p. 74).

Os autores apresentaram, ainda, a “tipologia dos campos de pesquisa em arquivística”:

Quadro 2 – Tipologia dos campos de pesquisa em arquivística.

CAMPOS DE PESQUISA		DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO
1	Objeto e finalidade arquivística	Arquivos enquanto objetos de intervenção (informação/documento/arquivos) Finalidade: conservação, acesso, eficácia administrativa e outras Utilidade de arquivos
2	Arquivos e sociedade	Papel social e lugar da arquivística na sociedade Arquivística, enquanto disciplina Arquivística, enquanto profissão
3	História dos arquivos e da arquivística	História dos arquivos Desenvolvimento dos princípios e das bases da arquivística
4	Funções arquivísticas	Produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, preservação e difusão
5	Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	Teoria e prática das organizações Planificação e avaliação dos programas Gestão, marketing e relações públicas
6	Tecnologias	Informática aplicada aos arquivos Sistemas de informação, telecomunicação e redes
7	Suportes e tipos de arquivos	Arquivos audiovisuais, eletrônicos, iconográficos e textuais Microformas e outros suportes ou tipos de arquivos
8	Meio profissional dos arquivos	Instituições governamentais Instituições de ensino e pesquisa Instituições religiosas Outras instituições
9	Problemas particulares relativos aos arquivos	Ética Acesso à informação e proteção da vida privada Outros

Fonte: COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME (1999, p. 76).

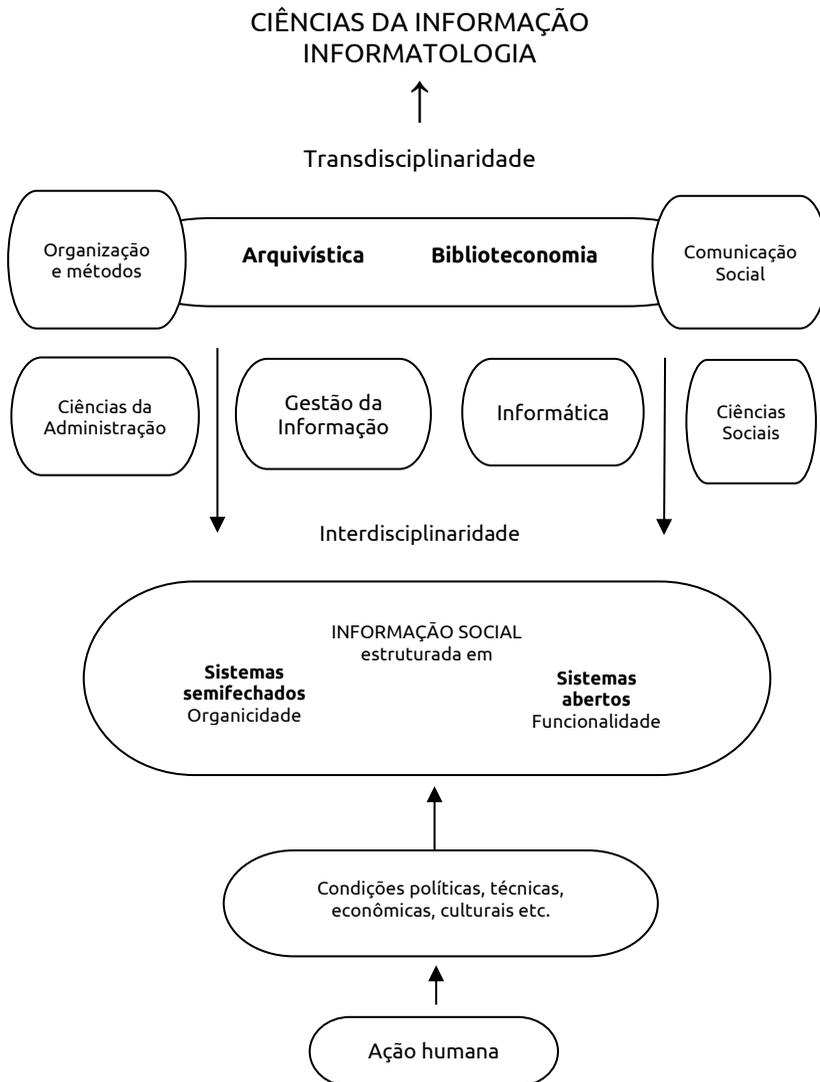
Silva e Ribeiro (1999) discutiram as relações da Arquivologia com outras áreas do conhecimento, sob o ponto

de vista do entendimento do Arquivo como um sistema de informação. O campo científico é definido como um sistema que tem a Arquivologia e a Biblioteconomia como polos principais e que estabelecem relações transdisciplinares com a Ciência da Informação. Esses autores tratam a informação social que, por sua vez, está estruturada em sistemas semifechados, que remetem à organicidade e à funcionalidade dos arquivos, e semiabertos, que estão relacionados, também, à funcionalidade, e que estabelecem relações interdisciplinares com a Organização e Métodos, a Gestão da Informação, as Ciências da Administração, a Informática, a Comunicação Social e as Ciências. Esses dois subsistemas estão condicionados às condições políticas, técnicas, econômicas e culturais da sociedade e à ação humana (Figura 1).

A discussão interdisciplinar da Arquivologia com outras áreas do conhecimento foi novamente discutida por Silva e Ribeiro, em 2002. Os autores propõem, novamente, uma abordagem sistêmica, em que a Arquivologia constitui uma “Ciência da Informação unitária”, incorporando-se à Biblioteconomia, à Documentação e aos Sistemas Tecnológicos de Informação. Os autores chegaram a falar do fenômeno “transdisciplinaridade”, como aquele que melhor definiria as relações entre as diversas disciplinas.

Fonseca, em 2005, tratando das relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, utilizou uma adaptação do esquema temático concebido por Couture, Martineau e Ducharme (1999) para analisar artigos e periódicos, “dada a sua importância para a discussão da autonomia da área enquanto campo disciplinar [...]”. As categorias utilizadas pela autora foram: objetivo e finalidade da arquivística; história dos arquivos e da Arquivologia; gestão de programas, serviços e instituições arquivísticas; suportes e tipos de arquivos; legislação e ética; arquivo e sociedade; funções arquivísticas; tecnologias; formação e pesquisa.

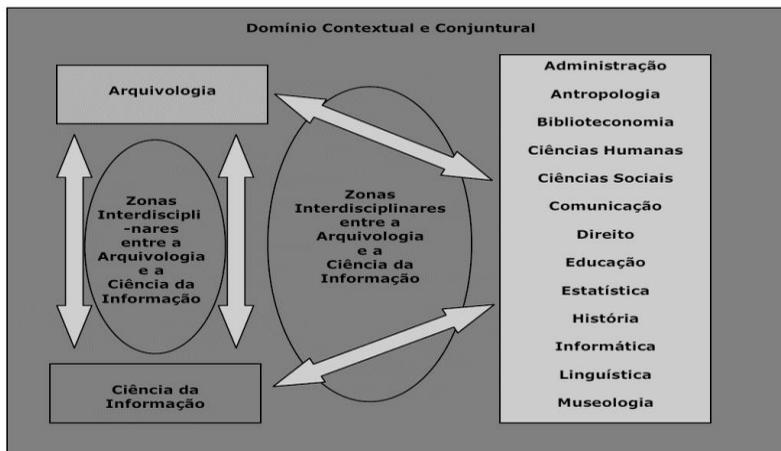
Figura 1 – Diagrama do campo científico da Arquivística



Fonte: SILVA; RIBEIRO (1999, p. 42).

As relações interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação foram também discutidas por Silva (2009). O autor identificou, através da análise de conteúdo de entrevistas com docentes de cursos de Arquivologia, evidências indicativas de zonas interdisciplinares entre as duas áreas. Essas representações estão identificadas na Figura 2.

Figura 2 – Relações interdisciplinares da Arquivologia e da Ciência da Informação.



Fonte: SILVA (2009, p. 161).

De posse desses raciocínios, foi possível definir uma proposta que sistematizasse e consolidasse os estudos já realizados, o que será apresentado nos procedimentos metodológicos deste trabalho.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia para análise e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia aqui apresentada desenvolveu-se e foi utilizada durante todo o ano de 2011 e início do ano de 2012, quando o curso de Arquivologia da ECI/UFMG se propôs

a iniciar os estudos de reestruturação curricular. Estiveram envolvidos nessas atividades todos os nove professores do curso, incluindo os autores deste trabalho, e uma professora, na época coordenadora do curso¹³.

Os procedimentos metodológicos compreenderam seis fases, a saber:

a) fase 1: construção da base metodológica

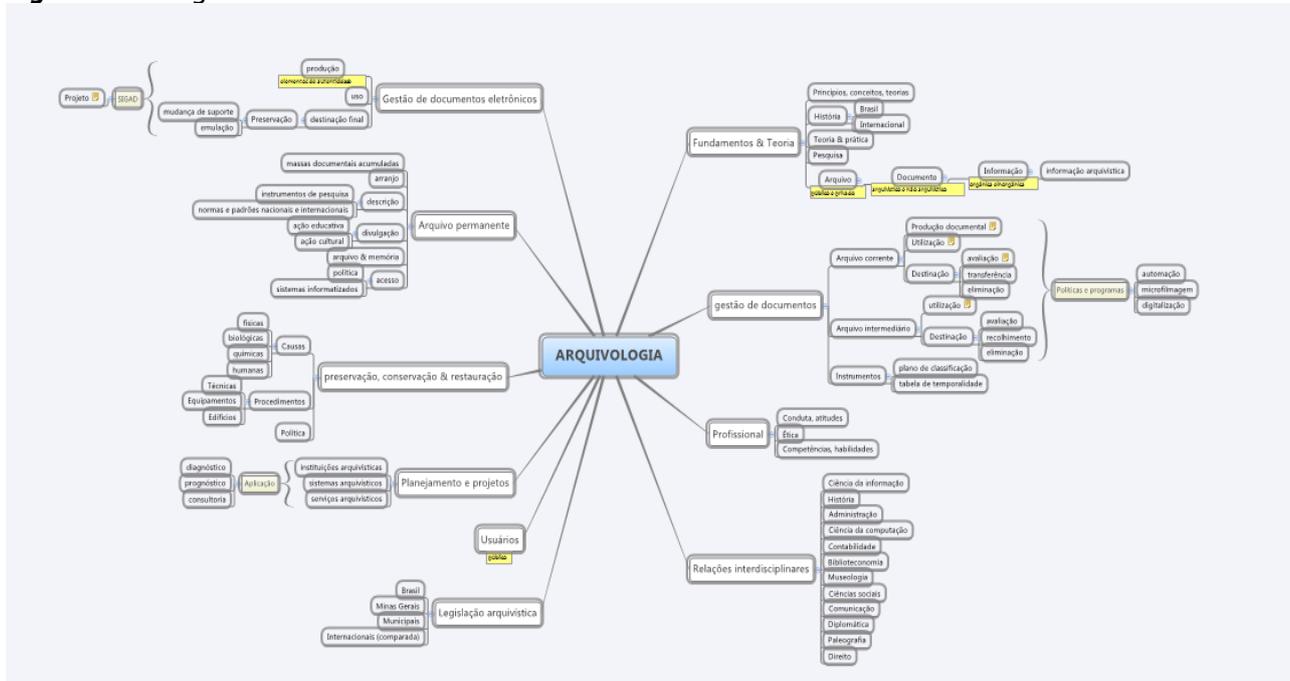
Nessa primeira fase, construiu-se um mapa conceitual¹⁴ que representasse os conteúdos e as competências necessárias à formação do arquivista, definidas a partir dos estudos apontados na seção 4. Utilizou-se, ainda, a técnica de *brainstorm*¹⁵ e as categorias definidas pelo grupo de professores também foram incorporadas ao mapa conceitual (Figura 3).

¹³ Nossos agradecimentos para os professores: Adalson de Oliveira Nascimento, Alessandro Ferreira Costa, Ivana Denise Parrela, Marília de Abreu Martins de Paiva, Marta Eloísa Melgaço Neves, Renato Pinto Venâncio e Vera Lúcia Furst Gonçalves Abreu.

¹⁴ Muito utilizados nos estudos de ensino, os mapas conceituais “podem ser utilizados como uma linguagem para descrição e comunicação de conceitos [...]. Representam uma estrutura que vai desde os conceitos mais abrangentes até os menos inclusivos” (SOUZA, 2005, s. p.). O autor afirma que esses mapas: “Em sua essência, provêm representações gráficas de conceitos em um domínio específico de conhecimento, construídos de tal forma que as interações entre os conceitos são evidentes” (SOUZA, [200-?], s. p.). Essas interações são representadas por conectores, que não foram utilizados para a estruturação das categorias na metodologia ora apresentada.

¹⁵ Esse termo pode ser traduzido livremente por “tempestade de ideias”. Consiste em uma dinâmica de grupo, utilizada para potencializar a participação de seus integrantes e, no caso apresentado, foi utilizado com o objetivo de se estabelecer categorias com as quais se pudesse analisar mais objetivamente o currículo atual do curso.

Figura 3 – Categorias.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base no que foi apresentado na seção 4 e nos resultados obtidos com a técnica de brainstorm, foram, ainda, previstas 13 disciplinas com as quais a Arquivologia poderia se relacionar e que deveriam se configurar no currículo (Quadro 3).

Quadro 3 – Relações interdisciplinares previstas.

RI – RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES
Ciência da Informação
História
Administração
Ciência da Computação
Contabilidade
Biblioteconomia
Museologia
Ciências Sociais
Comunicação
Diplomática
Paleografia
Direito
Notariado

Fonte: Dados da pesquisa.

b) fase 2: análise dos currículos

A partir das categorias estabelecidas no mapa conceitual, analisou-se cada uma das disciplinas da grade curricular existente na ECI/UFMG. A análise deu-se, basicamente, pelos títulos das disciplinas. Quando não era possível categorizar a disciplina, recorreu-se, também, às ementas. Cada disciplina foi classificada seguindo as 10 categorias estabelecidas na fase 1. E, ainda, pelas relações interdisciplinares possíveis, estabelecidas no Quadro 3. Dessa maneira, as disciplinas foram recebendo códigos, que seriam, em momento oportuno, contabilizados. Veja nos exemplos de categorizações abaixo:

- Exemplo 1:
Disciplina: Arquivos Permanentes
Código: 6
Significado: a disciplina trata do conteúdo definido no mapa como “Arquivo Permanente”.
- Exemplo 2:
Disciplina: Fundamentos da organização da informação
Código: RI (1,2)
Significado: a disciplina mantém relação interdisciplinar (RI) com a Ciência da Informação (1) e com a Biblioteconomia (2).

O produto dessa fase foi uma “Tabela de análise das disciplinas”, cuja estrutura é apresentada no Quadro 4, abaixo:

Quadro 4 – Estrutura da Tabela de análise das disciplinas.

CAMPO DA TABELA	EXPLICAÇÃO
Disciplina	Nome da disciplina como consta no currículo.
Código	Código da disciplina como consta no currículo.
Período	Período do curso ao qual a disciplina pertence. Quando se tratava de disciplina optativa, não vinculada a nenhum período específico, optou-se por colocar a seguinte sigla: DO
Categoria	Classificação com base no mapa conceitual e no Quadro de relações interdisciplinares.
Comentário	Algum comentário relacionado especificamente à disciplina analisada.
Observação geral	Comentários mais genéricos, relacionados ao conjunto de disciplinas, por exemplo, ou a alguma constatação que seria pertinente em outra fase da metodologia.

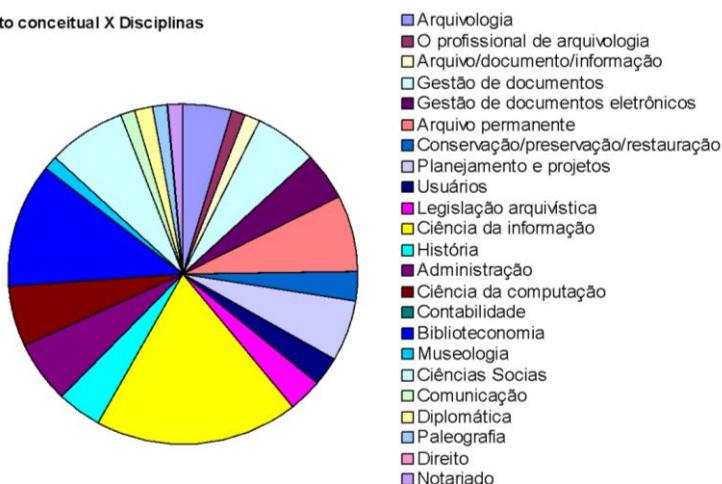
Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na análise do currículo existente do curso de Arquivologia da ECI/UFMG, somou-se o resultado por categoria e relação interdisciplinar e construíram-se tabelas e gráficos que retratassem os resultados.

Os resultados gerais foram apresentados mostrando-se: a distribuição de disciplinas por categorias e relações interdisciplinares; a distribuição de disciplinas obrigatórias por categorias e relações interdisciplinares; a distribuição de disciplinas optativas por categorias e relações interdisciplinares. O Gráfico 1, abaixo, apresenta os resultados gerais da distribuição de disciplinas por categorias e relações interdisciplinares do curso de Arquivologia da ECI/UFMG:

Gráfico 1 – Distribuição de disciplinas por categorias e relações interdisciplinares.

Conjunto conceitual X Disciplinas



Fonte: Dados da pesquisa.

Por esse gráfico, e pelos demais que apresentaram os resultados gerais, foi possível verificar como as disciplinas específicas da Arquivologia estão sendo contempladas no curso e, principalmente, como as outras áreas, correlatas à Arquivologia, tem se distribuído no currículo.

Gráficos como esse podem registrar e servir de argumento à defesa de que o curso tem servido mais a outras áreas que propriamente à Arquivologia ou, ainda, não tem

mencionado áreas correlatas importantes para a formação arquivística.

Os resultados comparativos foram apresentados em gráficos que retrataram: as disciplinas específicas, o que se denominou de “núcleo duro” da Arquivologia, relacionadas às disciplinas que representavam as relações interdisciplinares. O Gráfico 2 ilustra a comparação possível a partir da aplicação da metodologia:

Gráfico 2 – Disciplinas específicas (Arquivologia) X relação interdisciplinar.



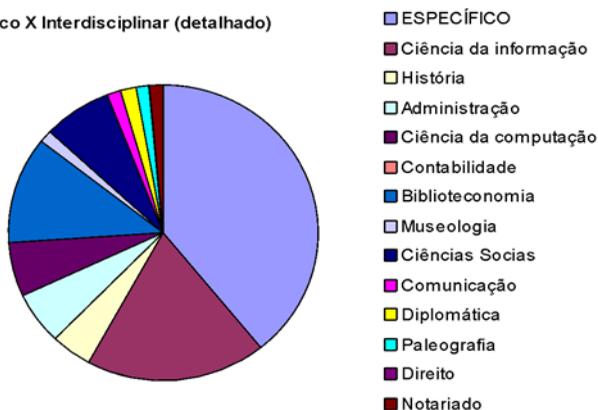
Fonte: Dados da pesquisa.

Do Gráfico 2 é possível inferir, por exemplo, que as temáticas específicas da Arquivologia têm sido menos tratadas, em detrimento de conteúdos de outras áreas.

Optou-se, ainda, por analisar as categorias específicas do “núcleo duro” e as relações interdisciplinares, de forma isolada, o que é possível ser visualizado no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Disciplinas específicas (Arquivologia) X relações interdisciplinares detalhadas.

Específico X Interdisciplinar (detalhado)



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise detalhada de cada um dos conjuntos de disciplinas pode auxiliar a “detecção de privilégios” no currículo existente, ou seja, a percepção de que algumas disciplinas correlatas têm sido privilegiadas em detrimento de outras tão ou mais importantes.

Uma vez realizada esta etapa, o produto final foi um diagnóstico do currículo existente. O mais importante foi sistematizar as informações que poderiam ser extraídas dos gráficos produzidos nessa fase, para subsidiar as discussões nas reuniões seguintes e em outras instâncias, quando for o caso. São esses gráficos que, muitas vezes, foram evidências de situações que já eram percebidas pelo senso comum e que fortaleceram argumentos para mudanças e adequações na grade curricular.

Aconselha-se, fortemente, a aplicação dos procedimentos desta fase em currículos de outras escolas, para que seja possível comparar os resultados e identificar a “performance” do currículo em questão. Gráficos mais harmônicos, que apresentam uma distribuição mais linear das temáticas específicas e de disciplinas relacionadas, podem apontar bons exemplos a serem seguidos. No entanto, não se

deve deixar de lado as influências geográficas, econômicas e sociais que tanto interferem e determinam as formações curriculares.

No caso da ECI/UFMG, realizou-se, ainda, o estudo dos currículos de quatro cursos de Arquivologia brasileiros: UNIRIO, UFSM, UFF e UnB, porque eram as escolas mais antigas do país e, pressupunha-se, com um quadro mais amplo de vivência e experiências na área.

Ao final desta fase, produziu-se um diagnóstico do currículo atual da ECI/UFMG, com referências nacionais de estruturas curriculares e apontamentos para a reestruturação da grade de disciplinas.

c) fase 3: avaliação do currículo a ser reestruturado

A intenção desta fase era de que cada professor avaliasse individualmente o currículo existente, por meio de três ferramentas (questionários) que tinham por objetivo sistematizar as opiniões e sugestões dos professores envolvidos e preparar as pautas para as próximas reuniões. Com o preenchimento dos formulários foram identificadas: 1) as "disciplinas-problema"; 2) possíveis sugestões de sequência de disciplinas; e 3) questões que mereceriam ser melhor discutidas.

As questões relacionadas no Questionário 1 apresentaram uma escala de mensuração de opiniões a respeito das disciplinas da grade existente. Foi solicitado a cada um dos professores que opinassem se a disciplina era adequada ao curso de Graduação em Arquivologia da ECI/UFMG.

O objetivo do questionário era levantar aquelas disciplinas "mais problemáticas", para direcionar as discussões sobre o currículo nas próximas reuniões. Dessa maneira, as discussões focaram somente as disciplinas, tanto optativas quanto obrigatórias, identificadas como discrepantes na grade curricular.

Tabela 1 – Adequação das disciplinas ao curso.

	DISCIPLINAS	AV1	AV2	AVN	...	TOTAL	%
OB	Arquivos permanentes	5	5	5	...	30	100
OB	Avaliação de documentos arquivísticos	5	5	5	...	30	100
OB	Diplomática	5	5	5	...	29	97
OB	Avaliação de sistemas de informação	2	3	3	...	17	57
OP	Pesquisa em ciência da informação	2	3	2	...	15	50
OP	Tópicos em indexação da informação	1	2	2	...	15	50

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: As disciplinas marcadas em verde (as duas primeiras linhas), que atingiram 100% de aprovação, foram aquelas indiscutivelmente consideradas pertinentes ao curso; em amarelo (a terceira e a quarta linhas), aquelas que careciam de discussão e adequação; e as linhas em vermelho (as duas últimas linhas), aquelas que, de acordo com a avaliação dos professores, não deveriam permanecer no currículo.

Os resultados do questionário levaram em conta a pontuação indicada, para cada disciplina, pelos professores.

As questões relacionadas no Questionário 2 apresentaram uma escala de mensuração de opiniões a respeito dos períodos em que as disciplinas eram oferecidas. Foi solicitado a cada um dos professores que opinassem se a disciplina estava adequada ao período em que era ofertada¹⁶. O objetivo desse questionário era levantar subsídios para adequação da oferta de disciplinas buscando uma melhor estrutura para o currículo.

¹⁶ Para análise dos resultados do Questionário 2 descartaram-se aquelas disciplinas consideradas inadequadas para o curso.

Tabela 2 – Adequação das disciplinas ao período em que são ofertadas.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	AV1	AV2	AVN	...	T	%
Usuários da informação	3	2	1	...	12	40
Fundamentos de ciência da informação	1	1	1	...	12	40
Teorias da organização	1	2	1	...	13	43
Gestão de unidades de informação	3	3	1	...	14	47
História administrativa do Brasil	2	1	1	...	14	47
Competência informacional	3	3	3	...	17	57
Diplomática	4	1	2	...	19	63

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: As disciplinas marcadas em vermelho (cinco primeiras linhas) foram aquelas que mais necessitavam ser realocadas na grade curricular e aquelas em amarelo puderam também ter a ordem de oferta modificada. As verdes, caso aparecessem, seriam aquelas cuja oferta estava no período correto.

Os itens relacionados no Questionário 3 apresentavam as disciplinas passíveis de serem oferecidas como optativas. Foi solicitado a cada um dos professores que assinalasse aquelas disciplinas optativas que poderiam vir a se tornar disciplinas obrigatórias.

Mais uma vez criou-se um *ranking* daquelas disciplinas que, embora fossem ofertadas como optativas, deveriam ser obrigatórias. Os professores analisaram conjuntamente os resultados e decidiram quais disciplinas optativas transformariam-se em obrigatórias.

Tabela 3 – Disciplinas optativas que poderiam se tornar obrigatórias.

DISCIPLINAS OPTATIVAS	AV1	AV2	AVN	...	TOTAL
Avaliação de sistemas de informação	0	0	0	...	0
Gestão da informação e do conhecimento	0	0	0	...	0
Informação e cidadania	1	0	0	...	1
Informação e democracia	1	0	0	...	3
Paleografia	1	1	1	...	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: As disciplinas em vermelho (duas primeiras linhas) não deveriam ser transformadas em obrigatórias. Aquelas em amarelo poderiam ser transformadas em obrigatórias, caso o grupo assim concordasse, e aquelas em verde (última linha) representam o consenso do grupo.

Ao final desta fase tinha-se uma lista das disciplinas pertinentes, um indicativo da ordem de oferta dessas disciplinas e um rol de disciplinas optativas que seriam ofertadas como obrigatórias.

d) fase 4: oficinas para criação de propostas curriculares

De posse de todos os dados obtidos nas etapas anteriores, os professores reuniram-se em dois grupos e elaboraram duas propostas curriculares para o curso.

Cada grupo recebeu uma pasta contendo: as categorias de análise (mapa conceitual); o quadro geral de disciplinas existentes; as diretrizes curriculares do MEC; os resultados obtidos nas fases 2 e 3 dessa metodologia; os estudos realizados com os currículos de outros cursos de Arquivologia; e o formulário eletrônico para a construção da proposta, contendo os seguintes campos a serem preenchidos: período, nome da disciplina, classificação (optativa ou obrigatória), competência a ser desenvolvida (de acordo com as diretrizes curriculares), o conteúdo (formação geral ou específica, também determinado nas diretrizes curriculares), e, por fim, se a disciplina estabelecia alguma relação com outro curso da ECI/UFMG (Biblioteconomia e Museologia).

Os produtos desta fase foram duas propostas curriculares, consolidadas na etapa seguinte.

e) fase 5: oficina de consolidação das propostas

As duas propostas curriculares produzidas nas oficinas da fase 4 foram comparadas e, após algumas reuniões e extensas discussões de todos os professores do curso, consolidou-se uma única proposta para a grade curricular da ECI/UFMG.

f) fase 6: análise da proposta em relação à legislação de ensino

A proposta consolidada na fase 5 foi analisada de acordo com as seguintes normas:

- Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia da ECI/UFMG;
- Diretrizes curriculares nacionais e toda a legislação federal referente ao ensino superior;
- Pareceres do Conselho Nacional de Educação e da Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior; e
- Resoluções da UFMG referentes às diretrizes curriculares internas, à implantação de flexibilização dos currículos de graduação, aos procedimentos relativos aos estágios em cursos de graduação;
- Estatuto e Regimento Interno da UFMG;
- Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG.

Esta fase não foi finalizada nesta época. A intenção era de que uma análise da proposta deveria ser feita de forma mais acurada, tanto em relação às normas supracitadas quanto por parte de outras instâncias de avaliação da UFMG e do país.

Capítulo 2

DA ARQUIVOLOGIA QUE FAZEMOS PARA A ARQUIVOLOGIA QUE QUEREMOS: MAPEAMENTO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL¹⁷

2013

Este capítulo apresenta parte da metodologia utilizada no processo de reestruturação curricular do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG) e na análise dos 16 cursos¹⁸ de Arquivologia existentes no Brasil.

A análise que se expõe objetiva subsidiar uma tentativa de harmonização curricular dos cursos de arquivologia nacionais. Não se trata de fornecer uma prescrição para o que seria um currículo ideal, mas expor a “arquivologia que fazemos” no Brasil e fornecer as bases para uma discussão aprofundada da “arquivologia que queremos”.

O que se mostra neste capítulo é resultado de uma pesquisa que representa um trabalho coletivo, constituído a partir da colaboração de todos os coordenadores dos cursos de Arquivologia do Brasil, cuja contribuição foi essencial para a obtenção dos resultados aqui exibidos¹⁹. O estudo baseou-

¹⁷ Publicado originalmente em: SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R. Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia do Brasil. In: MATOS, M. T. de B.; CUNHA, F. J. A. P.; SÁ, A. Q. G. T. de; FREIXO, A. *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 75-95.

¹⁸ Aqui o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará já estava em funcionamento e foi incorporado à pesquisa.

¹⁹ Essa pesquisa contou com a colaboração dos seguintes respondentes: Carla Mara Sila e Silva (Universidade Federal do Amazonas - UFAM); Jorge Eduardo Enriquez Vivar (Universidade Federal do Rio Grande do Sul -

se no levantamento das disciplinas presentes nos currículos dos cursos analisados e na classificação delas de acordo com categorias preestabelecidas.

Quando se apresenta a “arquivologia que fazemos”, o escopo do trabalho é limitado às disciplinas presentes nos currículos dos cursos de Arquivologia. Entende-se que currículo é mais que uma lista de disciplinas a serem cumpridas, sendo uma construção coletiva que se operacionaliza na sala de aula. Mais que isso, é algo construído socialmente e está implicado em relações de poder (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 8).

Como tratado no capítulo anterior, a palavra “currículo” tem origem na palavra italiana *scurrere* (correr), o que, segundo Goodson (1995), tem a implicação etimológica de ser entendido como curso a ser seguido. Nessa visão, aqueles que “esboçam” e definem o curso teriam um poder de “definição da realidade”. Mais que curso a se seguir, o autor entende o currículo como construção social, primeiramente, em nível da própria prescrição, mas, depois, também em nível de processo e prática.

Assim, destaca-se que o currículo operacionalizado na prática da sala de aula não poderia ser captado pela metodologia utilizada, porém, acredita-se que o currículo escrito ou formal é o que sustenta as práticas diferenciadas nas salas de aula da Arquivologia do Brasil, sendo o foco desta

UFRGS); Rosanara Pacheco Urbanetto (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM); Luciana Ferrari (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES); Flávio Leal da Silva e Anna Carla Almeida Mariz (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO); Telma Campanha de Carvalho Madio (Universidade Estadual Paulista - UNESP); Marília de Abreu Martins de Paiva (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG); Valéria Bertotti (Universidade Federal do Rio Grande - FURG); Julianne Teixeira (Universidade Federal da Paraíba - UFPB); Aurora Freixo (Universidade Federal da Bahia - UFBA); Rosane Lunardelli (Universidade Estadual de Londrina - UEL); Angélica Alves da Cunha Marques (Universidade de Brasília - UnB); Eva Cristina Leite da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Ana Célia Rodrigues (Universidade Federal Fluminense - UFF); Maria José Cordeiro de Lima (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB); e Hamilton Vieira de Oliveira (Universidade Federal do Pará - UFPA).

fase da pesquisa. Nas palavras de Goodson (1998), o currículo escrito proporcionaria

um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações; constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização (GOODSON, 1998, p. 21).

Não se tem, portanto, a pretensão de fornecer uma visão completa da educação em Arquivologia em nosso país, mas o objetivo de evidenciar, através do recorte das disciplinas, os conteúdos curriculares abordados em todas as regiões do Brasil. Entende-se aqui disciplina em sentido genérico, como toda “matéria suscetível de ensino” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 76). Espera-se, ainda, que este capítulo possa prover uma base para o debate da “Arquivologia que queremos”, sendo, nesse aspecto, apenas um esboço de questões que devem servir como ponto de partida para uma reflexão coletiva com os pares da área de Arquivologia no país.

Parte-se do pressuposto de que uma tentativa de equalização dos currículos seria infrutífera e até negativa. Porém, é defendida a necessidade de se pensar em uma harmonização curricular possível, já que o campo da Arquivologia precisa estabelecer seus pilares, para a construção de um diálogo entre os cursos, respeitando as necessidades e especificidades regionais. Trata-se de um fazer diverso, mas também harmonizado. Assim, defende-se harmonia no sentido de “combinação perfeita entre coisas ou seres distintos” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 390). Não se trata, portanto, de equalizar, ou seja, “tornar uniforme, igual; uniformizar” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 296).

É preciso esclarecer que o enfoque aqui apresentado não está em desacordo com as diretrizes de flexibilização curricular presentes na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Não se defende a ideia de uma “grade” curricular,

mas de uma referência que norteie o fazer educativo nos diversos cursos do país. A construção dessa diretriz tem como um de seus objetivos permitir a movimentação de alunos entre uma universidade e outra, dentro do Brasil, e construir uma Arquivologia que esteja em sintonia com o que é feito internacionalmente e com os desafios da profissão na atualidade. Valorizar a pesquisa e entender a graduação como etapa de uma educação continuada e necessária à formação de profissionais capazes de aprender continuamente e refletir sobre a prática profissional é algo que deve ser buscado nesse contexto de revisão curricular.

1 OS ANTECEDENTES: A METODOLOGIA E O PILOTO

Em 2012, no Encontro de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ), no V Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em Salvador, foi apresentada uma análise dos currículos dos cursos de Arquivologia do país, utilizando-se do primeiro procedimento metodológico da metodologia criada para o caso da UFMG, mostrada no primeiro capítulo, a saber: a análise dos currículos de graduação em Arquivologia à luz do mapa conceitual definido e da avaliação quantitativa/qualitativa, buscando identificar pontos positivos e negativos.

Na época, 12 currículos foram analisados e apresentados aos participantes do encontro. Note-se que essa apreciação era de responsabilidade de Negreiros, Silva e Arreguy e, embora discutisse a ideia de harmonização curricular, era ainda uma visão bastante parcial de toda a complexidade dos cursos de Arquivologia no Brasil. Na ocasião, o trabalho gerou discussões e recebeu muitas contribuições dos participantes do evento, algumas delas sobre a categorização e outras sobre a metodologia adotada. Ao final da apresentação, os autores colheram sugestões e opiniões sobre as categorias utilizadas e o procedimento metodológico executado. Todas as informações foram registradas e incorporadas no trabalho que ora se apresenta.

Em relação à categorização, foram levantadas e acatadas as sugestões que se seguem: a categoria

Arquivologia se transformou em *Fundamentos de Arquivologia* e a categoria *Arquivo/Documento/Informação* foi suprimida. A categoria *Planejamento e projetos* se transformou em *Planejamento e projetos arquivísticos* e a categoria *Legislação Arquivística* se transformou em *Políticas e legislação arquivística*. Outra categoria utilizada na metodologia atual surgiu a partir das discussões do evento e se trata da nova categoria *Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia*. Entre as relações interdisciplinares, foram acrescentadas as seguintes categorias interdisciplinares: *Letras e línguas, Estatística, Filosofia, Antropologia, Matemática e Economia*.

Outras sugestões disseram respeito à metodologia utilizada para levantamento dos dados e da categorização. À época, a análise teve como base o levantamento das disciplinas e uma categorização feita pelos autores do trabalho. Como resultado do evento, a partir de um acordo com os coordenadores que dele participaram, a pesquisa passou a contar com a categorização feita pelos próprios cursos, o que forneceria uma visão mais aproximada da realidade de cada um dos cursos.

2 A METODOLOGIA: O CASO DA UFMG E A ADEQUAÇÃO COLETIVA

A primeira fase da metodologia aplicada na Escola de Ciência da Informação (ECI/UFMG), como já explicado no primeiro capítulo, consistia na produção de um mapa conceitual que representasse os conteúdos e as competências necessárias à formação do arquivista, definidas a partir dos estudos apontados por Negreiros, Silva e Arreguy (2012): Couture; Martineau; Ducharme (1999); Silva; Ribeiro (1999; 2002); Fonseca (2005); Silva (2009). Como já informado, na apresentação deste trabalho no CNA, em 2012, foram sugeridas algumas alterações nas categorias existentes e a incorporação de outras tantas mencionadas.

Dessa maneira, as categorias ficaram assim definidas, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Categorias revisadas.

CATEGORIAS	DEFINIÇÃO
ESPECÍFICAS	DISCIPLINAS QUE ABORDAM
1. Fundamentos da Arquivologia	História dos arquivos e da Arquivologia; epistemologia da Arquivologia (origem, estrutura, fundamentos, métodos e conhecimento arquivístico); objeto(s) da Arquivologia (arquivo/documento arquivístico/informação arquivística) e suas definições, características, funções e utilidades; Arquivologia enquanto ciência, técnica ou disciplina; disciplinaridade e interdisciplinaridade da Arquivologia; desenvolvimento e consolidação dos princípios, teorias e bases da Arquivologia; papel social e lugar da Arquivologia na sociedade; o ensino da Arquivologia; perspectivas da Arquivologia; impactos sociais, econômicos, tecnológicos etc. sobre a teoria arquivística.
2. O profissional de Arquivologia	Profissão de Arquivista; ética profissional; regulamentação da profissão; o papel social e o lugar do arquivista na sociedade; o campo profissional dos arquivistas (instituições públicas e privadas, instituições de ensino e pesquisa, instituições religiosas, arquivos pessoais etc.); análise do mercado de trabalho e demandas profissionais; estratégias de formação voltadas para o campo de atuação dos arquivistas.
3. Gestão de documentos	Funções, rotinas e serviços arquivísticos nas fases corrente e intermediária, tais como: diagnóstico, produção, protocolo, classificação e ordenação, tramitação e uso, arquivamento, acondicionamento e armazenamento, empréstimo e

	consulta, avaliação, destinação; organização de massas documentais acumuladas.
4. Gestão de documentos eletrônicos e digitais	Uso das tecnologias e dos documentos eletrônicos e digitais; fundamentos, princípios e teorias arquivísticas no ambiente eletrônico e digital; estudos sobre a autenticidade, confiabilidade e integridade dos documentos eletrônicos e digitais; gestão dos arquivos e documentos eletrônicos e digitais; Sistemas Informatizados de Gerenciamento Arquivístico de Documentos (SIGAD); GED; estudos sobre a migração de dados oriundos de outros suportes (digitalização, microfilmagem etc.); modelos de requisitos para SIGAD; recuperação da informação dos documentos sob a forma eletrônica e digital.
5. Arquivo permanente	Funções, rotinas e serviços arquivísticos na fase permanente, tais como: recolhimento; arranjo físico e intelectual, consulta; descrição; disseminação; reprodução; ação cultural e educação patrimonial; serviços de referência; organização de massas documentais acumuladas.
6. Preservação / conservação / restauração	Técnicas, ações, métodos, procedimentos e políticas que visam preservar, conservar e restaurar os documentos arquivísticos tradicionais, eletrônicos e digitais, e suas informações; processo de degradação de documentos arquivísticos; fatores e agentes que contribuem na degradação de documentos arquivísticos.
7. Planejamento e projetos arquivísticos	Teoria e práticas da planificação arquivística de: rotinas; serviços; instituições ou organizações; métodos; projetos; políticas; sistemas e redes; programas;

	gestão; marketing e relações públicas; e captação de recursos. Auditoria arquivística
8. Usuários	Estudos de usos e usuários de arquivos; tipos e categorias de usuários de arquivos; serviços destinados aos usuários de arquivos; demandas e necessidades dos usuários de arquivos; difusão e acesso.
9. Políticas e legislação arquivística	Execução e avaliação de políticas arquivísticas; legislação, diretrizes e orientações arquivísticas (provenientes dos conselhos) no cenário municipal, estadual e nacional.
10. Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia	Metodologia, pesquisa e métodos de pesquisa em Arquivologia. Elaboração de trabalhos científicos (monografias). Normalização de trabalhos científicos.
11. Temas diversos/tópicos – Arquivologia*	Temas diversos específicos relacionados à Arquivologia.
Estágio*	Prática arquivística em instituições públicas ou privadas, com acompanhamento de profissionais.

RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES	DISCIPLINAS QUE ABORDAM
RI1 - Ciência da Informação	Fundamentos e práticas da ciência da informação e suas relações com a Arquivologia.
RI2 - História	Fundamentos e práticas da história e da historiografia e suas relações com a Arquivologia.
RI3 - Administração	Fundamentos e práticas da administração e suas relações com a Arquivologia.
RI4 - Ciência da Computação	Fundamentos e práticas da ciência da computação e suas relações com a Arquivologia.
RI5 - Contabilidade	Fundamentos e práticas da contabilidade e suas relações com a Arquivologia.
RI6 - Biblioteconomia	Fundamentos e práticas da biblioteconomia e suas relações com a Arquivologia.
RI7 - Museologia	Fundamentos e práticas da museologia e suas relações com a Arquivologia.
RI8 - Sociologia	Fundamentos e práticas da sociologia e suas relações com a Arquivologia.

RI9 - Comunicação	Fundamentos e práticas da comunicação e suas relações com a Arquivologia.
RI10 - Diplomática	Fundamentos e práticas da diplomática e suas relações com a Arquivologia.
RI11 - Paleografia	Fundamentos e práticas da paleografia e suas relações com a Arquivologia.
RI12 - Direito	Fundamentos e práticas do direito e suas relações com a Arquivologia.
RI13 - Notariado	Fundamentos e práticas notariais e suas relações com a Arquivologia.
RI14 - Letras e línguas	Fundamentos e práticas de letras, linguística e línguas e suas relações com a Arquivologia.
RI15 - Estatística	Fundamentos e práticas da estatística e suas relações com a Arquivologia.
RI16 - Filosofia	Fundamentos e práticas da filosofia e suas relações com a Arquivologia.
RI17 - Antropologia	Fundamentos e práticas da antropologia e suas relações com a Arquivologia.

RI18 - Matemática	Fundamentos e práticas da matemática e suas relações com a Arquivologia.
RI19 - Economia	Fundamentos e práticas da economia e suas relações com a Arquivologia.
RI20 - Psicologia*	Fundamentos e práticas da psicologia e suas relações com a Arquivologia.
RI21 - Ciências Políticas*	Fundamentos e práticas das ciências políticas e suas relações com a Arquivologia.
RI22 - Educação*	Fundamentos e práticas da educação e suas relações com a Arquivologia.
RI23 - Temas diversos/tópicos – Relações interdisciplinares*	Temas diversos oriundos de outras áreas do conhecimento e suas relações com a Arquivologia.

Fonte: Dados da pesquisa. *Categorias acrescentadas a pedido dos coordenadores.

De posse das categorias revisadas, foi possível produzir uma planilha e um tutorial que orientasse o seu preenchimento e enviá-la²⁰ aos coordenadores dos 16 cursos de Arquivologia do país, para que cada um, com o conhecimento que possuía da teoria para a concepção do currículo e da prática de sua existência, pudesse preenchê-la. Destaca-se que todos os cursos acionados devolveram os formulários preenchidos, de modo que esta pesquisa tem uma visão global dos cursos de Arquivologia do Brasil.

Mesmo após o preenchimento das planilhas foi necessária a inclusão de algumas categorias, mediante a solicitação de alguns respondentes, conforme identificado no Quadro 1.

É importante ressaltar que, após o recebimento dos dados brutos, foi necessária uma interferência dos pesquisadores nas categorizações das disciplinas *Estágio* e *Trabalho de Conclusão de Curso*. Certos respondentes incluíram a categoria *Estágio* algumas vezes, enquanto outros categorizaram a referida disciplina considerando os conteúdos abrangidos pelas categorias enviadas no tutorial, sendo que dois cursos não incluíram esta disciplina no formulário. Assim, optou-se por criar essa categoria refletindo o caráter específico dessa atividade, sob a qual é difícil identificar um ou mais conteúdos. De outra forma, as disciplinas denominadas nos cursos como *Estágio* poderiam ser categorizadas, de acordo com a realidade de cada curso, com qualquer ou com inúmeras categorias ao mesmo tempo. Os dados poderiam ficar, portanto, prejudicados.

Em relação à disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso*, presente em alguns cursos, 15 respondentes categorizaram-na como *Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia* e um incluiu por iniciativa própria uma nova categoria em seu formulário²¹. Nesse caso específico, optou-se por alterar essa

²⁰ Em 5 de março de 2013.

²¹ O respondente que criou esta categoria deu a ela o nome da disciplina, ou seja, “Trabalho de Conclusão de Curso”.

categorização e deixar todas as disciplinas classificadas somente com aquela categoria.

Acredita-se que, por não constar no tutorial a categoria *Estágio* e por não ter sido criada uma categoria com o nome *Trabalho de Conclusão de Curso*, alguns respondentes podem não ter incluído as disciplinas relativas a estágio e trabalho de conclusão de curso em seus formulários. Desse modo, não foi possível estabelecer uma visão geral dos cursos que apresentam essas disciplinas no Brasil.

É importante destacar, antes de se apresentar os resultados obtidos, que, na análise dos dados, considerou-se a frequência das categorias (ocorrência e/ou repetição dos conteúdos) nas disciplinas obrigatórias e optativas dos cursos de Arquivologia do Brasil. O estudo não considerou a densidade das categorias (intensidade e consistência dos conteúdos) nas disciplinas obrigatórias e optativas. Além disso, como as disciplinas podem abordar conteúdos diferentes, elas puderam ser categorizadas em mais de uma opção.

3 RESULTADOS E ANÁLISES

Para a primeira análise, considerou-se como pressuposto que o cenário geral de cada curso deveria atender a duas premissas, a saber:

- a) **Primeira premissa:** nas disciplinas obrigatórias os conteúdos específicos deveriam aparecer com mais frequência que os conteúdos interdisciplinares. **Justificativa:** caso o curso atenda à premissa, pode-se inferir que possui um grau de concentração regular ou elevado em Arquivologia e considera as suas relações interdisciplinares sem sobrepor a incidência de conteúdos específicos. Se o curso não atende a tal premissa, pode-se inferir que possui um grau de concentração baixo em Arquivologia, uma vez que a frequência de conteúdos de outras áreas sobrepõe a frequência de conteúdos específicos.

- b) **Segunda premissa:** nas disciplinas optativas, os conteúdos específicos e interdisciplinares devem aparecer de forma equilibrada. **Justificativa:** em função da política de flexibilização no ensino superior brasileiro e das necessidades individuais de cada aluno, este deve ter a opção de escolher entre aprofundar mais seus conhecimentos em Arquivologia e ampliar seus conhecimentos em outras áreas que lhe interessem.

Foi possível visualizar os seguintes resultados: dez cursos (62,50%) atendem à primeira premissa, ou seja, possuem um grau de concentração regular ou elevado em Arquivologia – estabelecendo uma área nuclear – e, ao mesmo tempo, consideram as suas relações interdisciplinares – possibilitando a construção de interações e/ou complementaridade, tendo o escopo de atuação da Arquivologia como ponto de partida; seis cursos (37,50%) não atendem à primeira premissa, ou seja, possuem um grau de concentração baixo em Arquivologia e podem ter uma tendência a serem multidisciplinares – colocando em conjunto vários pontos de vista de forma paralela e fragmentados em diversas disciplinas –, em que cada uma delas contribui com informações e conteúdos próprios do seu campo de conhecimento.

À primeira vista, o resultado encontrado é preocupante, uma vez que uma baixa concentração de conteúdos específicos de Arquivologia traz os seguintes questionamentos: trata-se de cursos de Arquivologia ou de cursos multidisciplinares e/ou dispersos (em que o foco não é Arquivologia)? É possível promover a formação de bons arquivistas se os conteúdos específicos não estão em evidência? Nesse cenário, o aluno consegue perceber com nitidez o que é a Arquivologia, quais são seus fundamentos, o(s) seu(s) objeto(s) e o seu escopo de atuação?

Dando continuidade à análise, verificou-se que nenhum curso atende à segunda premissa. Consequentemente, nenhum curso atende às duas premissas. Dos 16 cursos, em

três (18,75%) o aluno somente tem a opção de ampliar os seus conhecimentos em outras áreas de interesse; em 12 cursos (75,00%) os alunos têm a opção de aprofundar os seus conhecimentos em Arquivologia de maneira reduzida; e em um curso (6,25%), os alunos têm a opção de ampliar os seus conhecimentos em outras áreas de interesse de maneira reduzida.

Curiosamente, os seis cursos que não atendem à primeira premissa também não atendem à segunda. Em três deles, além de haver uma maior frequência de conteúdos interdisciplinares nas disciplinas obrigatórias, nas optativas os conteúdos interdisciplinares também se sobressaem. Esse fenômeno agrava ainda mais os questionamentos levantados em relação à primeira premissa, ou seja, mais uma vez os dados demonstram que não existe uma concentração nos conteúdos específicos, de modo que estes aparecem diluídos entre os conteúdos interdisciplinares, tanto nas disciplinas obrigatórias quanto nas optativas. Diante disso são feitos alguns questionamentos com relação à formação dos futuros profissionais de arquivo: é possível promover a formação de bons arquivistas diante de um cenário em que os conteúdos específicos da área se encontram tão diluídos? O aluno é capaz de perceber o objeto e o escopo de atuação da Arquivologia diante de um universo diversificado e sem um núcleo estabelecido? E se o aluno optar por cursar somente disciplinas que lhe oferecem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos em outras áreas de interesse? Nesse caso os conteúdos específicos não fariam falta na formação do aluno? Não há o risco desse aluno se dispersar?

Analisando ainda os dados, constatou-se que, em um outro curso, nas disciplinas obrigatórias os conteúdos específicos e interdisciplinares se encontram equilibrados (50% de frequência) e nas disciplinas optativas os conteúdos interdisciplinares aparecem com mais frequência (73%), ou seja, o aluno tem a opção reduzida de aprofundar os seus conhecimentos em Arquivologia. Em um outro curso, a situação é mais preocupante: os conteúdos específicos e interdisciplinares também se encontram equilibrados (50%

de frequência) nas disciplinas obrigatórias e, nas optativas, os conteúdos interdisciplinares têm uma frequência de 100%. Nesse caso, além de o curso não oferecer um certo grau de concentração em Arquivologia, o discente não tem opções de aprofundamento de seus conhecimentos na área, caso julgue necessário. Em uma situação como essa, o aluno não correria o risco de se dispersar? É possível uma formação adequada nessa situação?

Destaca-se também que, em um dos cursos, nas disciplinas obrigatórias os conteúdos específicos compreendem 100%. Nas disciplinas optativas o aluno tem opção mais acentuada de ampliar os seus conhecimentos em outras áreas de interesse. Ressalta-se que certos conteúdos interdisciplinares são essenciais na formação em Arquivologia. Nesse caso faz-se a seguinte indagação: um fato explica e justifica o outro? E se o aluno não conseguir perceber, entre as disciplinas optativas, quais são aquelas que oferecem os conteúdos interdisciplinares essenciais para a formação que deseja? E se o aluno optar por aprofundar seus conhecimentos em Arquivologia cursando apenas as disciplinas optativas que oferecem conteúdos específicos?

Ainda em relação à segunda premissa, verificou-se que um curso apresenta a frequência de conteúdos específicos nas disciplinas obrigatórias bastante elevada (95%) e possui uma frequência também alta de conteúdos interdisciplinares nas optativas (94%). Diante desse cenário, surge a seguinte indagação: esta é uma forma de compensação satisfatória? E se o aluno optar por cursar disciplinas que lhe oferecem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos em outras áreas de interesse? Nesse caso, os conteúdos específicos não farão falta na formação do aluno? Não se corre o risco desse aluno se dispersar?

Em um segundo momento, buscou-se visualizar com mais detalhes a frequência das categorias no decorrer de cada curso, considerando as disciplinas obrigatórias e optativas. Nesse ponto da análise, foi possível perceber o seguinte cenário:

O conteúdo que aparece com mais frequência nos cursos de Arquivologia do Brasil é *Gestão de documentos* (Quadro 2 e Tabela 1). Considerou-se este dado importante, uma vez que se sabe que durante um tempo a Arquivologia teve como foco o valor secundário dos documentos. Diante desse fato, pode-se afirmar que tais cursos têm buscado inverter esse quadro, ressaltando a importância das reflexões, das rotinas e dos procedimentos junto aos documentos correntes e intermediários.

Fato percebido foi que os dois cursos mais antigos, UNIRIO e UFSM, apresentaram como conteúdos mais frequentes em suas disciplinas aqueles relativos à categoria *Planejamento e projetos arquivísticos*. Diante disso, podemos considerar que tais cursos, em função da vivência e da experiência acumulada, visualizam a necessidade de futuros arquivistas atuarem de forma mais proativa e estratégica no mercado de trabalho, sendo necessário, para tanto, o desenvolvimento das capacidades de análise e de síntese, da habilidade de formular ideias, de orientar, de coordenar, de tomar decisão, de supervisionar e de se adaptar às realidades e condições de tempo e de lugar? Ou seja, estão buscando formar arquivistas que refletem, questionam, observam, e não arquivistas apáticos, conformistas e tecnicistas, que aprendem reproduzindo práticas, rotinas e técnicas pré-existentes em manuais técnicos?

Ainda sobre esse ponto da análise, ressalta-se que, no caso da UFSM, a categoria *Ciência da computação* aparece com o mesmo percentual que a categoria *Planejamento e projetos arquivísticos*. Nesse caso, pode-se inferir que tal cenário é devido aos aspectos e impactos trazidos pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), pela chamada Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC), e que, de certa forma, tais fatores impulsionaram a adaptação da Arquivologia aos novos contextos?

Também chamou a atenção o fato de um curso, o da UFAM, ter apresentado como conteúdo mais frequente em suas disciplinas a categoria *Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia*. Destaca-se que vários estudos de perfis de

alunos de Arquivologia realizados – Paiva, Negreiros e Silva (2012), por exemplo – apontaram como desafio o envolvimento e a dedicação dos discentes em atividades relacionadas à pesquisa acadêmica e à participação em ações de extensão. Essa iniciativa da UFAM existe para reverter tal quadro? Ou se trata de uma carência pontual, ou seja, uma necessidade de um corpo acadêmico local?

Destaca-se, também, o fato de o curso da UNESP ter apresentado como conteúdos mais frequentes em suas disciplinas aqueles relativos à categoria *Gestão de documentos eletrônicos e digitais*. Isso pode reafirmar a preocupação com a gestão de documentos, já apontada pelos resultados desta pesquisa e, mais uma vez, orientar os estudos na direção das TIC.

Por outro lado, seis cursos (UEPB, UFF, UFMG, UFRGS, UFSC e UNB) apresentaram como conteúdos mais frequentes em suas disciplinas aqueles relativos às categorias que abordam temas interdisciplinares, tais como: História, Ciência da Informação, Biblioteconomia, Administração e temas diversos/tópicos – relações interdisciplinares. Curiosamente, as quatro primeiras disciplinas representam as áreas com as quais a Arquivologia vem, ao longo do tempo, se relacionando. Vale ressaltar que na construção dessas relações, a Arquivologia, muitas vezes, foi tratada como disciplina auxiliar, dependente e subordinada hierarquicamente. Assim, somos levados a questionar se esse tipo de relação ainda permanece no cenário acadêmico brasileiro. Por outro lado, tal fenômeno mais uma vez nos leva aos questionamentos feitos anteriormente: é possível promover a formação de bons arquivistas se o que está em evidência são conteúdos de outras áreas?

Quadro 2 – Conteúdos mais frequentes (disciplinas obrigatórias e específicas) I.

CURSO	CONTEÚDO QUE PARECE COM MAIS FREQUÊNCIA NAS DISCIPLINAS (OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS)
FURG	3 Gestão de documentos
UEL	3 Gestão de documentos
UEPB	RI2 História RI3 Administração
UFAM	10 Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia
UFBA	3 Gestão de documentos
UFES	3 Gestão de documentos
UFF	RI1 Ciência da Informação
UFMG	RI23 Temas diversos/tópicos – Relações interdisciplinares
UFPA	3 Gestão de documentos
UFPB	3 Gestão de documentos
UFRGS	RI1 Ciência da Informação
UFSC	RI3 Administração
UFSM	7 Planejamento e projetos arquivísticos RI4 Ciência da Computação
UNB	RI6 Biblioteconomia
UNESP	4 Gestão de documentos eletrônicos e digitais
UNIRIO	7 Planejamento e projetos arquivísticos

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 1 – Conteúdos mais frequentes (disciplinas obrigatórias e específicas).

CONTEÚDO QUE PARECE COM MAIS FREQUÊNCIA NAS DISCIPLINAS (OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS)	QTDE. DE CURSOS
3 Gestão de documentos	6 (37,50%)
RI1 Ciência da Informação	2 (12,50%)
RI3 Administração	2 (12,50%)
4 Gestão de documentos eletrônicos e digitais	1 (6,25%)
7 Planejamento e projetos arquivísticos	1 (6,25%)
RI2 História	1 (6,25%)
RI4 Ciência da Computação	1 (6,25%)
RI6 Biblioteconomia	1 (6,25%)
RI23 Temas diversos/tópicos – Relações interdisciplinares	1 (6,25%)

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: Qtde: Quantidade.

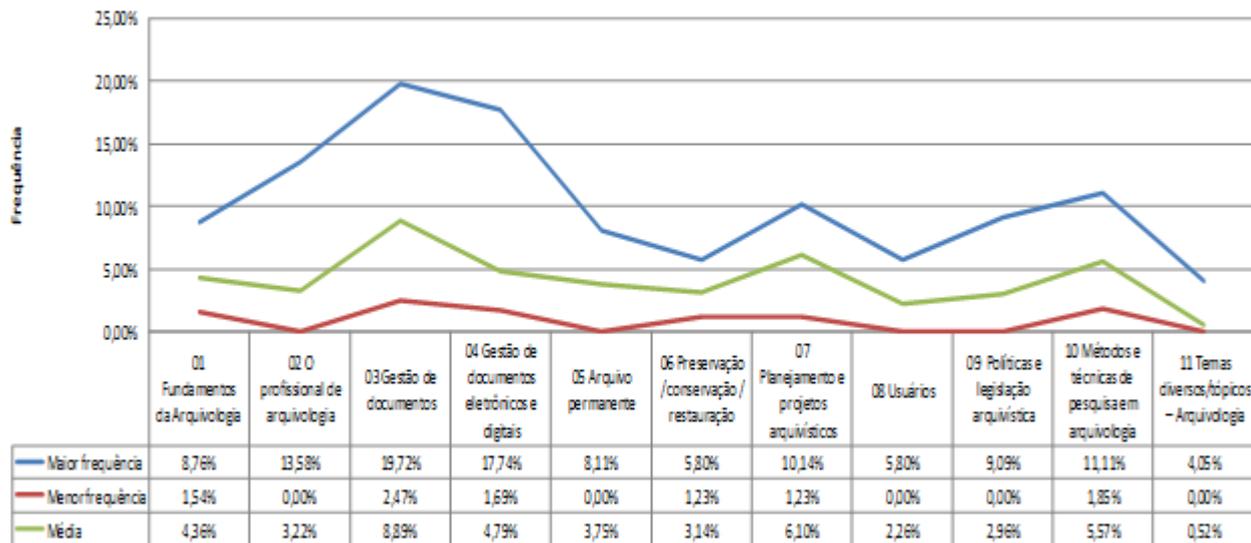
Quando são comparados todos os cursos (considerando as disciplinas obrigatórias e optativas), praticamente, em momento algum, os conteúdos específicos possuem uma frequência que demonstre certo grau de equilíbrio entre os cursos.

Tabela 2 – Distribuição das categorias específicas.

CATEGORIAS ESPECÍFICAS	MAIOR FREQUÊNCIA	MENOR FREQUÊNCIA
01 Fundamentos da Arquivologia	8,76%	1,54%
02 O profissional de Arquivologia	13,58%	0,00%
03 Gestão de documentos	19,72%	2,47%
04 Gestão de documentos eletrônicos e digitais	17,74%	1,69%
05 Arquivo permanente	8,11%	0,00%
06 Preservação / conservação / restauração	5,80%	1,23%
07 Planejamento e projetos arquivísticos	10,14%	1,23%
08 Usuários	5,80%	0,00%
09 Políticas e legislação arquivística	9,09%	0,00%
10 Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia	11,11%	1,85%
11 Temas diversos/tópicos – Arquivologia	4,05%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 1 – Conteúdos específicos X maior frequência, menor frequência e média.



Fonte: Dados da pesquisa. Foram consideradas as disciplinas obrigatórias e optativas.

Nesse quesito destacam-se as seguintes situações:

A categoria *O profissional de Arquivologia* não é tratada no decorrer do curso da UFAM. Sobre esse fato, compreende-se que um curso superior não deve ter como objetivo único objetivo a formação profissional. Entretanto, é importante levar em conta, no processo de formação do discente, as demandas do mercado de trabalho e da sociedade, bem como o campo de atuação dos profissionais da área.

Verificou-se que o curso que tem a maior frequência na categoria *Gestão de documentos* é o da UFBA, com 19,72%, acima do dobro da média nacional que é 8,89%. Em contrapartida, o curso que aborda com menor frequência os conteúdos dessa categoria é o da UFRGS, que tem uma frequência de 2,47%, ou seja, aproximadamente 1/3 da média e bem distante do percentual da UFBA, quase oito vezes menos. Curiosamente, a categoria *Arquivo permanente* não aparece em um dos cursos pesquisados e, ao se verificar os dados brutos enviados pelo respondente, observou-se que as disciplinas *Arranjo e Descrição Arquivística* e *Arranjo e Descrição Arquivística II* foram categorizadas como *Gestão de Documentos*.

Ressalta-se também, que a categoria *Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia* tem média de 5,57% de frequência e que o curso que mais aborda essa temática (UFAM) tem 11,11% de frequência, ou seja, aproximadamente o dobro da média nacional. Por outro lado, o curso que apresenta uma menor frequência em relação à temática (UFMG) tem 1,85% de frequência, ou seja, aproximadamente 1/3 da média e bem distante do percentual da UFAM, aproximadamente seis vezes menos.

Percebeu-se, ainda, que a categoria *Usuários* não aparece em dois cursos (UFF e UFSM), fato que chama a atenção para o seguinte aspecto: o acesso aos documentos representa, na realidade, o objetivo final do tratamento dispensado aos documentos arquivísticos, de modo que estes possam servir aos sujeitos produtores (usuário interno) ou a qualquer pessoa (usuário externo), como testemunho da

gestão de atos/transações administrativos e/ou jurídicos, ou como informação para fins científicos, sociais ou culturais.

A categoria *Política e legislação arquivística* não aparece em três cursos (UFAM, UFMG e UFF). Sobre essa questão, destaca-se que as políticas e legislações arquivísticas compreendem as premissas/diretrizes, ações e decisões que delimitam o cenário e a forma de atuação dos profissionais da área nos cenários locais, regionais e nacionais. Nas fases de desenvolvimento e implementação, as políticas e legislações englobam uma série de decisões voltadas à resolução de problemas em circunstâncias concretas, envolvendo o conhecimento extensivo da realidade dos arquivos e dos seus contextos e conjunturas - dimensão técnica, científica, legal, social - bem como a capacidade de ação em um cenário. Ou seja, contextos e conjunturas que devem ser considerados nas estratégias de formação voltadas para o campo de atuação do futuro profissional.

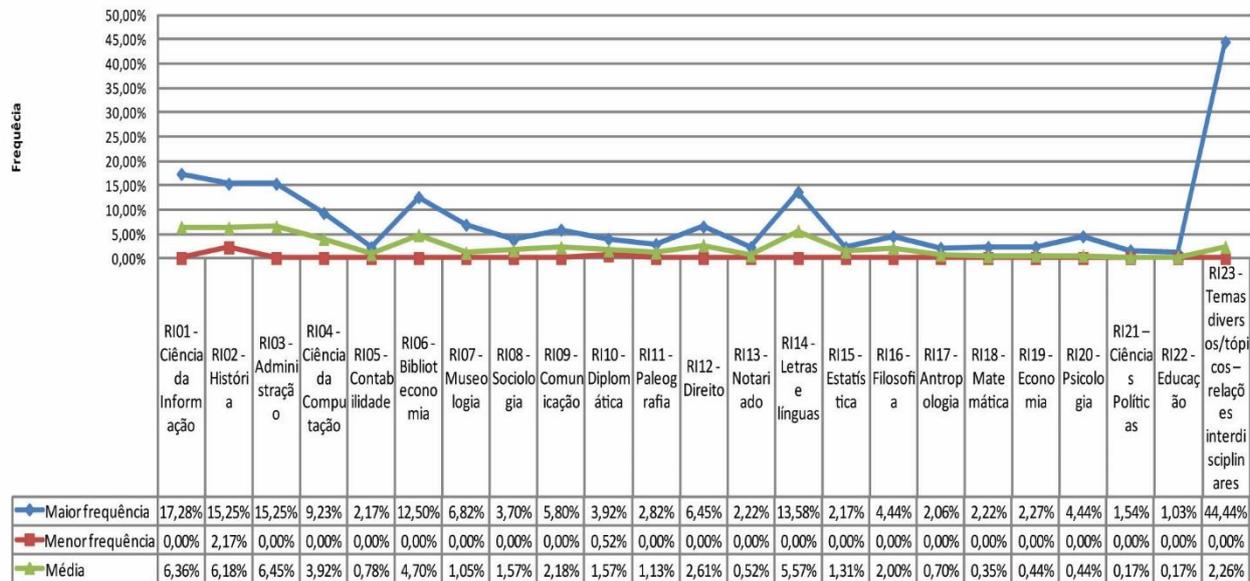
Prosseguindo com a análise, também foi possível observar que não existe equilíbrio em relação aos cursos no que se refere à frequência das categorias interdisciplinares (Tabela 3). Destaca-se que o desequilíbrio se mostra em um grau acentuado quando se trata da Ciência da Informação, História, Ciência da Computação e Biblioteconomia, apontadas, geralmente, como as mais afins com a história da Arquivologia (nacional e internacional) e dos cursos no Brasil.

Tabela 3 – Distribuição das categorias específicas.

CATEGORIAS INTERDISCIPLINARES	MAIOR FREQUÊNCIA	MENOR FREQUÊNCIA
RI01 - Ciência da Informação	17,28%	0,00%
RI02 - História	15,25%	2,17%
RI03 - Administração	15,25%	0,00%
RI04 - Ciência da Computação	9,23%	0,00%
RI05 - Contabilidade	2,17%	0,00%
RI06 - Biblioteconomia	12,50%	0,00%
RI07 - Museologia	6,82%	0,00%
RI08 - Sociologia	3,70%	0,00%
RI09 - Comunicação	5,80%	0,00%
RI10 - Diplomática	3,92%	0,52%
RI11 - Paleografia	2,82%	0,00%
RI12 - Direito	6,45%	0,00%
RI13 - Notariado	2,22%	0,00%
RI14 - Letras e línguas	13,58%	0,00%
RI15 - Estatística	2,17%	0,00%
RI16 - Filosofia	4,44%	0,00%
RI17 - Antropologia	2,06%	0,00%
RI18 - Matemática	2,22%	0,00%
RI19 - Economia	2,27%	0,00%
RI20 - Psicologia	4,44%	0,00%
RI21 – Ciências Políticas	1,54%	0,00%
RI22 - Educação	1,03%	0,00%
RI23 - Temas diversos/tópicos – relações interdisciplinares	44,44%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

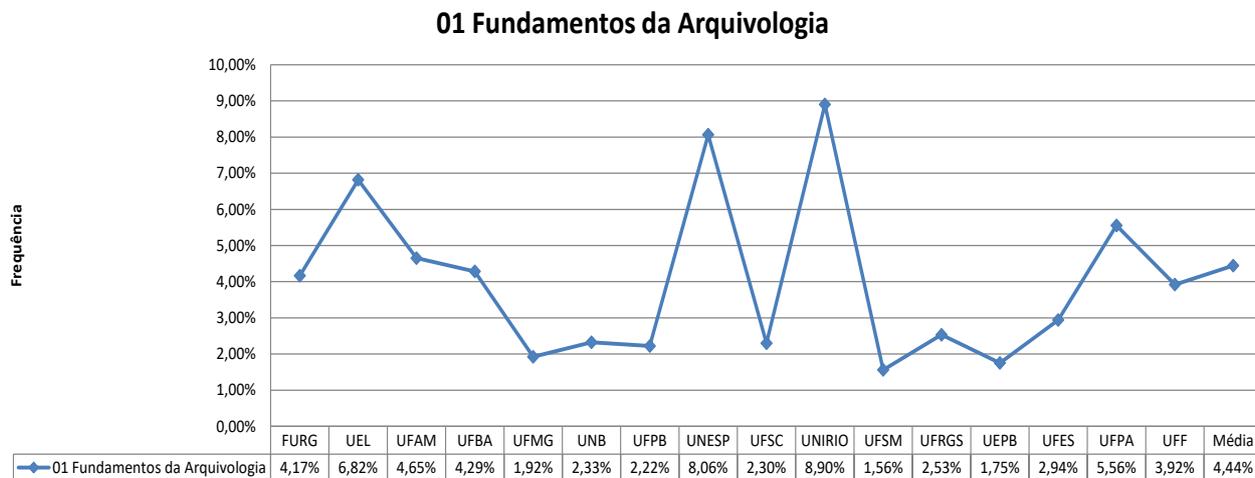
Gráfico 2 – Conteúdos interdisciplinares X maior frequência, menor frequência e média.



Fonte: Dados da pesquisa. Foram consideradas as disciplinas obrigatórias e optativas.

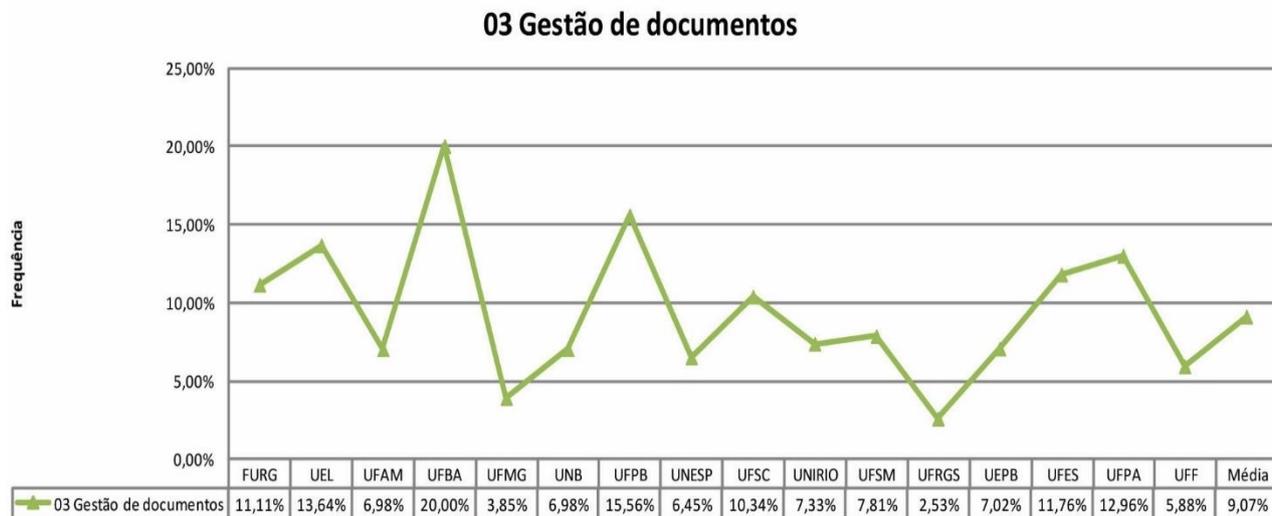
A situação não muda quando se considera apenas as disciplinas obrigatórias (excluindo as disciplinas optativas e os estágios). Vejamos algumas situações considerando a frequência dos conteúdos específicos:

Gráfico 3 – Frequência dos conteúdos específicos I.



Fonte: Dados da pesquisa.

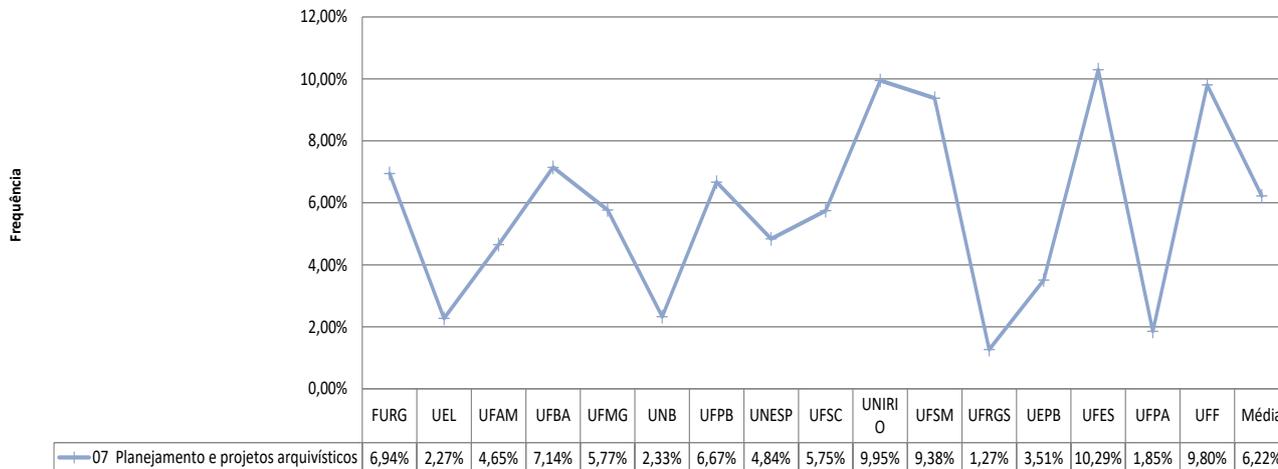
Gráfico 4 – Frequência dos conteúdos específicos II.



Fonte: Dados da pesquisa.

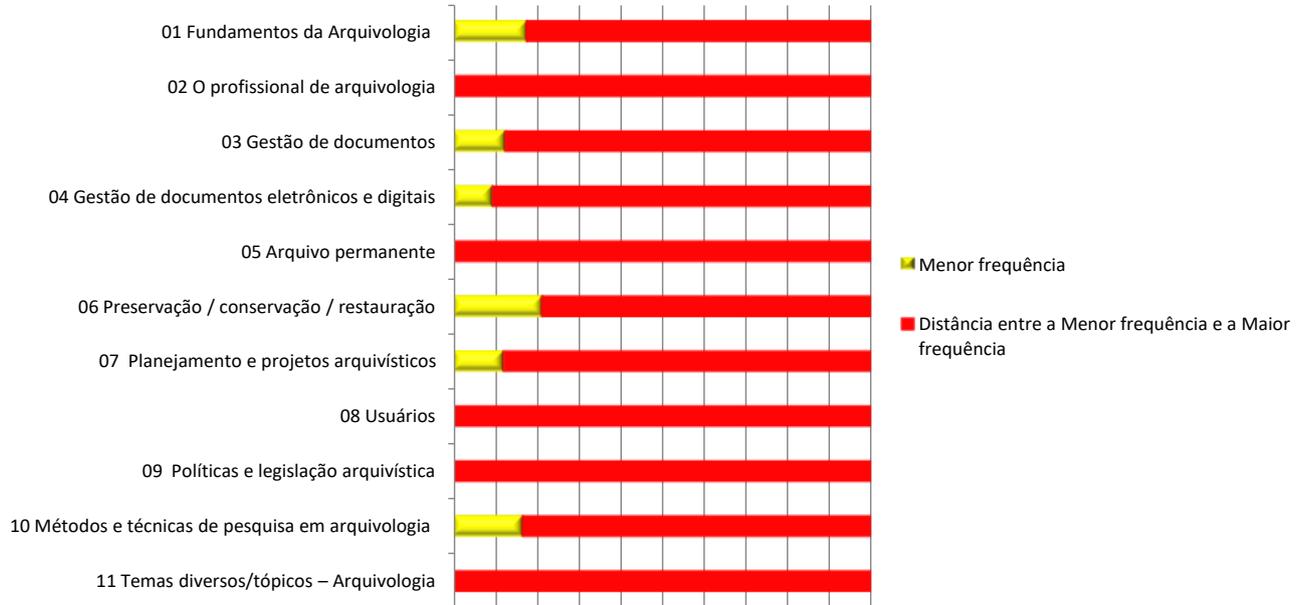
Gráfico 5 – Frequência dos conteúdos específicos III.

07 Planejamento e projetos arquivísticos



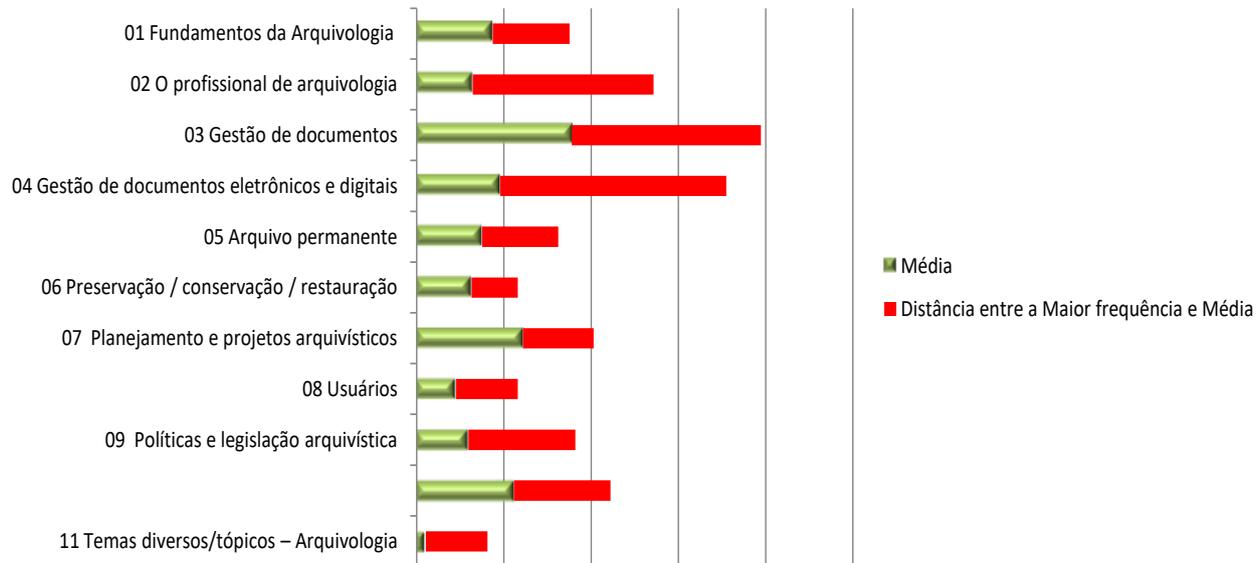
Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 6 – Frequência dos conteúdos específicos IV.



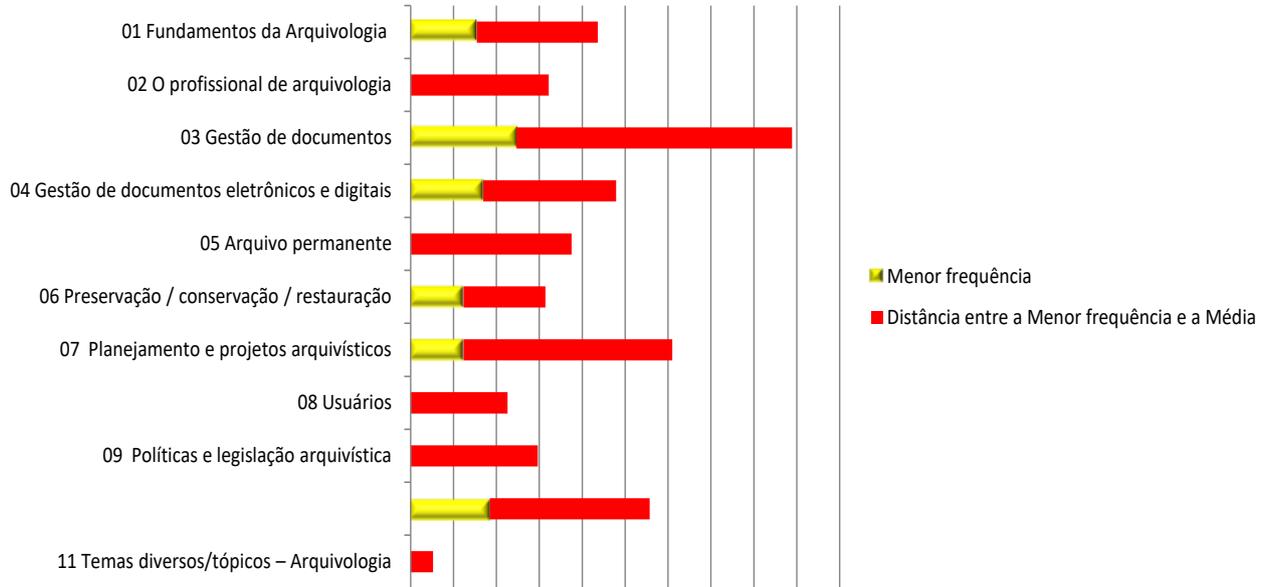
Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 7 – Frequência dos conteúdos específicos V.



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 8 – Frequência dos conteúdos específicos VI.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando comparadas as menores frequências dos conteúdos específicos (considerando as disciplinas obrigatórias e optativas) e as maiores frequências, foi possível representar, proporcionalmente, através do Gráfico 6, o grau de distância/proximidade entre elas (representado na cor vermelha).

Como se percebe no gráfico acima, os distanciamentos são significativos, de modo que a harmonização entre os cursos, tendo como parâmetro a frequência dos conteúdos eleitos nesta pesquisa, necessitaria de uma negociação e de um esforço, à primeira vista, trabalhosos.

É importante destacar que, nesta fase do estudo, não foram consideradas as frequências médias encontradas como um ideal a ser perseguido, todavia, esses dados também servem como parâmetros que permitem visualizar o grau de distanciamento/proximidade entre os cursos – representado na cor vermelha nos Gráficos 7 e 8.

Como se percebe, ainda que se considerem as frequências médias, os gráficos acima revelam graus de distanciamentos significativos e não proximidades.

Capítulo 3

INFLUÊNCIAS NA ESTRUTURAÇÃO DE CURRÍCULOS DE ARQUIVOLOGIA: AS CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO-INSTITUCIONAIS, O CONTEXTO REGIONAL, O MERCADO LABORAL E O PERFIL DOCENTE²²

2014

Quando apresentada, na III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), em Salvador, a pesquisa de 2013 suscitou uma das recomendações do evento, segundo a qual seria necessário promover:

o desdobramento da pesquisa sobre harmonização curricular, selecionando e enviando aos cursos alguns pontos a serem discutidos com os Colegiados, a fim de ampliar o estudo, levando em conta a estrutura e especificidades de cada curso e o perfil docente daí decorrente. Os resultados dessa nova fase da pesquisa serão discutidos no Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, durante o Congresso Nacional de Arquivologia, em 2014 (REPARQ, 2013).

A partir das discussões realizadas nesse evento, ficou evidente a preocupação de que não se poderia pensar em harmonização curricular dos cursos de Arquivologia do país

²² ²² Publicado originalmente em: ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A. Influências na estruturação de currículos de Arquivologia: as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional, o mercado laboral e o perfil docente. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 20, n. 2, p. 172-197, abr./jun. 2015.

sem se considerar o contexto regional, a capacidade docente da instituição, o mercado laboral e as configurações acadêmico-institucionais. Tornou-se claro que, embora haja um número de disciplinas que devem ser abrangidas por todos os currículos de Arquivologia do Brasil, outras tantas devem partir da percepção acurada dos fatores de influência citados.

Esta etapa da pesquisa, portanto, foi uma tentativa de criar mais um instrumento para compor a metodologia de análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia, sob a perspectiva mais abrangente de se considerar não só as disciplinas inerentes a um curso dessa área, mas também as necessidades institucionais e regionais. O questionário que ora se apresenta foi testado na realidade do curso de graduação em Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para, depois, ser ampliado, para os demais cursos existentes no país, como já se fez anteriormente.

Para alcançar o objetivo proposto, o presente capítulo traz discussões sobre a estrutura e as especificidades de cada curso – que abrangem as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional e o mercado laboral – e do perfil docente. Ademais, apresenta-se o questionário elaborado para o levantamento de dados desses fatores, o piloto realizado na UFMG e as considerações sobre o teste deste instrumento.

1 ESTRUTURA E ESPECIFICIDADE DE CADA CURSO

Ao se discutir a estruturação ou reestruturação curricular de um curso de graduação, qual seja, o de Arquivologia, vários fatores devem ser levados em consideração. Acredita-se que esses fatores estejam relacionados, inicialmente, às necessidades teórico-práticas e às relações interdisciplinares inerentes a um curso de Arquivologia, amplamente discutidas em Negreiros, Silva e Arreguy (2012; 2013).

As discussões oriundas das pesquisas mencionadas nos capítulos anteriores alertaram para o fato de que a formação

discente deve levar em conta, ainda, o contexto acadêmico em que os alunos estão inseridos e todas as características sociais, econômicas, geográficas e políticas que circundam o *locus* de formação. O currículo é, portanto, produto do meio em que é inserido e este local se expande, inclusive, para o entorno da unidade de ensino.

Além disso, há vários fatores que podem influenciar a formação do discente, não apenas o currículo, e que são, inclusive, determinantes dos conteúdos curriculares de cada curso.

É fundamental que se observem essas questões ao se pensar nas disciplinas ou na orientação que terá o currículo a ser operacionalizado em sala de aula. De forma contrária, o aluno teria uma formação alheia às necessidades locais do mercado e às expectativas sociais do contingente que rodeia o seu centro de formação. Além disso, sua instrução para o exercício da Arquivologia estaria desvinculada da tradição histórico-social e regional.

Não se encontraram estudos que realizassem essa abordagem de forma direta e completa. Portanto, fica claro que o conteúdo que ora se apresenta é o resultado de uma reflexão inicial a respeito das influências locais que sofrem os cursos de Arquivologia e não afasta contribuições que visem completar esse aprendizado.

De maneira geral, categorizaram-se os fatores que influenciam a estruturação de um currículo e a definição da formação arquivística em duas classes, a saber:

a) Configurações acadêmico-institucionais:

A expressão “configurações acadêmico-institucionais” foi utilizada por Tanus (2013), ao discutir as influências das instituições acadêmicas nas definições dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, e parece ser a mais adequada para reunir os fatores que interferem diretamente na construção do currículo.

Nesta categoria, podem ser arrolados aqueles fatores que possuem relação direta com a estruturação do curso de Arquivologia, ou seja, o *locus* de formação especificamente: a

unidade de ensino e sua relação com a instituição de maneira geral; a categoria administrativa da instituição de ensino (público ou privada); a unidade de ensino e sua relação com os cursos nela ministrados, inclusive os de especialização, mestrado e doutorado; o ano de implantação do curso e, conseqüentemente, o seu tempo de existência; o órgão ao qual o curso está vinculado (departamento, instituto ou escola, entre outros); a existência de bibliotecas e laboratórios que atendam ao curso de Arquivologia e correlatos; e a existência de periódico(s) da instituição que publiquem material relacionado à área.

b) **Contexto regional e mercado laboral:**

Como já dito, outras proximidades podem influenciar sobremaneira o curso a ser ministrado. Souza (2011, p. 118) trata da “vinculação do ensino com o mercado laboral”, ou seja, da necessidade constante dos cursos se adaptarem às exigências do mercado que irá receber os egressos e do elo constante entre a construção ou a reformulação do currículo e as necessidades dos empregadores, para que haja uma harmonia entre a formação e o estabelecimento desses profissionais no mercado. Oliveira (2012) alerta sobre a atuação do arquivista:

No século XX, o arquivista ampliou os papéis que desempenhava. Além do papel que milenarmente exercia junto à administração pública e do papel de colaborador na análise e interpretação dos documentos históricos, pelo qual ficou conhecido no século XIX, o arquivista passou a trabalhar com os arquivos privados e os arquivos de empresa [...]. A separação entre arquivos históricos e arquivos correntes criou uma distinção artificial entre duas áreas que lidavam com o mesmo objeto de estudo e trabalho [...]. Neste momento, a Arquivística busca emergir da crise por meio da construção de

um novo perfil profissional. Essa mudança depende, essencialmente, da renovação das competências profissionais e revisão dos modelos de formação. (OLIVEIRA, 2012, p. 104-105).

A autora defende que a universidade não se submeterá às exigências do mercado de trabalho simplesmente, mas também não ficará alheia a essas realidades. A partir dos objetivos próprios e da autonomia que tem para encaminhá-los, a universidade definirá o que será mais adequado para a formação do profissional. Acrescenta:

O papel da universidade não se limita a fornecer profissionais para o mercado de trabalho. Entretanto, ela não pode ignorar as expectativas sociais. Assim como a Arquivística, a universidade também carece de remodelagem. Ela precisa se adaptar às demandas contemporâneas, em um momento em que as formações necessitam de uma abordagem mais ampla e menos tecnicista (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

Essa relação entre o mercado laboral e a formação do discente se efetivará nas disciplinas que tratam dos chamados estágios supervisionados e ambos passarão a ser “espaços formativos” (COSTA, 2012). Assim:

[...] identificar a configuração do mundo do trabalho dos arquivistas e das suas diversas demandas profissionais nos remete à compreensão do contexto atual de atuação profissional e corrobora com as ações formativas dos futuros profissionais (COSTA, 2012, p. 131).

Da mesma maneira, o contexto regional é relevante para a compreensão do local onde a formação será inserida e para o fornecimento de subsídios que a incrementarão.

Nessa categoria, podem constar: a proximidade com as instituições de ensino que possuam cursos de Arquivologia, as associações de classe ou os denominados coletivos profissionais; as instituições correlatas (arquivos, museus, bibliotecas e outros); as instituições públicas e as empresas privadas que poderiam assimilar os profissionais; os fatores econômicos, sociais, históricos e culturais relevantes para a área e a legislação local existente referente à temática.

2 PERFIL DOCENTE

A fim de compreender as especificidades de cada um dos cursos de Arquivologia, este trabalho propõe uma análise do perfil dos respectivos corpos docentes. Tal estudo é fundamental para o entendimento da dinâmica do curso, pois se entende que o docente tem papel central na construção e na implementação do currículo escrito. Entende-se como docente do curso o professor efetivo que lecionou pelo menos uma disciplina obrigatória nos últimos quatro anos, período este que se refere, geralmente, ao tempo regular de uma graduação. A opção pelos professores responsáveis por disciplinas obrigatórias baseia-se na ideia de que a quase totalidade dos discentes formados no curso teria contato com tais profissionais que, em alguma medida, influenciariam a formação acadêmica dos alunos. Esses professores seriam os responsáveis pela operacionalização do currículo escrito na prática da sala de aula.

O mapeamento do perfil docente dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil teve como base a estrutura do currículo da Plataforma Lattes. Essa plataforma surgiu a partir das iniciativas de integração de currículos dos pesquisadores brasileiros realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e existentes desde a década de 1980 (CNPq, 2014).

Atualmente, a Plataforma Lattes proporciona a integração de bases de dados de currículos, grupos de

pesquisa e de instituições em um sistema de informações. O Currículo Lattes:

[...] se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia (CNPq, 2014).

Alguns trabalhos já se dedicaram ao estudo do perfil docente. Entre aqueles relacionados à área de Arquivologia, destacam-se o de Marques (2007) e Marques e Roncaglio (2012). Na área de Ciência da Informação, foi encontrado um estudo de Daura e Galvão (2011). Em outra área de conhecimento, Vieira, Ensslin e Silva realizaram estudo significativo, publicado no ano de 2011.

O trabalho de Marques (2007) tem como foco a formação/titulação dos docentes dos nove cursos de Arquivologia existentes no Brasil no período da pesquisa. Foram levantadas as áreas de formação dos professores, nos níveis de graduação, mestrado e doutorado; a existência de programas de pós-graduação no departamento/faculdade/instituto ao qual o curso de Arquivologia está vinculado e a participação de docentes dos cursos de Arquivologia nos respectivos programas.

No trabalho de Marques e Roncaglio (2012, p. 76), realizou-se um “mapeamento preliminar da configuração científica da Arquivologia no Brasil”. Para o levantamento dos dados referentes aos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia, a pesquisa baseou-se em um questionário estruturado e divulgado para o grupo de professores que participaram da I Reunião de Ensino e Pesquisa em

Arquivologia (I REPARQ), realizada entre os dias 7 e 9 de junho de 2010, na Universidade de Brasília. Esse questionário deveria ser respondido pelos coordenadores dos cursos e se dividia em três partes:

- 1) Identificação da instituição;
- 2) Formação e produção científica dos docentes;
- 3) Produção na área de Arquivologia nos programas de pós-graduação.

O questionário foi respondido por oito universidades, quais sejam: UNIRIO, UFSM, UnB, UEL, UFES, FURG, UFMG e UFAM, porém, foi necessária uma verificação nos Currículos Lattes da maioria dos docentes, diante das respostas incompletas e divergentes dos questionários. (MARQUES; RONCAGLIO, 2012, p. 76).

Esse trabalho apresenta dados referentes ao nível de formação e tabelas com dados quantitativos da produção científica dos docentes de cada um dos cursos analisados. A produção científica é dividida em livros; capítulos de livros; artigos em periódicos; comunicações em eventos. Constam, ainda, informações sobre as orientações realizadas pelos docentes no curso de Arquivologia e projetos de iniciação científica, destacando o número de trabalhos com temáticas específicas na área de Arquivologia. Outro aspecto apresentado pelas autoras é a atuação dos docentes em programas de pós-graduação dentro e fora das instituições a que estão vinculados. São apresentados ainda dados referentes à participação dos docentes em grupos de pesquisa.

O trabalho de Daura e Galvão (2011) apresenta um mapeamento da formação/titulação dos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia de vinte e sete universidades públicas brasileiras. A pesquisa teve a função de mapear “como a interdisciplinaridade no campo da Ciência da Informação se reflete na composição dos corpos docentes dos cursos de graduação de universidades públicas brasileiras” (DAURA; GALVÃO, p. 242). A coleta de

dados foi realizada por meio de consulta aos sites institucionais dos cursos de graduação e ao Currículo Lattes dos docentes. Foram contatados os coordenadores dos cursos de graduação que não tinham sites institucionais, a fim de obter uma lista dos docentes integrantes do curso. Devido a dificuldades como a ausência de informações sobre os docentes nos sites institucionais e do Currículo Lattes de alguns docentes (62), além de outros 25 com Currículo Lattes incompleto, foram excluídos 87 perfis docentes e o estudo focalizou uma amostra de 417 perfis dos 504 inicialmente considerados.

Um trabalho considerado similar foi realizado por Vieira, Ensslin e Silva, publicado em 2011. Esse artigo é resultado de uma pesquisa sobre a produção científica dos docentes dos departamentos de contabilidade de três universidades federais do sul do Brasil, são elas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tal trabalho destaca a produção dos docentes nessas universidades, pois os considera como “patrimônio intelectual dessas instituições e, por isso, devem colaborar ativamente para a construção de conhecimento proposta por elas” (VIEIRA; ENSSLIN; SILVA, 2011, p. 45). A pesquisa teve como objetivos específicos:

- (i) apontar os docentes mais prolíficos; (ii) apontar, em termos qualitativos, a produção científica dos docentes diante da classificação estipulada pelo Qualis/CAPES (triênio 2007-2009) e (iii) evidenciar as principais áreas de atuação dos docentes em termos de produção científica. (VIEIRA; ENSSLIN; SILVA, 2011, p. 46).

O trabalho analisa a produção em periódicos e eventos. São analisadas as publicações das categorias trabalhos completos publicados em anais de congressos e artigos

completos publicados em periódicos entre os anos de 2008 e 2009. Segundo os autores, a publicação nesses veículos cumpre a função de disseminar o conhecimento produzido pelo autor à comunidade científica. Os dados foram obtidos no Currículo Lattes dos docentes. Os resultados são apresentados na forma de quadros nominais por docente e universidade, com dados quantitativos de publicações em periódicos em congressos e quadros com pontuações dos docentes em relação aos critérios Qualis/CAPES. São apontados, ainda, os docentes mais produtivos de cada universidade, de acordo com o número de publicações e a pontuação de cada docente em relação aos critérios Qualis/CAPES. Os resultados apresentados revelam que a produção nas três universidades apresentadas se concentra em um pequeno número de docentes.

Um aspecto de interseção desse trabalho de Vieira, Ensslin e Silva com o que ora se apresenta é o enquadramento temático das publicações dos docentes, visando compreender os vínculos entre esse enquadramento e os currículos dos cursos e as linhas de pesquisa de pós-graduação nas universidades a que os cursos estão vinculados.

Neste capítulo, o conteúdo que se apresenta tem ligações com os estudos apresentados acima, mas se caracteriza por um maior detalhamento. A análise da produção docente tem como base a estrutura do Currículo Lattes, abrangendo os seguintes itens:

1. formação acadêmica nos níveis de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado;
2. formação complementar;
3. atuação profissional na área de arquivos;
4. quantidade de projetos de pesquisa;
5. quantidade de projetos de extensão;
6. área em que leciona (ministra disciplinas);
7. áreas em que se sente preparado para lecionar (ministrar disciplinas)
8. livros publicados;

9. capítulos de livros publicados;
10. artigos publicados em periódicos;
11. trabalhos completos publicados em anais de eventos;
12. apresentações de trabalho e/ou Conferências;
13. produção técnica;
14. fluência em outros idiomas;
15. membro de corpo editorial de periódico (Editor e/ou Parecerista).

Destaca-se que as produções enquadradas nos itens das letras c a m são classificadas de acordo com as categorias temáticas definidas na pesquisa e apresentadas em trabalho exposto na III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) no ano de 2012 (NEGREIOS; SILVA; ARREGUY, 2013), quais sejam:

16. Fundamentos da Arquivologia;
17. O profissional de Arquivologia;
18. Gestão de documentos;
19. Gestão de documentos eletrônicos e digitais;
20. Arquivo permanente;
21. Preservação / conservação / restauração;
22. Planejamento e projetos arquivísticos;
23. Usuários;
24. Políticas e legislação arquivística;
25. Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia;
26. Temas diversos/tópicos – Arquivologia;
27. Interdisciplinar.

O principal diferencial do trabalho que se apresenta em relação às pesquisas citadas acima é que o questionário do perfil docente é baseado, quase em sua totalidade, na estrutura do Currículo Lattes dos professores. Muitos desses dados foram extraídos pelo professor diretamente do Currículo Lattes, ficando por conta de uma análise mais

subjetiva apenas o enquadramento dos trabalhos nas categorias temáticas pré-definidas.

3 METODOLOGIA

A construção do questionário apoia-se nos três vértices que sustentam esta pesquisa: a) as configurações acadêmico-institucionais; b) o mercado laboral e o contexto regional; e c) o perfil docente.

A primeira parte do questionário abrange as questões relacionadas ao perfil do curso, ou seja, orienta a busca pelos dados que se referem à descrição da instituição de ensino que abriga o curso de Arquivologia, o contexto regional e o mercado de trabalho que o representa. Grande parte dos dados podem ser encontrados nas publicações disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ²³

A segunda parte do questionário, por sua vez, trata das questões relacionadas ao perfil dos professores que lecionam disciplinas obrigatórias no curso de Arquivologia a ser analisado nos últimos quatro anos. Grande parte dos dados analisados nesta seção pode ser encontrada nos Currículos Lattes dos docentes, disponíveis no site do CNPq ²⁴.

O curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais foi escolhido pela proximidade dos autores com a instituição e como forma de colaborar com a reestruturação curricular por que passava. De qualquer forma, o levantamento apresentado era um teste da ferramenta elaborada e poderia ser aprimorado após a análise dos colaboradores da área.

Os resultados obtidos serão apresentados considerando-se, primeiro, a análise do instrumento como contribuidor para a metodologia de análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia. Em seguida, os dados coletados pela ferramenta também serão analisados, como forma de se exercitar e explicitar as possibilidades do levantamento.

²³ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2014.

²⁴ Disponível em: <http://www.cnpq.br/>. Acesso em: 1 set. 2014.

4 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados levando-se em consideração, inicialmente, o perfil dos docentes do curso e, em seguida, as configurações acadêmico-institucionais da UFMG, o contexto regional e o mercado-laboral disponível.

4.1 O PERFIL DOS DOCENTES DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram considerados os docentes que ministraram disciplinas obrigatórias no Curso de Arquivologia da UFMG no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2013. Após levantamento junto ao colegiado do curso, chegou-se à amostra de 18 docentes. Todos eles (100%) responderam ao questionário disponibilizado on-line, entre os dias 11 de setembro de 2014 e 10 de outubro de 2014.

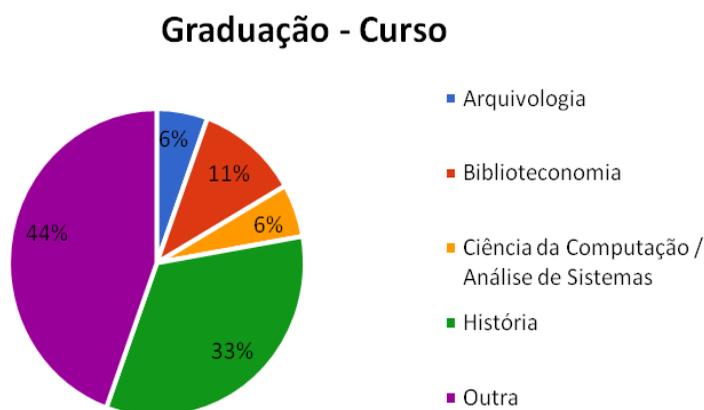
Em relação ao perfil dos docentes do Curso de Arquivologia da UFMG, os dados demonstram o que segue.

Quanto à graduação, as formações são variadas – conforme pode ser observado na Figura 1. Destaca-se que, na categoria “Outra”, encontram-se os seguintes cursos: Artes com habilitação em Cinema (1), Ciências Sociais (2), Comunicação Social (1), Engenharia (1), Psicologia (2) e Serviço Social (1). Os demais profissionais são graduados em áreas comumente afins à Arquivologia no cenário brasileiro: História (6), Biblioteconomia (2) e Ciência da Computação / Análise de Sistema (1). Ressalta-se que há apenas um docente graduado em Arquivologia. Todavia, em contrapartida, nove docentes (50%) já atuaram ou atuam em arquivos, dois deles, inclusive, por períodos longos: 17 e 18 anos. Isso demonstra que boa parte dos docentes, apesar de não ter formação específica, tem vivência na área, possui experiências práticas e capacidade de correlacionar prática e teoria (dimensão epistemológica X dimensão pragmática da Arquivologia).

O docente que possui graduação em Arquivologia formou-se em outro estado da Federação. Este fato é condizente com o contexto regional, pois o primeiro curso de graduação em Arquivologia de Minas Gerais é o da UFMG, que

formou sua primeira turma no ano de 2012. Acredita-se que a necessidade de deslocamento do profissional é um dificultador para sua inserção no curso. Isso porque a área também carece de maiores possibilidades de pós-graduação para o egresso, pois, no Brasil, somente existe um curso de Mestrado em Arquivologia, implantado no ano de 2012.

Figura 1 – Formação do docente do curso de Arquivologia da UFMG (graduação).



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os docentes que já atuaram ou atuam em arquivos, destaca-se que 2 (11%) tiveram/têm a oportunidade de trabalhar com arquivos de instituições públicas federais; 6 (33%), com arquivos de instituições públicas estaduais; 4 (22%), com arquivos de instituições públicas municipais; 2 (11%), com arquivos de pessoa jurídica privada com fins lucrativos; e 1 (6%), com arquivos de pessoa jurídica sem fins lucrativos. Nesse caso, pode-se afirmar um conhecimento específico e prático-laboral em relação a quase todos os tipos de instituições mantenedoras e produtoras de arquivos, exceto arquivos de pessoa física e arquivos familiares.

Em relação à experiência e vivência prático-laboral, cabe destacar que 5 desses docentes (28%) tiveram/têm oportunidade de lidar com arquivos correntes; 5 (28%) tiveram/têm oportunidade de lidar com arquivos intermediários; e 7 (39%) atuaram/atuem junto a arquivos permanentes, cobrindo, portanto, as três fases documentais, bem como as principais rotinas, procedimentos e especificidades da área. Em relação à vivência e experiência prático-laboral dos docentes do curso de Arquivologia da UFMG, é importante observar a abaixo:

Tabela 1 – Vivência e experiência prático-laboral.

ROTINAS E OU PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE DE DOCENTES	PORCENTAGEM DE DOCENTES
Produção	3	17%
Tramitação / uso	5	28%
Classificação	5	28%
Avaliação	7	39%
Transferência	3	17%
Recolhimento	6	33%
Eliminação	5	28%
Arranjo	6	33%
Descrição	5	28%
Preservação	3	17%
Disseminação e acesso	7	39%
Elaboração e/ou manutenção de Sistema Informatizado	4	22%

Fonte: Dados da pesquisa.

É importante destacar que alguns desses docentes assumiram cargos de direção e um deles declarou que já

coordenou projetos de captação de recursos em órgãos de fomento (por meio das leis federal e estadual de incentivo à cultura).

Ainda em relação à experiência e vivência prático-laboral, observa-se que tais docentes as adquiriram lidando com todos os gêneros documentais, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Experiência com os gêneros documentais.

GÊNERO DOCUMENTAL	QUANTIDADE DE DOCENTES	PORCENTAGEM DE DOCENTES
Textual	8	44%
Filmográfico	3	17%
Sonoro	3	17%
Iconográfico	5	28%
Cartográfico	3	17%
Micrográfico	3	17%
Informático (digital)	2	11%

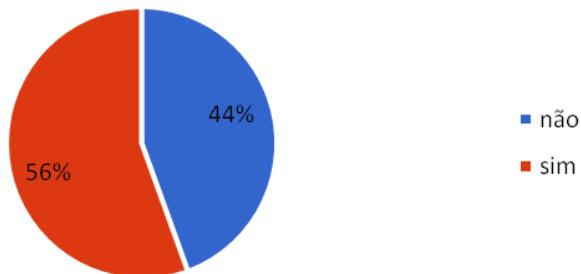
Fonte: Dados da pesquisa.

Retornando à formação dos docentes do curso de Arquivologia da UFMG, em relação aos locais de graduação, mais da metade estudou na própria UFMG: 10 dos 18, o que totaliza 56% do corpo docente. Apenas o professor graduado em Arquivologia concluiu seu curso em instituição localizada fora do Estado de Minas Gerais.

Constatou-se que 56% fizeram um curso de especialização (Figura 2), 100% fizeram um curso de mestrado (Figura 3), 78% possuem o título de doutor e 17% estão em processo de doutoramento (Figura 4).

Figura 2 – Formação do docente do curso de Arquivologia da UFMG (especialização).

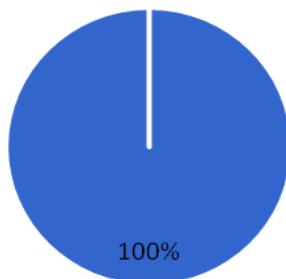
Especialização



Fonte: Dados da pesquisa.

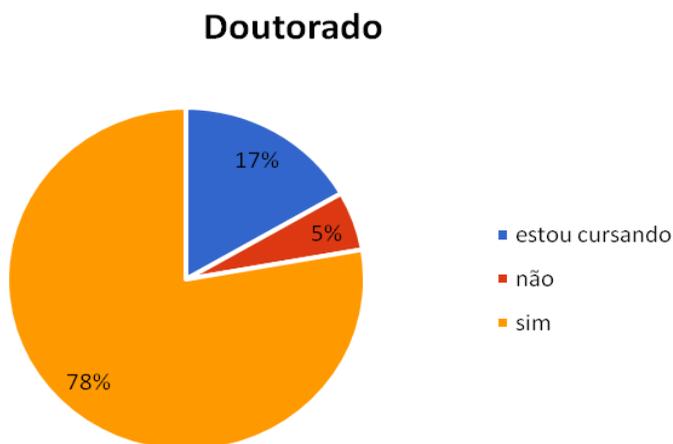
Figura 3 – Formação do docente do curso de Arquivologia da UFMG (mestrado).

Mestrado



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 – Formação do docente do curso de Arquivologia da UFMG (doutorado).



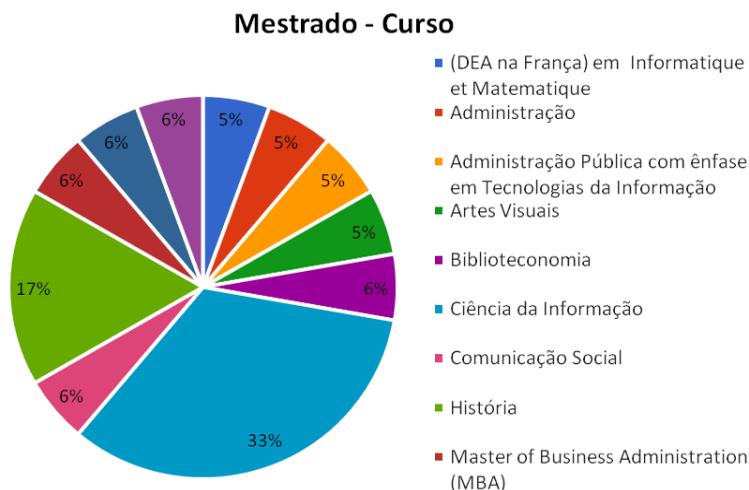
Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos cursos de especialização concluídos, observa-se que estão compreendidos cursos específicos em relação à Arquivologia (Arquivos Públicos e Organização de Arquivos: 2 docentes); alguns em áreas afins (Gestão da Informação e Inteligência Competitiva, Informática e Inteligência Artificial, Planejamento Estratégico e Sistemas de Informação); e interdisciplinares (Administração, Engenharia de Software, Sociologia, Teoria e Método em Ciências Sociais). Tal constatação demonstra tanto um grau de aprofundamento e especialização em questões arquivísticas, quanto uma possibilidade de ampliação de vivências, experiências e desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Em relação aos cursos de mestrado concluídos, ressalta-se que o quadro se mostra variado, com um destaque moderado em Ciência da Informação (33% dos docentes) e em História (17%) (Figura 5). Esse fenômeno também demonstra uma possibilidade de ampliação de vivências, experiências e desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Foi possível

observar, ainda, que 17 (94,4%) têm mestrado nas grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Neste quesito, é importante reforçar que o primeiro programa de pós-graduação no nível de mestrado e com foco em Arquivologia no cenário brasileiro foi criado recentemente.

Figura 5 – Mestrado (áreas).

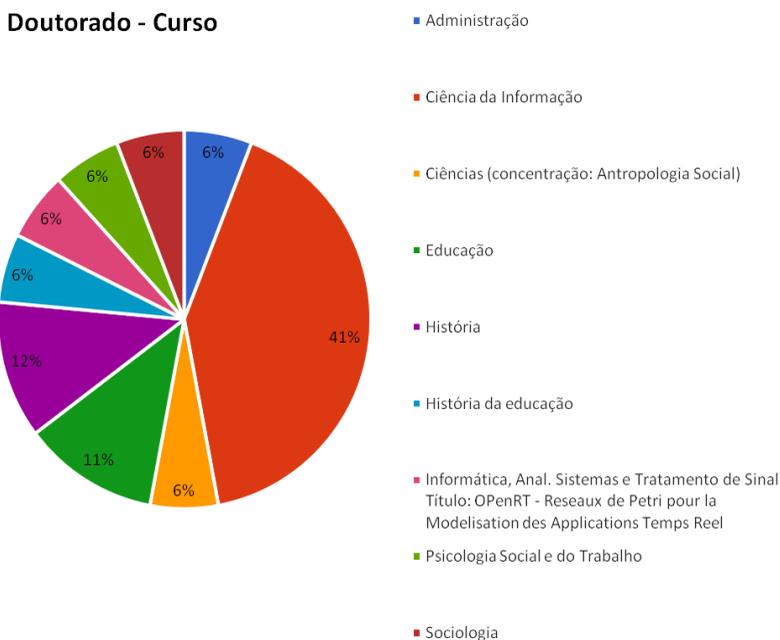


Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos cursos de doutorado concluídos e em andamento, o quadro se repete em relação à variabilidade, porém com um destaque um pouco mais acentuado em Ciência da Informação (41%), seguido de um destaque em Educação, História da Educação (juntos somam 17%) e em História (12%). Neste quesito, considera-se importante o número de docentes que direcionaram suas pesquisas de doutoramento para a área de Educação, uma vez que isso demonstra aperfeiçoamento e interesse pela prática pedagógica. Aqui também é importante destacar que o Brasil, até o momento, não possui nenhum programa de pós-

graduação no nível de doutorado com foco em Arquivologia, o que, de certa forma, justifica e explica a procura por programas em áreas afins e/ou interdisciplinares.

Figura 6 – Doutorado (áreas).



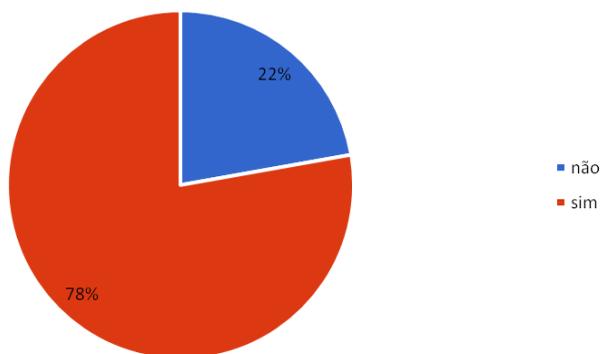
Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda em relação à formação dos docentes, foi possível observar que, apesar de muitos terem feito seus cursos de especialização, mestrado e doutorado em instituições diversas, inclusive no âmbito internacional, as graduações, em sua maioria, foram concluídas no âmbito da UFMG, o que demonstra, de algum modo, endogenia. Ressalta-se, ainda, que tais cursos foram realizados desde a década de 70 até os dias atuais (3 docentes estão em processo de doutoramento),

o que demonstra um certo grau de renovação e atualização ao longo do tempo.

Foi possível observar que boa parte dos docentes atuam em programas de pós-graduação *stricto-sensu* e *lato-sensu* (78%) (Figura 7). Tais programas compreendem áreas afins e/ou interdisciplinares à Arquivologia, tais como: Ciência da Informação, Gestão do Patrimônio, Gestão Estratégica da Informação, Gestão e Arquitetura da Informação, Gestão da Informação e Pessoas, História, Patrimônio, e Cultura, Contabilidade e Controladoria. Destaca-se que um dos docentes já atuou em uma pós-graduação (*lato-sensu*) cujo foco são os arquivos – Gestão de Arquivos e Documentos.

Figura 7 – Participação em programas de pós-graduação.



Fonte: Dados da pesquisa.

É relevante mencionar que 14 docentes (78%) são ou foram membros de corpo editorial de periódicos (editor, conselho consultivo e/ou parecerista *ad-hoc*) no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2013. Tal participação ocorre/ocorreu tanto em periódicos especializados em Arquivologia, quanto em periódicos especializados em áreas afins e/ou interdisciplinares (inclusive no âmbito internacional), tais como: Ciência da Informação, Gestão e Conhecimento, Semântica, Ontologia e Engenharia, Ciência da Computação, Cultura, Administração,

História, Patrimônio, Antropologia e Arquitetura e Urbanismo.

Em relação à área em que lecionam (ministram disciplinas na graduação), o quadro é, de certa forma, equilibrado – exceto em relação aos conteúdos interdisciplinares (11 docentes, ou seja, 61%) e temas diversos/tópicos em Arquivologia (7 docentes, ou seja 39%) – e compreende todas as categorias consideradas pelos autores em momentos anteriores (NEGREIROS; SILVA; ARREGUY, 2012; 2013), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 3 – Disciplinas que lecionam (categorias).

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE DOCENTES	PORCENTAGEM DE DOCENTES
01 Fundamentos da Arquivologia	4	22%
02 O Profissional de Arquivologia	2	11%
03 Gestão de documentos	4	22%
04 Gestão de documentos eletrônicos e digitais	1	6%
05 Arquivo Permanente	3	17%
06 Conservação / preservação / restauração	3	17%
07 Planejamento e projetos arquivísticos	6	33%
08 Usuários	4	22%
09 Políticas e legislação arquivística	4	22%
10 Métodos e técnicas de pesquisa em arquivologia	3	17%
11 Temas diversos / tópicos em Arquivologia	7	39%
Interdisciplinar	11	61%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados sobre as áreas nas quais se sentem preparados para lecionar, o cenário anterior praticamente se repete:

Tabela 4 – Disciplinas que poderiam lecionar (categorias).

CATEGORIAS	QTDE. DE DOCENTES	% DE DOCENTES
01 Fundamentos da Arquivologia	5	28%
02 O Profissional de Arquivologia	4	22%
03 Gestão de documentos	4	22%
04 Gestão de documentos eletrônicos e digitais	4	22%
05 Arquivo Permanente	4	22%
06 Conservação / preservação / restauração	3	17%
07 Planejamento e projetos arquivísticos	7	39%
08 Usuários	4	22%
09 Políticas e legislação arquivística	6	33%
10 Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia	9	50%
11 Temas diversos / tópicos em Arquivologia	7	39%
Interdisciplinar	8	44%

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: Qtde: Quantidade; %: Porcentagem.

Em relação às duas tabelas anteriores (Tabela 3 e Tabela 4), observa-se a concentração em categorias mais genéricas em relação à área de Arquivologia, como planejamento e projetos, métodos e técnicas, políticas e legislação e temas diversos/tópicos. Em relação ao número elevado de docentes que lecionam e/ou se sentem preparados para lecionar conteúdos interdisciplinares, tal fenômeno merece atenção e cuidado, pois, se, por um lado, é positivo e salutar haver vários docentes habilitados a ministrar determinada disciplina, por outro lado, isso pode acarretar uma dispersão do curso e pouca possibilidade de aprofundamento na Arquivologia.

Tabela 5 – Projetos e produções.

	01 FUNDAMENTOS DA ARQUIVOLOGIA	02 O PROFISSIONAL DE ARQUIVOLOGIA	03 GESTÃO DE DOCUMENTOS	04 GESTÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E DIGITAIS	05 ARQUIVO PERMANENTE	06 PRESERVAÇÃO/ CONSERVAÇÃO/ RESTAURAÇÃO	07 PLANEJAMENTO E PROJETOS ARQUIVÍSTICOS	08 USUÁRIOS	09 POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA	10 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA	11 TEMAS DIVERSOS/ TÓPICOS – ARQUIVOLOGIA	INTERDISCIPLINAR
Projetos de pesquisa	12 projetos 6 docentes	3 projetos 2 docentes	11 projetos 7 docentes	6 projetos 3 docentes	7 projetos 4 docentes	5 projetos 2 docentes	7 projetos 4 docentes	5 projetos 3 docentes	8 projetos 5 docentes	5 projetos 2 docentes	9 projetos 4 docentes	12 projetos 8 docentes
Projetos de extensão	5 projetos 2 docentes	XXX	6 projetos 5 docentes	2 projetos 2 docentes	6 projetos 3 docentes	5 projetos 2 docentes	8 projetos 5 docentes	6 projetos 3 docentes	8 projetos 4 docentes	5 projetos 2 docentes	5 projetos 2 docentes	3 projetos 3 docentes
Livros publicados	3 livros 2 docentes	1 livro 1 docente	1 livro 1 docente	2 livros 1 docente	7 livros 3 docentes	3 livros 1 docente	3 livros 1 docente	XXX	5 livros 3 docentes	3 livros 1 docente	XXX	4 livros 2 docentes
Capítulos de livros	15 capítulos 3 docentes	4 capítulos 2 docentes	4 capítulos 1 docente	1 capítulo 1 docente	9 capítulos 5 docentes	4 capítulos 1 docente	6 capítulos 2 docentes	4 capítulos 2 docentes	10 capítulos 3 docentes	5 capítulos 2 docentes	XXX	+ de 13 capítulos 6 docentes

Formação em Arquivologia no Brasil: análise e perspectivas acerca de uma possível harmonização curricular

Artigos de periódicos	+ 15 1 docente	1 artigo 1 docente	3 artigos 1 docente	3 artigos 1 docente	5 artigos 3 docentes	4 artigos 3 docentes	3 artigos 2 docentes	2 artigos 1 docente	4 artigos 2 docentes	2 artigos 1 docente	1 artigo 1 docente	+ de 27 artigos 6 docentes
Trabalhos completos publicados em anais de eventos	14 trabalhos 4 docentes	5 trabalhos 3 docentes	8 trabalhos 3 docentes	3 trabalhos 1 docente	13 trabalhos 5 docentes	8 trabalhos 2 docentes	12 trabalhos 4 docentes	11 trabalhos 3 docentes	8 trabalhos 4 docentes	7 trabalhos 3 docentes	XXX	+ de 35 trabalhos 6 docentes
Apresentações de trabalhos e/ou conferências	15 apresentações 5 docentes	6 apresentações 4 docentes	9 apresentações 4 docentes	2 apresentações 1 docente	15 apresentações 4 docentes	7 apresentações 2 docentes	12 apresentações 5 docentes	+ de 15 apresentações 4 docentes	13 apresentações 5 docentes	6 apresentações 3 docentes	1 apresentação 1 docente	+ de 41 apresentações 9 docentes
Produções técnicas	8 produções 4 docentes	1 produção 1 docente	+ de 6 produções 2 docentes	1 produção 1 docente	+ de 8 produções 2 docentes	+ de 8 produções 2 docentes	+ de 14 produções 3 docentes	3 produções 1 docente	+ de 7 produções 2 docentes	+ de 8 produções 2 docentes	6 produções 3 docentes	+ de 21 produções 5 docentes

Fonte: Dados da pesquisa.

Observações: 1 – Um(a) projeto/produção pode contemplar mais de uma categoria. 2 – O formulário de coleta de dados não previu os projetos e produções em parcerias (+ de 1 docente envolvido). Dessa forma, um(a) projeto/produção pode ter sido contabilizado mais de uma vez. 3 – No formulário de coleta de dados, havia os seguintes limites nas opções: livros, de nenhum até + de 5; capítulos de livros, de nenhum até + de 5; artigos, de nenhum até + de 10; trabalhos, de nenhum até + de 10; apresentações, de nenhuma até + de 10; produções técnicas, de nenhuma até + de 5. Em função desses limites, na totalização de alguns itens, foram utilizados os termos “+ de”. 4 – Para facilitar a análise do leitor, foram negritadas, em cada item, as categorias que sobressaíram.

Em relação aos projetos (de extensão e de pesquisa) em desenvolvimento e/ou desenvolvidos pelos docentes e suas produções (livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, trabalhos completos publicados em anais de eventos, apresentações de trabalhos e/ou conferências e produções técnicas), o cenário é o apresentado na tabela 5.

Observa-se, na Tabela 5, que todas as categorias são contempladas. Destaca-se o volume de projetos/produções na categoria Fundamentos de Arquivologia, que sobressaiu nos itens projetos de pesquisa, capítulos de livros e artigos de periódicos, fato este que pode representar uma busca pelos docentes de maior compreensão e envolvimento com o desenvolvimento do quadro epistemológico da Arquivologia. Em contrapartida, ressalta-se que a categoria interdisciplinar sobressaiu em quase todos os itens. Neste caso, mais uma vez é importante reforçar que tal fenômeno merece atenção e cuidado, pois, se, por um lado, é positivo e salutar, por outro lado, pode acarretar uma dispersão e pouca possibilidade de aprofundamento na Arquivologia.

Em relação à capacidade dos docentes de ler, produzir e falar em outros idiomas, o cenário é o seguinte:

Tabela 6 – Idiomas.

	LÊ	FALA	ESCREVE
Inglês	89%	72%	56%
Espanhol	100%	56%	39%
Francês	72%	28%	28%
Italiano	17%	6%	6%

Fonte: Dados da pesquisa.

*Lê, fala ou escreve razoavelmente ou perfeitamente.

Neste caso dos idiomas, considera-se o cenário positivo, uma vez que boa parte dos docentes tem capacidade de ler em outros idiomas, não se limitando apenas à literatura nacional; fala outros idiomas, o que possibilita a interação com profissionais de outros países e participação em eventos internacionais; e escreve em outros idiomas, o que permite a

interação com profissionais de outras nacionalidades e a submissão de produções no cenário internacional.

4.2 AS CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO-INSTITUCIONAIS DA UFMG, O CONTEXTO REGIONAL E O MERCADO-LABORAL DISPONÍVEL

Institucionalmente, o curso de Arquivologia da UFMG está vinculado a uma unidade de ensino cujo nome faz referência à grande área, da tabela de conhecimento da Capes, Ciências Sociais Aplicadas, e à área Ciência da Informação: Escola de Ciência da Informação (ECI). Na instituição em questão, também estão abrigados os cursos de graduação em Biblioteconomia e Museologia, ou seja, cursos afins e/ou interdisciplinares.

A ECI possui biblioteca própria e seu acervo bibliográfico específico em Arquivologia é considerado regular, uma vez que o quantitativo de títulos e exemplares ainda deixa a desejar. A unidade também abriga 3 cursos de especialização (Gestão Estratégica da Informação, Gestão e Arquitetura da Informação e Gestão de Informação e Pessoas) e 1 programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Ciência da Informação. Como se percebe, os alunos, após terem concluído a graduação, encontram na própria instituição a possibilidade de continuarem seus estudos e atividades acadêmicas.

A ECI edita dois periódicos: *Perspectiva em Ciência da Informação* e *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*. Essas duas publicações apresentam avaliação Qualis: A1 e B5, respectivamente. Além dos periódicos editados pela unidade, no município de Belo Horizonte e proximidades, há mais três periódicos cujo escopo pode atender à Arquivologia: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, *Revista Fonte* e *Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. Nesse sentido, observa-se que existe um cenário positivo para a produção científica, inclusive na própria unidade.

A ECI possui atualmente 2 laboratórios: Laboratório de Preservação de Acervos (LPA) e Laboratório da Tecnologia de Informação (LTI). Como se percebe, esses espaços

possibilitam a condução de aulas teórico-práticas em quesitos importantes para a Arquivologia.

No município e em cidades próximas ao local onde o curso foi implantado, não há instituições arquivísticas federais. Em contrapartida, a região possui 1 instituição arquivística pública estadual e 1 municipal. Tal fato apresenta um cenário que proporciona o desenvolvimento de convênios, parcerias, estágios de alunos, visitas técnicas e, até mesmo, possibilidades de inserção no mercado laboral.

No estado de Minas Gerais, existe a Associação Mineira de Arquivistas (AMArq), que congrega arquivistas e possibilita aos formandos e alunos apoio em relação às suas demandas e expectativas, por intermédio de um grupo profissional organizado.

O município de Belo Horizonte, onde se situa o curso de Arquivologia da UFMG, bem como o Estado de Minas Gerais possuem economias concentradas no setor de serviços. Segundo os últimos dados estatísticos colhidos pelo IBGE²⁵, os valores do PIB de ambos são os seguintes:

Tabela 7 – PIB.

	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Belo Horizonte	197	7.796.245	38.268.538
Minas Gerais	15.568.048	50.306.183	97.398.820

Fonte: IBGE (2014).

Diante do exposto, observa-se que o setor de serviços apresenta a maior empregabilidade. Consequentemente, o arquivista teria mais oportunidades de trabalho. Vale ressaltar que o setor industrial está mais concentrado no entorno e no interior do Estado e, por ter uma participação

²⁵ Ver mais em: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População. *Belo Horizonte: panorama*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=310620&search=minas-gerais|belo-horizonte|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 15 out. 2014.

importante na economia, apresenta-se também como uma possibilidade de mercado laboral.

Belo Horizonte obteve, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média nacional, 0,810. Este valor equivale à classificação destinada a países com desenvolvimento humano muito alto²⁶. No Brasil, o município de Belo Horizonte está na 35ª posição em relação ao índice em questão. Destaca-se que o IDH mede a expectativa de vida ao nascer (possibilidade de uma vida longa e saudável), educação (acesso ao conhecimento) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita (padrão de vida decente). Esse dado sugere que, em função da qualidade de vida oferecida, pode existir uma tendência de fixação dos egressos do curso no município e proximidades.

Foi possível observar que as receitas do município de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais são superiores às respectivas despesas, o que demonstra equilíbrio fiscal. Tal cenário pode indicar que a capacidade de investimento do setor público na aquisição de bens e serviços é favorável. Esse fato contribui para a formação da imagem de um governo sustentável, o que gera satisfação e confiança de investidores no mercado local e pode dinamizar a economia. As consequências de fenômenos como estes, junto a outros fatores, como IDH elevado e PIB satisfatório, podem gerar mais oportunidades de trabalho e estágios na área, tanto no setor privado quanto no público. Além disso, fortalecem a sugestão anterior de permanência dos futuros arquivistas no município.

De acordo com o censo demográfico do IBGE referente ao ano de 2010, Belo Horizonte tinha uma população de

²⁶ A classificação orienta-se pela seguinte forma: a) 25% de menor IDH: desenvolvimento humano baixo (geralmente países pobres); b) 25% acima dos de menor IDH: desenvolvimento humano médio (geralmente países em processo de desenvolvimento); c) 25% abaixo dos países de melhor IDH: desenvolvimento humano alto (geralmente países em rápido processo de crescimento econômico - emergentes); d) 25% de melhor IDH: desenvolvimento humano muito alto (geralmente países ricos e bem desenvolvidos).

2.375.151. O seu porte populacional encaixa-se no último nível da classificação do IBGE²⁷. Nesse sentido, infere-se que o município atrai e mantém pessoas no seu território, em função da disponibilidade de serviços, qualidade de vida, oportunidades de emprego e renda, entre outros fatores.

²⁷ O IBGE apresenta, na publicação “Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010” (2011, p. 11), “uma hierarquização dos municípios, em cada Unidade da Federação, com base nos portes populacionais, desagregados por número de habitantes, sendo as classes definidas da seguinte forma: municípios com até 5 000 habitantes; 5 001 a 10 000; 10 001 a 20 000; 20 001 a 50 000; 50 001 a 100 000; 100 001 a 500 000; e mais de 500 000 habitantes. Esta classificação baseou-se em observação empírica dos resultados quanto ao crescimento relativo dos municípios segundo seus portes no período de 1991 a 2011”. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

Capítulo 4

HARMONIZAÇÃO CURRICULAR: ANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO- INSTITUCIONAIS E DO PERFIL DOCENTE DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL ²⁸

2015

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa realizada com 14 cursos e 93 docentes de Arquivologia do país para embasar as discussões acerca da interferência das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente na estruturação ou reestruturação curricular de cursos de graduação em Arquivologia. Nessa etapa da pesquisa, buscou-se uma perspectiva mais abrangente considerando-se, além das disciplinas inerentes a um curso de tal área, as necessidades e possibilidades institucionais para a implementação de um currículo de Arquivologia e a capacidade e especificidades do perfil docente para executá-lo.

O conteúdo desse capítulo foi apresentado na IV Reunião de Ensino e Pesquisa, realizada em João Pessoa, em agosto de 2015.

²⁸ Publicado originalmente em: SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R. Harmonização curricular: análises das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos cursos de arquivologia do Brasil. In: NEVES; D. A. de B; ROCHA, M. M. V.; SILVA, P. *Cartografia da pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil: IV REPARQ*. 1 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 119-178.

1 AS CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO-INSTITUCIONAIS E O PERFIL DOCENTE

Conforme já ressaltado em Arreguy, Negreiros e Silva (2015), a expressão “configurações acadêmico-institucionais” foi utilizada por Tanus (2013), ao discutir as influências das instituições acadêmicas nas definições dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Em tal enunciado, estão contidos fatores que possuem relação direta com a estruturação do curso de Arquivologia, ou seja, seu *lôcus* de formação, como: a unidade de ensino e sua relação com a instituição de maneira geral; a categoria administrativa da instituição de ensino (pública ou privada); a unidade de ensino e sua relação com os cursos nela ministrados, inclusive os de especialização, mestrado e doutorado; o ano de implantação do curso e, conseqüentemente, seu tempo de existência; o órgão ao qual o curso está vinculado (departamento, instituto ou escola, entre outros); a existência de bibliotecas e laboratórios que atendam ao curso de Arquivologia e correlatos; e a existência de periódico(s) da instituição que publiquem material relacionado à área.

Além disso, o estudo do perfil docente é fundamental para se apreender a dinâmica do curso, pois se entende que o professor tem papel central na construção e na implementação do currículo existente ou a ser reestruturado. A avaliação da produção docente, da mesma maneira como foi executada a pesquisa apresentada em 2013, na III REPARQ, abrange a análise do corpo docente dos cursos de Arquivologia no Brasil, a partir dos seguintes elementos: a) formação acadêmica nos níveis de graduação, especialização, mestrado e doutorado; b) formação complementar; c) atuação profissional na área de arquivos; d) quantidade e temas de projetos de pesquisa e de extensão; e) disciplinas ministradas e temáticas em relação às quais se sentem preparados para lecionar; f) materiais publicados (livros, capítulos, artigos e outros) e apresentados; g) outras produções técnicas; h) fluência em outros idiomas; i) atuação

em periódicos científicos da área de Arquivologia ou de áreas relacionadas.

2 O MÉTODO

O questionário estrutura-se sobre dois eixos principais: as configurações acadêmico-institucionais e o perfil docente.

A primeira parte do questionário abrange as questões relacionadas ao perfil do curso, ou seja, orienta a busca pelos dados que se referem à descrição da instituição de ensino que abriga o curso de Arquivologia. Considerando os 16 cursos de Arquivologia existentes no Brasil, 14 coordenadores prestaram as informações necessárias, o que representa, no universo de pesquisa, um nível de confiança de 95%²⁹ e um erro amostral de 11%³⁰. A tabela abaixo apresenta o universo dos cursos de Arquivologia, a localização e o número de respostas obtidas por região.

Tabela 1 – Distribuição dos cursos/respostas por região.

REGIÃO	NÚMERO DE CURSOS	NÚMERO DE RESPOSTAS
S	5	4
SE	5	5
NE	4	3
CO	1	1
N	1	1
Total	16	14

Fonte: Dados da pesquisa.

A segunda parte do questionário, por sua vez, trata das questões relacionadas ao perfil dos professores efetivos, lotados nas unidades de ensino que abrigam os cursos de Arquivologia e que lecionaram uma ou mais disciplinas

²⁹ Por nível de confiança, entendemos a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor que o erro amostral admitido pela pesquisa.

³⁰ Por erro amostral, entendemos a diferença entre o resultado encontrado pela pesquisa e o verdadeiro resultado, caso todos os cursos tivessem respondido.

obrigatórias nos últimos quatro anos³¹. Para a coleta de dados, solicitaram-se aos coordenadores dos cursos analisados os endereços eletrônicos dos professores que se enquadrassem na definição de docente apresentada. Do universo de 213 professores (número de contatos fornecidos pelos coordenadores), 93 responderam à pesquisa, o que garante, mais uma vez, um nível de confiança de 95%, porém, com um erro amostral menor, de 8%.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e as discussões são apresentados neste trabalho considerando a estruturação do instrumento de coleta de dados. Assim, inicialmente, serão expostos e discutidos os dados relativos às configurações acadêmico-institucionais e, em seguida, aqueles relacionados ao perfil docente.

3.1 CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO-INSTITUCIONAIS

3.1.1 Nome da unidade de ensino do curso de Arquivologia

Tabela 2 – Nomes das instituições de ensino.

NOME DA UNIDADE DE ENSINO	ESPECIFICAÇÃO
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação	
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas	
Centro de Ciências da Educação	Departamento de Ciência da Informação
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	
Centro de Educação, Comunicação e Artes	

³¹ Essa definição do respondente foi resultado de enquete realizada, via e-mail, por meio da discussão no grupo Ensino e Pesquisa em Arquivologia, entre 20 de março e 9 de abril de 2015.

Curso de Arquivologia	
Escola de Arquivologia	
Escola de Ciência da Informação	
Faculdade de Filosofia e Ciências	
Instituto de Arte e Comunicação Social	
Instituto de Ciências Humanas e da Informação	
Instituto de Ciências Humanas e Letras	
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Faculdade de Arquivologia
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Departamento de Ciência da Informação

Fonte: Dados da pesquisa.

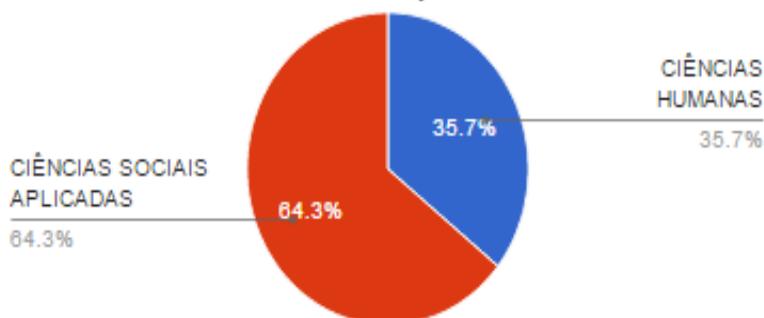
Nota-se, a partir das denominações apresentadas, grande dependência dos cursos à Ciência da Informação (cinco instituições declaradamente), o que pode impactar, inclusive, na formação dos currículos. É provável, ainda, que as instituições vinculadas às ciências sociais aplicadas também tenham esse direcionamento.

Algumas instituições já se autodenominam como específicas de Arquivologia, o que pressupõe certa independência institucional, o que não necessariamente garante a autonomia do currículo.

3.1.2 Grande área do conhecimento de referência para a unidade de ensino

Dos cursos pesquisados, em nove, declarou-se que as instituições estão vinculadas às Ciências Sociais Aplicadas, o que, de acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abriga os campos do Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Ciência da Informação (Biblioteconomia, Arquivologia), Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial e Turismo.

Figura 1 - Vinculação dos cursos por grande área do conhecimento.



Fonte: Dados da pesquisa.

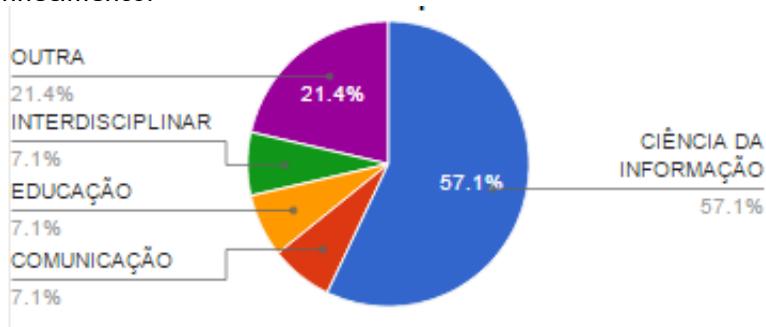
Nos cinco outros cursos estudados, afirmou-se que as instituições estão vinculadas à área de Ciências Humanas, o que, de acordo com a tabela do CNPq, abrange os campos de Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política e Teologia.

Parece haver uma tendência de que as instituições que possuem cursos das áreas de Ciência da Informação (Biblioteconomia e Arquivologia), Museologia e Comunicação abriguem cursos de Arquivologia, o que pode impactar significativamente na formação dos currículos.

3.1.3 Área do conhecimento específica para a unidade de ensino

Em oito dos cursos pesquisados, afirmou-se haver vinculação direta com a área específica Ciência da Informação, que engloba, na tabela de áreas do CNPq, a Biblioteconomia e a Arquivologia. Apenas em um curso se mencionou ligação com a Comunicação; outro, com a Educação; e um com a área específica (interdisciplinar) Biologia. No entanto, o distanciamento teórico deste campo com a Arquivologia não pressupõe interferência no currículo que se estabeleceu para o curso de Arquivologia.

Figura 2 – Vinculação dos cursos às áreas específicas do conhecimento.



Fonte: Dados da pesquisa.

Da amostra, dois cursos estão ligados diretamente à área específica Arquivologia. Assim, dez dos 14 cursos pesquisados possuem como área de referência institucional a Ciência da Informação, o que pressupõe forte ligação com as temáticas da área, inclusive com a Biblioteconomia. É provável que essa vinculação interfira, de diversas maneiras, na definição do currículo de Arquivologia executado pelas instituições pesquisadas, na oferta e condução das disciplinas e, conseqüentemente, na formação geral do discente.

3.1.4 Cursos que dividem o mesmo espaço com o de Arquivologia

Tabela 3 – Cursos que dividem espaço com o de Arquivologia.

CURSOS QUE DIVIDEM ESPAÇO NA INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
BIBLIOTECONOMIA	9
MUSEOLOGIA	2
ADMINISTRAÇÃO	1
DIREITO	1
HISTÓRIA	1
NENHUM	4
OUTRO(S)	5
Pedagogia	1

Serviço Social; Gemologia; Ciências Contábeis; Economia	1
Biologia; Relações Internacionais	1
Comunicação; Produção Cultural; Artes; Cinema; Mídia	1
Geografia; Psicologia; Arqueologia; Turismo Binacional; Hotelaria; Tecnologia em Eventos	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Em nove instituições pesquisadas, há a presença do curso de Biblioteconomia junto ao de Arquivologia. Mais uma vez, é possível supor que essa proximidade interfira no currículo de Arquivologia, na oferta e condução das disciplinas e, conseqüentemente, na formação geral do discente.

Somente em quatro instituições pesquisadas, o curso de Arquivologia não é ministrado junto a outros cursos de graduação. Talvez essa independência espacial proporcione maior autonomia na definição dos currículos e na condução das disciplinas ministradas.

Nas cinco instituições pesquisadas em que são oferecidos cursos não listados no questionário, não há coincidência. A proximidade do curso de Arquivologia com outros, portanto, parece ser casual. Direito, Administração e História são cursos ministrados em conjunto com o de Arquivologia em apenas duas instituições. Qualquer hipótese de intensa relação com os cursos de História, tão propagada nas discussões sobre áreas interdisciplinares com a Arquivologia, não parece se confirmar.

3.1.5 Ano de implantação do curso de Arquivologia

Tabela 4 – Período de implantação.

DÉCADA	QUANTIDADE
70	3
90	2
00	7
10	2
Total Geral	14

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos cursos de Arquivologia pesquisados, o mais antigo foi criado em 1973 e três deles possuem mais de três décadas de funcionamento (criados na década de 70). Outros dois foram implantados na década de 90.

Os anos 2000 foram os mais profícuos para os cursos de Arquivologia no Brasil, pois sete deles foram criados com o incentivo do programa REUNI, do Ministério da Educação, a partir de 2000. Embora o programa tenha se instalado em 2007, algumas instituições já se prepararam para a oferta de novos cursos específicos.

A maioria dos cursos de Arquivologia pesquisados é recente. Embora os currículos dos cursos antigos sejam parâmetro para a definição das grades curriculares dos cursos mais atuais, pode haver alguma estruturação comum própria aos novos currículos. Isso devido à necessidade pontual de criação de nove cursos e à comunicação em rede dos professores.

3.1.6 Biblioteca da unidade de ensino do curso de Arquivologia

Dos cursos de Arquivologia pesquisados, oito possuem biblioteca própria, o que pressupõe certa independência e um investimento bastante específico em obras da área e de campos correlatos (nos casos em que o curso de Arquivologia divide espaço na instituição com outros cursos, como o de Biblioteconomia).

Seis, entre os cursos pesquisados, não têm biblioteca própria. Assim, é provável que, em muitas situações, o orçamento seja dividido com os demais cursos, inclusive de outras áreas.

A Biblioteca tem importância significativa na condução das disciplinas dos currículos de Arquivologia e sua independência significa um acervo mais rico em diversidade e quantidade de obras da área. Geralmente, as bibliotecas que não possuem muitos recursos ou dividem espaços com outros campos se limitam às obras clássicas e, conseqüentemente, a discussão nas disciplinas pode vir a se empobrecer.

Ao serem questionados sobre a qualidade dos acervos relativos à Arquivologia, os coordenadores responderam da seguinte maneira:

Tabela 5 – Notas atribuídas aos acervos específicos da área de Arquivologia.

QUANTIDADE	NOTA
1 curso	10
2 cursos	9
3 cursos	7
3 cursos	6
4 cursos	5
1 curso	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas um curso considera totalmente satisfatória a qualidade do acervo específico da área de Arquivologia. A média da pontuação dos 14 cursos pesquisados é de 6,3. Este resultado demonstra que os acervos relativos às temáticas de Arquivologia precisam ser aprimorados nas instituições pesquisadas para atender às necessidades de ensino, pesquisa e extensão específicas desses cursos.

Somente quatro cursos deixaram registrados os comentários a respeito da qualidade do acervo específico da área de Arquivologia, os quais podem ser assim resumidos: a) o tratamento da informação dispensado às obras específicas

da área não atende às necessidades de pesquisa do usuário discente do curso de Arquivologia; b) as obras tendem a ficar dispersas no acervo; c) há poucos periódicos da área de Arquivologia; d) o acervo tem sido atualizado de acordo com a disponibilidade financeira da instituição e as atualizações não ocorrem a contento, pois o orçamento é dividido com os demais cursos da instituição.

3.1.7 Laboratórios

Todos os 14 cursos pesquisados possuem laboratórios:

Tabela 6 – Laboratórios.

LABORATÓRIOS CLASSIFICADOS COMO ESPECÍFICOS	CATEGORIA
Arquivo Escola	Arquivologia (geral)
Centro de Documentação Histórica Prof. Hugo Alberto Pereira Neves	Arquivologia (geral)
Laboratório de Análise Documentária	Arquivologia (geral)
Laboratório de Arquivística	Arquivologia (geral)
Laboratório de Práticas Arquivísticas	Arquivologia (geral)
Laboratório de Tratamento da Informação	Arquivologia (geral)
Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão do Curso de Arquivologia	Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia
Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Ensino de Preservação de Bens Culturais	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Preservação e Conservação.	Preservação / conservação / restauração

Laboratório de Preservação e Restauro	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Reprografia e Microfilmagem	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Restauração	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Restauração e Documentos.	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Tecnologia e Conservação Documental	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Arranjo, Descrição e Memória	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Conservação e Restauração	Preservação / conservação / restauração
Laboratório de Preservação de Acervos	Preservação / conservação / restauração
Núcleo de Paleografia e Diplomática	Diplomática / Paleografia
LABORATÓRIOS CLASSIFICADOS COMO INTERDISCIPLINARES	CATEGORIA
Núcleo de Estudos Agrários e Culturais	Agronomia (Geografia?)
Laboratório de Arqueologia das Técnicas e Etnoarqueologia	Arqueologia
Laboratório de Arqueologia do Capitalismo	Arqueologia
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia	Arqueologia
Centro de Estudos Psicológicos Sobre Meninos e Meninas de Rua	Psicologia
Clínica de Atendimento Psicológico da FURG	Psicologia

Laboratório de Altas Habilidades, Tecnologia e Comportamento	Psicologia
Laboratório de Pesquisa e Estudos em Psicologia Social	Psicologia
Laboratório de Pesquisa e Extensão sobre Psicanálise e Arte.	Psicologia
Núcleo de Ensino e Pesquisa em Psicologia Clínica e da Saúde	Psicologia
Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre o Bebê e a Infância	Psicologia
Laboratório de Periódicos Científicos	Biblioteconomia
Centro de Apoio à Tecnologia da Informação.	Ciência da computação
Laboratório de Desenvolvimento e Aplicação de Multimídia	Ciência da computação
Laboratório de Informática	Ciência da computação
Laboratório de Informática	Ciência da computação
Laboratório de Tecnologias Informacionais.	Ciência da computação
Laboratório de Informática	Ciência da computação
Laboratório de Informática	Ciência da computação
Laboratório de Informática compartilhado	Ciência da computação
Laboratórios de Informática	Ciência da computação
Laboratórios de Informática de Climatologia.	Ciência da computação
Laboratório de Recuperação da Informação e Tecnologias Avançadas	Ciência da informação
Laboratório de Design e Recuperação da Informação	Ciência da informação
Laboratório de Fotografias	Comunicação
Laboratório de Imagem	Comunicação
Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão em Trabalho e Economia Solidária	Economia

Laboratório de Ensino de História	História
Laboratório de Pesquisa em Turismo da FURG	Turismo
Núcleo de Análises Urbanas	Urbanismo
Laboratório Integrado	Não foi possível categorizar
Laboratórios de Ensino	Não foi possível categorizar
Divide laboratório com o Curso de Biblioteconomia	Não foi possível categorizar

Fonte: Dados da pesquisa.

Os 14 cursos pesquisados possuem juntos 53 laboratórios, o que significa uma média de 3,7 laboratórios por curso. Esse número muda um pouco quando se considera somente os laboratórios classificados como destinados especificamente aos cursos de Arquivologia: 20 laboratórios (média de 1,4 laboratórios específicos de arquivologia para cada curso pesquisado).

A classificação se deu, inicialmente, por “específica” (quando o nome do laboratório sugeria uma atividade exclusiva da Arquivologia) ou “interdisciplinar” (quando o nome do laboratório sugeria uma relação com outra disciplina/área do conhecimento).

É importante ressaltar que a maioria dos laboratórios classificados como específicos de Arquivologia (12 laboratórios) são destinados ao ensino de preservação, conservação e restauração. Dos específicos, outros seis foram categorizados como disponíveis para o ensino de disciplinas gerais relacionadas à Arquivologia, como: Gestão de Documentos, Arquivo Permanente, Planejamento e Projetos Arquivísticos, Usuários e outras. Somente um laboratório é voltado exclusivamente ao ensino de Paleografia e Diplomática. Da mesma forma, somente um laboratório menciona em seu nome a pesquisa em Arquivologia.

Dos cursos pesquisados, em 30 laboratórios há a sugestão, em seus nomes, de um uso compartilhado com outras disciplinas ou áreas do conhecimento. Os laboratórios

relacionados às Tecnologias da Informação e à Informática são os de maior número (10), seguidos dos de Psicologia (7). Interessante destacar é que os cursos têm laboratórios compartilhados com áreas ainda não mencionadas nos estudos anteriores a esta pesquisa, tais quais: Agronomia, Arqueologia, Psicologia, Turismo e Urbanismo.

A Biblioteconomia foi a categoria de apenas um laboratório. No entanto, é provável que os laboratórios que não puderam ser classificados (na tabela apresentados como “Não foi possível categorizar”) tenham relação com essa área. Os laboratórios classificados como “Ciência da Informação” têm provável relação com as temáticas que circundam o assunto recuperação da informação.

Os laboratórios têm importante função na execução do currículo. De maneira geral, as disciplinas relacionadas à área de preservação têm melhor suporte. Os laboratórios mais genéricos, do tipo oficina arquivo, poderiam dar suporte a diversas disciplinas ao longo do curso.

3.1.8 Cursos de pós-graduação na unidade de ensino pesquisada

Tabela 7 – Quantidade de cursos de pós-graduação nas instituições.

INSTITUIÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO ACADÊMICO	MESTRADO PROFISSIONAL	DOUTORADO
UFSM	1	0	1	0
UEL	1	1	0	0
UFF	0	2	2	3
UNB	0	1	0	1
UFAM	0	1	0	0
UNIRIO	0	0	1	0
UFSC	1	3	1	3
UFES	3	5	1	2
FURG	2	2	0	0
UEPB	0	0	0	0

UFPB	0	1	0	1
UFMG	3	1	0	1
UNESP	0	6	0	4
UFPA	0	0	0	0
Total	11	23	6	15
Média por curso	0,8	1,6	0,4	1,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Somente duas instituições pesquisadas que ministram curso de Arquivologia não possuem programa de pós-graduação. A menor média por curso pesquisado é a de mestrado profissional (0,4), e a maior é de mestrado acadêmico (1,6).

A oferta de cursos de especialização, mestrado e doutorado influencia sobremaneira a definição dos currículos de Arquivologia, uma vez que o aluno precisa estar preparado, já na graduação, para uma atuação posterior na pós-graduação. Além disso, os programas de pós-graduação representam não só outra opção de formação, mas também de trabalho, pois os alunos podem seguir carreira acadêmica (ensino e pesquisa).

Estudo mais aprofundado seria necessário para saber quantas dissertações relacionadas à área de Arquivologia têm sido publicadas nos programas de pós-graduação pesquisados. Mas parece que a Arquivologia só tem espaço nos programas de Ciência da Informação e de forte influência de outras áreas (Comunicação, Administração, Direito e outras). Em ambos os casos, o aluno nem sempre tem orientadores com formação e conhecimentos específicos na área, o que pode dificultar bastante o processo de elaboração e o resultado dos trabalhos.

Tabela 8 – Cursos de especialização.

ESPECIALIZAÇÃO EM...	QTDE. DE CURSOS	TIPO DE CATEGORIA	CATEGORIA
Gestão de Arquivos (EAD)	1	Específica	
Gestão de Arquivos e Tecnologias Aplicadas	1	Específica	
Gestão de Bibliotecas Escolares	1	Interdisciplinar	Biblioteconomia
Gestão Estratégica de Marketing	1	Interdisciplinar	Comunicação
Controladoria e Finanças	1	Interdisciplinar	Contabilidade
Gestão Estratégica com Pessoas	1	Interdisciplinar	Administração
Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura	1	Interdisciplinar	Ciências sociais
Mídias na Educação	1	Interdisciplinar	Educação
Gestão Estratégica da Informação	1	Interdisciplinar	Ciência da Informação
Gestão e Arquitetura da Informação	1	Interdisciplinar	Ciência da Informação
Gestão de Informação e Pessoas	1	Interdisciplinar	Ciência da Informação

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: Qtde: Quantidade.

São 11 cursos de especialização, o que representa uma média de 0,8 cursos de especialização por curso de arquivologia pesquisado. A especialização das instituições analisadas está voltada principalmente para a Ciência da

Informação (Ciência da Informação: 3; Biblioteconomia: 1). Em apenas dois locais, a oferta está direcionada para a Gestão de Arquivos e Documentos. Isso é um problema, pois o aluno que pretende se especializar e aprofundar conhecimentos na área tem que se deslocar até esses dois cursos. Nos demais cursos (4), a ênfase da formação está diluída (Administração, Educação, Comunicação e Contabilidade). É provável que o curso vinculado à área de Ciências Sociais esteja também direcionado para a Ciência da Informação.

Tabela 9 – Cursos de mestrado acadêmico.

MESTRADO ACADÊMICO EM...	QUANTIDADE
Artes	1
Ciências sociais	1
Educação	3
Fonoaudiologia	1
Geografia	1
Política	1
Relações internacionais	1
Administração	1
Ciência da informação	6
Comunicação	1
Contabilidade	1
Direito	1
Economia	1
Filosofia	1
História	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Há 23 cursos de mestrado acadêmico, o que representa uma média de 1,6 cursos de mestrado acadêmico por curso de Arquivologia pesquisado. A Ciência da Informação, mais uma vez, apresenta-se como a principal área temática geral dos programas.

Tabela 10 – Cursos de mestrado profissional.

MESTRADO PROFISSIONAL EM...	QUANTIDADE DE CURSOS	TIPO DE CATEGORIA
Patrimônio Cultural	1	Específica
Gestão de Documentos e Arquivos	1	Específica
Artes	1	Interdisciplinar
Ciência da Informação	1	Interdisciplinar
Gestão Pública	1	Interdisciplinar
Ensino de História	1	Interdisciplinar

Fonte: Dados da pesquisa.

Têm-se seis cursos de mestrado profissional, o que representa uma média de 0,4 cursos de mestrado profissional por curso de Arquivologia pesquisado. O mestrado profissional, embora timidamente, é o campo no qual a Arquivologia encontra lugar para uma formação em pós-graduação mais específica. São 2 cursos destinados exclusivamente à formação em Patrimônio Cultural e Gestão de Documentos e Arquivo.

Tabela 11 – Cursos de doutorado.

DOCTORADO EM...	QUANTIDADE
Artes	1
Ciências sociais	1
Educação	3
Política	1
Relações internacionais	1
Administração	1
Ciência da informação	6
Comunicação	1

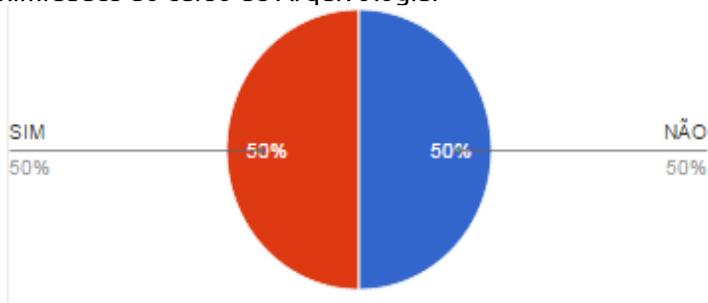
Fonte: Dados da pesquisa.

São 15 cursos de doutorado, o que representa uma média de 1,1 cursos de doutorado por curso de Arquivologia

pesquisado. Destaque para as ofertas vinculadas às grandes áreas Ciência da Informação (6) e Educação (3).

Em relação à existência de programa de pós-graduação nas proximidades do local onde está instalado o curso de Arquivologia, o resultado foi o seguinte:

Figura 3 – Existência de programas de pós-graduação nas proximidades do curso de Arquivologia.



Fonte: Dados da pesquisa.

O aluno tem à sua disposição, em sete locais pesquisados, programas de pós-graduação. O resultado é relevante, uma vez que o enfoque dado em uma instituição pode ser diferente do que é dado em outra. Assim, o aluno pode optar por uma formação na pós-graduação diferente daquela que teve na unidade de ensino de origem (graduação).

Tabela 12 – Programas de pós-graduação próximos.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM	QUANTIDADE DE CURSOS
Ciência da informação	5
História	1
Memória social e patrimônio cultural	2
Sociedade e Cultura do Amazonas	1
Não especificou	1
Total	10

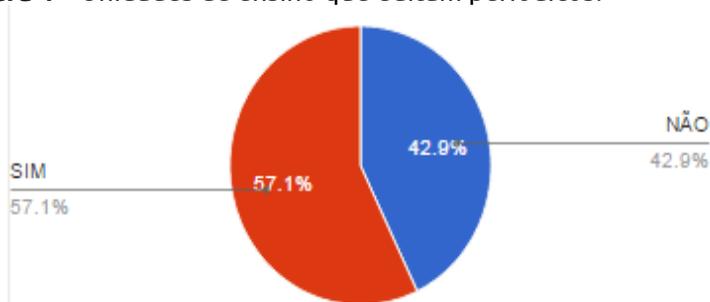
Fonte: Dados da pesquisa.

No entanto, mais uma vez, a Ciência da Informação é a temática principal dos programas de pós-graduação próximos aos cursos de Arquivologia pesquisados. Destaque para a área de Memória Social e Patrimônio Cultural, citada em dois cursos.

3.1.9 Periódicos

Os cursos de arquivologia participantes da pesquisa têm 15 títulos de periódicos, o que significa uma média de 0,94 títulos por curso.

Figura 4 – Unidades de ensino que editam periódicos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em oito instituições que abrigam os cursos de Arquivologia pesquisados, há a edição de periódicos. A existência de canais de publicação é uma boa oportunidade para os alunos registrarem resultados de pesquisas desenvolvidas no decorrer das disciplinas ou de projetos de iniciação científica.

Os periódicos mencionados estão assim classificados:

Tabela 13 – Periódicos.

QUALIS	TÍTULO
A1	Informação & Sociedade: Estudos
A1	Perspectivas em Ciência da Informação
A2	Perspectiva
B1	Informação & Informação
B1	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
B1	Museologia & Interdisciplinaridade
B1	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
B1	Revista Ágora
B3	Historiæ
B3	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação
B3	Biblionline
B5	Informação@Profissões
B5	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação
Não avaliados	Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)
Não avaliados	Archeion Online

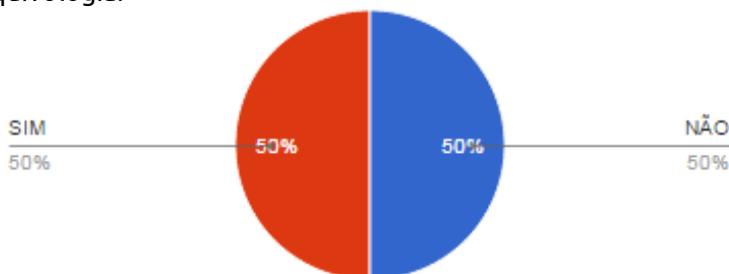
Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 14 – Qualificação dos periódicos.

QUALIS	QUANTIDADE
A1	2
A2	1
B1	5
B3	3
B5	2
Não avaliados	2
Total Geral	15

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 – Existência de periódicos nas proximidades do curso de Arquivologia.



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 15 – Periódicos próximos aos cursos.

NO MUNICÍPIO

Archeion Online
Cenário Arquivístico
Informação & Sociedade: Estudos
Informação Arquivística
Revista Acervo
Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)
Revista Conexões
Revista do Arquivo Público Mineiro
Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Fonte: Dados da pesquisa.

Os cursos de Arquivologia participantes da pesquisa têm outros nove títulos de periódicos nas proximidades, o que significa uma média de 0,57 títulos por curso e aumenta as chances de publicações na área. Vale ressaltar que, embora não exclusivamente, os títulos mencionados estão voltados para a área de Arquivologia. Pode ser que os coordenadores que responderam ao questionário não tenham se lembrado de alguns títulos.

3.1.11 Proximidade a instituições arquivísticas

A proximidade a diversas instituições arquivísticas representa para o discente uma série de oportunidades de complementar sua formação, seja na realização de estágios, seja na execução de atividades destinadas às disciplinas. Além disso, a proximidade dessas instituições ao curso de Arquivologia pode influenciar sobremaneira o currículo estabelecido para o curso, uma vez que os trabalhos desempenhados por elas e os cargos disponíveis poderão ser ocupados no futuro pelos discentes.

Tabela 16 – Número de cursos vinculados aos tipos de instituições arquivísticas.

INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
Instituição arquivística do Poder Executivo Municipal	12
Instituição arquivística do Poder Judiciário Estadual	11
Instituição arquivística do Poder Judiciário Federal	10
Instituição arquivística do Poder Executivo Estadual	9
Instituição arquivística do Poder Legislativo Estadual	8
Instituição arquivística do Poder Executivo Federal	7
Instituição arquivística do Poder Legislativo Municipal	7
Instituição arquivística do Poder Legislativo Federal	6
Total Geral	70

Fonte: Dados da pesquisa.

Observação: As instituições distritais foram contadas como estaduais.

Os cursos pesquisados estão interligados com 70 instituições arquivísticas: 28 do poder executivo (40%), 21 do poder legislativo (30%) e 21 do poder judiciário (30%).

Tabela 17 – Quantidade de instituições arquivísticas próximas aos cursos.

CURSO	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES PRÓXIMAS
FURG	3
UEL	2
UEPB	6
UFAM	4
UFES	2
UFF	1
UFMG	4
UFPA	8
UFPB	8
UFSC	8
UFSM	4
UNB	8
UNESP	6
UNIRIO	6
Total Geral	70

Fonte: Dados da pesquisa.

Os cursos que mais possuem instituições arquivísticas próximas dos poderes executivo, legislativo e judiciário são: UFPA, UFPB, UFSC e UNB, com oito interligações cada uma. UEPB, UNESP e UNIRIO possuem seis interligações cada. Os cursos que possuem menos instituições arquivísticas próximas dos poderes executivo, legislativo e judiciário são: UFF (1), UEL e UFES (2), FURG (3) e UFAM, UFSM e UFMG (4).

Quadro 1 – Lista de cursos por instituição arquivística.

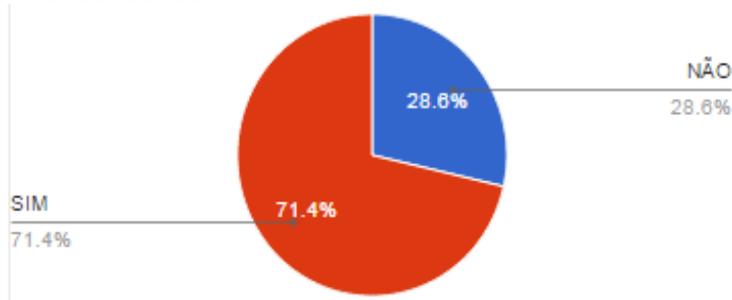
Instituição arquivística do Poder Executivo Estadual	UEPB	UFES	UFMG	UFPA	UFPB	UFSC	UNB	UNESP	UNIRIO			
Instituição arquivística do Poder Executivo Federal	UEPB	UFPA	UFPB	UFSC	UNB	UNESP	UNIRIO					
Instituição arquivística do Poder Executivo Municipal	FURG	UEL	UEPB	UFAM	UFES	UFMG	UFPA	UFPB	UFSC	UFSM	UNB	UNIRIO
Instituição arquivística do Poder Judiciário Estadual	FURG	UEPB	UFAM	UFMG	UFPA	UFPB	UFSC	UFSM	UNB	UNESP	UNIRIO	
Instituição arquivística do Poder Judiciário Federal	FURG	UEPB	UFAM	UFPA	UFPB	UFSC	UFSM	UNB	UNESP	UNIRIO		
Instituição arquivística do Poder Legislativo Federal	UFF	UFPA	UFPB	UFSC	UNB	UNESP						

Instituição arquivística do Poder Legislativo Municipal	UEL	UFAM	UFPA	UFPB	UFSC	UFSM	UNB					
Instituição arquivística do Poder Legislativo Estadual	UEPB	UFMG	UFPA	UFPB	UFSC	UNB	UNESP	UNIRIO				

Fonte: Dados da pesquisa.

3.1.12 Proximidade a associação profissional ou de classe

Figura 6 – Existência de associações profissionais ou de classe próximas aos cursos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 2 – Lista de instituições profissionais ou de classe.

NOME DA INSTITUIÇÃO
Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS)
Associação dos Amigos do Arquivo Histórico de Santa Maria
Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
Associação dos Amigos da Casa de Cultura Edmundo Cardoso
Associação de Arquivistas Brasileiros
Associação de Arquivistas do Rio de Janeiro
Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ)
Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ)
Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES)
Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul
Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB)
Associação dos Arquivistas de Minas Gerais (em processo de regulamentação)
Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)

Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, os 14 cursos de Arquivologia pesquisados estão próximos a 14 instituições profissionais ou de classe, o que significa uma média de uma instituição por

curso. Todas as congregações mencionadas são associações que podem ser definidas como pessoas jurídicas de direito privado, que se caracterizam pelo agrupamento organizado para fins não lucrativos.

Observa-se que a grande maioria das associações congregam arquivistas (11) com a finalidade de estudo, defesa e coordenação dos interesses profissionais. Há três organizações que reúnem pessoas em torno das instituições arquivísticas cujos integrantes não necessariamente são arquivistas.

A existência dessas instituições em torno dos cursos de Arquivologia é importante para a formação e alteração dos currículos, pois elas podem permanecer em constante diálogo com os cursos. Além disso, tais organizações são espaços para atuação dos alunos em estágios e execução de trabalhos para disciplinas. Também podem ser referência para a instituição de ensino quanto ao tipo de profissional que se pretende formar, no que toca às habilidades teóricas e técnicas.

É preciso destacar, ainda, que as referidas congregações exercem papel fundamental na luta pela valorização do profissional, das funções e das instituições arquivísticas. Ademais, grande parte dos eventos da área é promovida pelas associações.

3.2 PERFIL DOCENTE

Destaca-se, inicialmente, que docentes de todas as universidades participaram da pesquisa. Quanto ao número de respondentes, em três universidades, todos responderam; em duas, apenas metade. Em oito instituições, o total de respondentes ficou acima de 25% e abaixo de 50%; em duas, 1/4 dos docentes responderam às perguntas; em apenas uma universidade, o percentual de respondentes ficou abaixo de 25%.

Em relação ao regime de trabalho, os dados são apresentados na Tabela 18.

Tabela 18 – Regime de trabalho.

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Dedicação exclusiva	82	88,2%
40 horas	4	4,3%
20 horas	7	7,5%

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que a maior parcela dos docentes atua no regime de trabalho de dedicação exclusiva, podendo e devendo participar de projetos de pesquisa e extensão, o que contribui para a produção intelectual da área.

3.2.1 Formação acadêmica

Tabela 19 – Formação em nível de graduação.

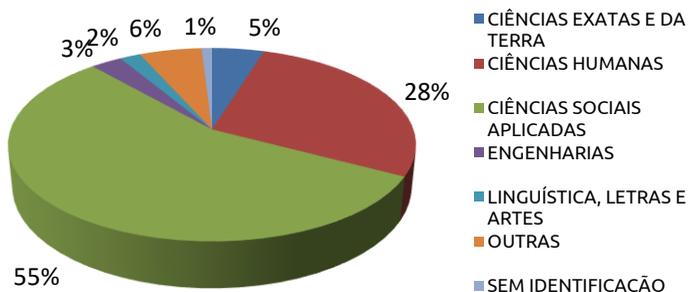
CURSO DE GRADUAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL DE DOCENTES
Arquivologia	29	75,27%
História	24	
Biblioteconomia/Biblioteconomía y Documentación	21	
Ciência da Computação/Análise de Sistemas	5	24,73%
Ciências Sociais	6	
Comunicação Social/Jornalismo	4	
Psicologia	3	
Direito	2	
Administração	1	
Arqueologia	1	
Artes (cinema)	1	
Engenharia	1	
Engenharia Civil	1	
Engenharia Mecânica	1	
Letras	1	
Pedagogia	1	
Serviço Social	1	
Outra(s)	1	

Fonte: Dados pesquisa.

No que tange às graduações cursadas pelos 93 respondentes, foram identificadas 104 ocorrências, já que alguns docentes concluíram mais de um curso. As graduações em Arquivologia, História e Biblioteconomia sobressaem expressivamente em relação às outras. Nota-se que 75,27% dos docentes pesquisados possuem graduação em um ou dois desses três cursos; três são graduados em Arquivologia e História; e um é graduado em Biblioteconomia e História. Outro dado importante diz respeito à graduação em Arquivologia, cujo número total de respondentes graduados é de 29 (quase 1/3 do total).

Entre as 104 ocorrências de graduação identificadas, a maioria (58) corresponde à grande área de Ciências Sociais Aplicadas, seguida por Ciências Humanas (29). Os outros grandes campos somam 17 ocorrências. Um docente não identificou sua graduação. Esses dados podem ser vistos na Figura 7.

Figura 7 – Cursos de graduação por grandes áreas do conhecimento.



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 20 – Universidade de conclusão da graduação.

CONCLUSÃO DE GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
No Brasil - pública	75
No Brasil - privada	17
Fora do Brasil	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que a maioria dos respondentes concluiu seu curso de graduação em universidades públicas no Brasil.

Tabela 21 – Ano de conclusão do curso de graduação.

CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
Entre 1970 e 1979	13
Entre 1980 e 1989	27
Entre 1990 e 1999	19
Entre 2000 e 2009	24
Depois de 2009	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 22 – Ano de conclusão da graduação dos professores graduados em Arquivologia.

CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
Entre 1970 e 1979	0
Entre 1980 e 1989	3
Entre 1990 e 1999	4
Entre 2000 e 2009	16
Depois de 2009	6

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que a maior parte dos docentes que responderam à pesquisa se graduou na década de 1980 (27), seguida pela década de 2000 (24). Destaca-se que, entre os respondentes graduados em Arquivologia, a grande parcela (16) se formou na década de 2000, o que pode demonstrar que esses professores são mais jovens. Cumpre ressaltar, contudo, que muitos se graduaram em cursos implantados antes do ano 2000 (11 docentes), o que não é ainda um

reflexo da expansão do ensino superior por meio do programa REUNI.

No que tange à especialização (curso de pós-graduação lato-sensu), os dados da pesquisa revelaram que a maioria dos docentes pesquisados concluiu esse tipo de curso (52,7%). Entre os 50 cursos de especialização concluídos pelos docentes, 21 possuem na sua denominação os termos *Arquivologia*, *arquivos* ou *organização de arquivos*.

Ressalta-se que quinze docentes (16,1%) não graduados em Arquivologia concluíram cursos de especialização cujas denominações possuem os termos *Arquivologia*, *arquivos* ou *organização de arquivos*. Ao se somar esse número ao quantitativo de docentes pesquisados graduados em Arquivologia, tem-se um total de 44 docentes, ou seja, 47,31% dos docentes possuem graduação ou especialização na área.

Entre os demais cursos de especialização concluídos, a maioria está em áreas afins e/ou interdisciplinares identificadas nas categorias de análise da pesquisa. (ARREGUY; NEGREIROS; SILVA, 2013). Tal constatação demonstra tanto um grau de aprofundamento e especialização em questões arquivísticas, quanto uma possibilidade de ampliação de vivências, experiências e desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Tabela 23 – Instituição de conclusão de especialização.

CONCLUSÃO DE ESPECIALIZAÇÃO	QUANTIDADE
No Brasil - pública	41
No Brasil - privada	8
Fora do Brasil	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 24 – Ano de conclusão de curso de especialização.

CONCLUSÃO DA ESPECIALIZAÇÃO – TIPO DE INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
Entre 1970 e 1979	2
Entre 1980 e 1989	8
Entre 1990 e 1999	18
Entre 2000 e 2009	13
Depois de 2009	6
Não indicaram o ano	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados relativos à conclusão de cursos de especialização demonstram que a maioria dos respondentes que concluiu esse tipo de curso o fez em uma instituição pública. Percebe-se, ainda, que a maior parte deles finalizou seu curso na década de 1990 (18).

Tabela 25 – Curso de mestrado.

CURSO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Ciência da Informação	27	30,3%
História	7	7,9%
Biblioteconomia	5	5,6%
História Social	5	5,6%
Patrimônio Cultural	5	5,6%
Engenharia de Produção	4	4,5%
Informática	3	3,4%
Administração/ <i>Business Administration</i> (MBA)	2	2,2%
Artes Visuais	2	2,2%
História e Crítica da Arte - Concentração em Antropologia da Arte	2	2,2%
Letras/Literatura (Teoria Literária)	2	2,2%
Memória Social/Memória Social e Documento	2	2,2%
Multimeios	2	2,2%
Sociologia/Sociologia (Sociologia da Cultura)	2	2,2%

Administração em Sistemas de Informação	1	1,1%
Administração Pública (Tecnologias da Informação)	1	1,1%
<i>Bibliothéconomie et Sciences de l'information, option Archivistique</i>	1	1,1%
Ciências Sociais	1	1,1%
Comunicação e Informação	1	1,1%
Comunicação Social	1	1,1%
Desenvolvimento Sustentável	1	1,1%
Educação	1	1,1%
Ergonomia	1	1,1%
Gestão de Arquivos e Documentos	1	1,1%
História das Ciências da Saúde	1	1,1%
História Social das Relações Políticas	1	1,1%
<i>Informatique et Mathematique</i>	1	1,1%
<i>Investigación en Documentación</i>	1	1,1%
Memória Social e Patrimônio Cultural	1	1,1%
Psicologia Social	1	1,1%
Não indicaram o curso	3	3,4%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à formação em nível de mestrado, constatou-se que 89 docentes concluíram um curso de mestrado (95,7%) e três estão cursando (3,2%), com previsão de término para 2015. Ou seja, ainda neste ano, 98,9% dos respondentes terão concluído um curso de mestrado. Apenas um não tem mestrado e nem está cursando. No caso dos três docentes que estão com o curso de mestrado em andamento, as denominações dos seus cursos são: Patrimônio Cultural, Memória Social e Sociedade e Cultura na Amazônia.

Da amostra pesquisada, o mestrado em Ciência da Informação sobressai expressivamente em relação aos demais (27 ocorrências - 30,3%). No *ranking*, o mestrado em História aparece em segundo lugar (7 ocorrências - 7,9%); os

demais cursos (28 no total) não ultrapassam o percentual de 5,6% cada um (5 ocorrências).

Tabela 26 - Tipo de instituição em que cursou o mestrado.

CONCLUSÃO DE Mestrado – TIPO DE INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
No Brasil - pública	82
No Brasil - privada	1
Fora do Brasil	4
Não indicaram a universidade	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 27 – Ano de conclusão do mestrado.

CONCLUSÃO DE Mestrado	QUANTIDADE
Entre 1970 e 1979	1
Entre 1980 e 1989	4
Entre 1990 e 1999	29
Entre 2000 e 2009	34
Depois de 2009	20

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao curso de mestrado, salienta-se ainda que, novamente, a formação em instituições públicas no Brasil aparece com grande destaque (82 das 92 ocorrências).

Tabela 28 – Curso de doutorado.

CURSO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Ciência da Informação	18	32,1%
Educação	5	8,9%
História	4	7,1%
Administração	2	3,6%
Ciências da Comunicação	2	3,6%
Engenharia de Produção	2	3,6%
História da Educação	2	3,6%
História Social	2	3,6%
Memória Social	2	3,6%
Archivos y Documentos en el entorno digital	1	1,8%

Ciências (concentração: Antropologia Social)	1	1,8%
Desenvolvimento Sustentável	1	1,8%
Difusão do Conhecimento	1	1,8%
Documentação	1	1,8%
Documentación: Archivos y Bibliotecas en el Entorno Digital	1	1,8%
Engenharia de Sistemas e Computação	1	1,8%
Engenharia Elétrica - Área de Inteligência Artificial Aplicada	1	1,8%
Informação e Comunicação em Plataformas Digitais	1	1,8%
Informática, Anal. Sistemas e Tratamento de Sinal.	1	1,8%
Letras	1	1,8%
Linguística	1	1,8%
Literatura (Teoria Literária)	1	1,8%
Psicologia Social e do Trabalho	1	1,8%
Sociologia	1	1,8%
Não indicaram o curso	2	3,6%

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelos dados apresentados, mais da metade dos respondentes concluiu um curso de doutorado (60,2% - 56 ocorrências) e 16 estão cursando (17,2%).

As previsões de defesa dos docentes respondentes que estão cursando o doutorado são as seguintes: quatro em 2015, três em 2016 e sete em 2017. Três docentes não indicaram a previsão de defesa. Contudo, levando em conta que um curso de doutorado tem a duração média de quatro anos, pode-se considerar que tais cursos serão concluídos até 2018. Assim, tem-se uma previsão de setenta e dois docentes respondentes (77,4%) possuírem um curso de doutorado em 2018.

Assim como no mestrado, o doutorado em Ciência da Informação sobressai expressivamente em relação aos demais (18 ocorrências - 32,1%). No *ranking*, o doutorado em Educação aparece em segundo lugar (cinco ocorrências –

8,9%), seguido de História (7,1 % - quatro ocorrências); os demais cursos (22 ao todo) não ultrapassam o percentual de 3,6% cada um (duas ocorrências). Dois docentes não indicaram a denominação do curso.

Tabela 29 – Curso de doutorado em andamento.

CURSO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Ciência da Informação	11	68,75%
Memória Social	1	6,25%
História	1	6,25%
História Social	1	6,25%
Letras	1	6,25%
Museologia e Patrimônio	1	6,25%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos docentes que estão com doutorado em andamento, a Ciência da Informação sobressai expressivamente em relação aos demais (11 ocorrências – 68,75%). Os outros cursos (cinco ao todo) não ultrapassam o percentual de 6,5% cada um (uma ocorrência).

Tabela 30 - Tipo de instituição em que cursou ou está cursando o doutorado.

CONCLUSÃO DE DOUTORADO – TIPO DE INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
No Brasil – pública	59
No Brasil – privada	1
Fora do Brasil	8
Não indicaram a universidade	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que desde a graduação até o doutorado a formação do docente é predominantemente em universidades públicas brasileiras.

Tabela 31 – Ano de conclusão do doutorado.

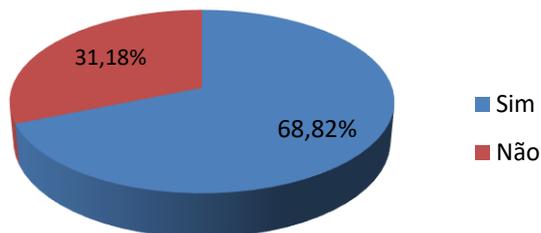
CONCLUSÃO DE DOUTORADO	QUANTIDADE
Entre 1970 e 1979	0
Entre 1980 e 1989	1
Entre 1990 e 1999	7
Entre 2000 e 2009	25
Depois de 2009	34

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa demonstra uma concentração de doutoramentos após o ano de 2009. Algumas das possíveis razões para esse fato é a expansão do doutorado no Brasil, além da exigência do referido título para ingresso nas universidades públicas federais, após o ano de 2013 (BRASIL. Presidência da República, 2013).

3.2.2 Atuação em arquivo

Figura 8 – Docentes com atuação em arquivos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Parcela expressiva dos docentes (68,82%) possui experiência prática em arquivos. Isso demonstra que a maioria tem vivência na área, aprendizado concreto e capacidade de correlacionar as dimensões epistemológica e pragmática da Arquivologia.

Tabela 32 – Docentes com atuação em arquivos por curso de graduação.

CURSO DE GRADUAÇÃO	ATUOU EM ARQUIVO?		PERCENTUAL (RESPOSTAS = SIM)
	Sim	Não	
Administração	1	0	100,00%
Artes (cinema)	1	0	100,00%
Engenharia Mecânica	1	0	100,00%
Outra(s)	1	0	100,00%
Pedagogia	1	0	100,00%
Arquivologia	27	2	93,10%
História	22	2	91,67%
Comunicação Social/Jornalismo	3	1	75,00%
Ciências Sociais	4	2	66,67%
Biblioteconomia/Biblioteconomía y Documentación	11	10	52,38%
Direito	1	1	50,00%
Psicologia	1	2	33,33%
Ciência da Computação/Análise de Sistemas	0	5	0,00%
Arqueologia	0	1	0,00%
Engenharia	0	1	0,00%
Engenharia Civil	0	1	0,00%
Letras	0	1	0,00%
Serviço Social	0	1	0,00%
Total	74	30	

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à experiência com arquivos, os resultados obtidos são estes: a) entre os 29 docentes que possuem graduação em Arquivologia, dois nunca atuaram em arquivos, então, 93,10% já o fizeram; b) do total de 24 que possuem graduação em História, dois não têm a vivência de que se trata, portanto, 91,67% possuem a referida prática.

Todos os docentes que possuem graduação em Administração, Artes (cinema), Engenharia Mecânica,

Pedagogia e outra(s) têm atuação em arquivos. Todavia, é importante destacar que o quantitativo de docentes que concluíram cada um desses cursos equivale a um. Nenhum dos docentes que possuem graduação em Arqueologia, Engenharia, Engenharia Civil e Serviço Social apresentam a experiência em questão. No entanto, destaca-se que o quantitativo de docentes que concluíram cada um desses cursos também equivale a um.

Quanto aos números de docentes que já atuaram em arquivos, cujos cursos de graduação não são Arquivologia e História e obtiveram quantitativos acima de um, todos alcançaram percentuais entre 50% e 75%; exceto os docentes que possuem graduação em Psicologia (um em três ocorrências - 33,33%) e Ciência da Computação/Análise de Sistemas (zero em cinco ocorrências - 0%).

Tabela 33 – Tempo de atuação em arquivos.

TEMPO DE ATUAÇÃO EM ARQUIVOS	QUANTIDADE DOCENTES	PERCENTUAL DE DOCENTES QUE POSSUEM ATUAÇÃO	PERCENTUAL TOTAL DE DOCENTES
Até 05 anos	21	32,81%	22,58%
De 06 a 10 anos	18	28,13%	19,35%
De 11 a 15 anos	10	15,63%	10,75%
De 16 a 20 anos	5	7,81%	5,38%
De 21 a 25 anos	4	6,25%	4,30%
De 26 a 30 anos	0	0,00%	0,00%
De 31 a 35 anos	1	1,56%	1,08%
De 35 a 40 anos	1	1,56%	1,08%
Não informou	4	6,25%	4,30%
Total	64	100,00%	68,82%

Fonte: Dados da pesquisa.

No que toca ao tempo de experiência em arquivos, destaca-se que 21 docentes respondentes (22,58% do total de docentes/quase 1/4) têm até cinco anos, 43 (43,25% do total de docentes/mais de 1/3) possuem mais de cinco anos e 25 (26,88% do total de docentes/mais de 1/4) apresentam mais de 10 anos de atuação em arquivo.

Tabela 34 - Atuação x instituição mantenedora do arquivo.

ABRANGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE DE DOCENTES QUE ATUAM/ATUARAM	% DE DOCENTES QUE POSSUEM ATUAÇÃO	% TOTAL DE DOCENTES
Pública federal	28	43,75%	30,11%
Pública estadual	26	40,63%	27,96%
Pública municipal	15	23,44%	16,13%
Privada - pessoa jurídica com fins lucrativos	27	42,19%	29,03%
Privada - pessoa jurídica sem fins lucrativos	15	23,44%	16,13%
Privada - pessoa física	4	6,25%	4,30%
Privada - família	4	6,25%	4,30%

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: %: Percentual.

Nesse caso, pode-se afirmar que há um conhecimento específico e prático-laboral em relação a todos os tipos de instituições mantenedoras e produtoras de arquivos, com maior ocorrência nas instituições públicas federais (28) e estaduais (26) e em instituições privadas com fins lucrativos (27). As vivências e/ou experiências práticas em arquivos privados de pessoas físicas e de famílias são pouco

significativas. Cumpre destacar que a falta de experiência nessa área pode impactar no currículo a ser posto em prática na sala de aula e, conseqüentemente, o arquivista formado nos cursos de Arquivologia no Brasil tende a ser mais bem preparado para atuar em arquivos públicos e arquivos de instituições privadas com fins lucrativos do que em arquivos privados de pessoas físicas e de famílias. Esse ciclo tende a se realimentar e as pesquisas devem se concentrar nessas mesmas áreas.

Tabela 35 – Atuação X idade dos documentos tratados.

IDADE DOS DOCUMENTOS TRATADOS	QUANTIDADE DE DOCENTES QUE ATUAM/ATUARAM	% DE DOCENTES QUE POSSUEM ATUAÇÃO	% TOTAL DE DOCENTES
Corrente	47	73,44%	50,54%
Intermediário	42	65,63%	45,16%
Permanente	59	92,19%	63,44%

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: %: Percentual.

Ainda em relação à experiência e vivência prático-laboral, pode-se destacar que todas as idades documentais estão cobertas pelos docentes pesquisados, com um destaque para o arquivo permanente. Ao contrário do que seria de se esperar, esse destaque no arquivo permanente não aparece nos currículos dos cursos (ARREGUY; NEGREIROS; SILVA, 2013) e nem nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes, nos dois casos se sobressaindo a gestão de documentos.

Tabela 36 – Atuação x gênero dos documentos tratados.

GÊNERO DOS DOCUMENTOS TRATADOS	QUANTIDADE DE DOCENTES QUE ATUAM/ATUARAM	% DE DOCENTES QUE POSSUEM ATUAÇÃO	% TOTAL DE DOCENTES
Textual	59	92,19%	63,44%
Iconográfico	33	51,56%	35,48%
Informático (digital)	32	50,00%	34,41%
Cartográfico	24	37,50%	25,81%
Filmográfico	23	35,94%	24,73%
Sonoro	19	29,69%	20,43%
Micrográfico	18	28,13%	19,35%

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: %: Percentual.

Observa-se que os respondentes adquiriram experiência e/ou vivência lidando com todos os gêneros documentais, sendo que quase todos que possuem atuação em arquivos trabalharam com documentos textuais (92,19%). A menor atuação entre esses docentes corresponde aos gêneros sonoro (19) e micrográfico (18).

Tabela 37 – Atuação x atividade, rotina e/ou procedimento em que estiveram/estão envolvidos.

ATIVIDADE, ROTINA E/OU PROCEDIMENTO EM QUE ESTEVE OU ESTÁ ENVOLVIDO.	QUANTIDADE DE DOCENTES QUE ATUAM/ATUARAM	% DE DOCENTES QUE POSSUEM ATUAÇÃO	% TOTAL DE DOCENTES
Disseminação e acesso	47	73,44%	50,54%
Classificação	45	70,31%	48,39%
Avaliação	42	65,63%	45,16%
Arranjo	39	60,94%	41,94%
Desenvolvimento de projetos	39	60,94%	41,94%
Recolhimento	38	59,38%	40,86%
Descrição	37	57,81%	39,78%
Tramitação / uso	36	56,25%	38,71%

Preservação	35	54,69%	37,63%
Direção / administração	32	50,00%	34,41%
Eliminação	32	50,00%	34,41%
Produção	28	43,75%	30,11%
Elaboração ou manutenção de sistema informatizado	26	40,63%	27,96%
Transferência	25	39,06%	26,88%

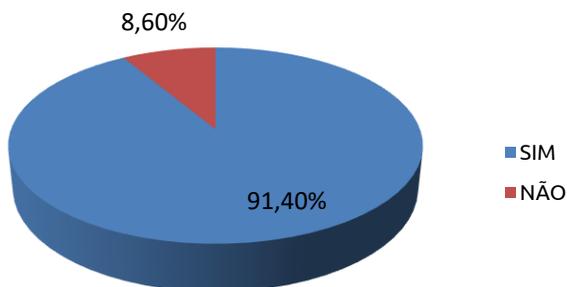
Fonte: Dados da pesquisa. Observação: Alguns docentes tiveram experiências com mais de uma atividade, rotina e/ou procedimento. Legenda: %: Percentual.

Pode-se observar que todas as atividades, rotinas e procedimentos estão presentes de forma equilibrada entre 40 e 65%. Sobressaem a classificação e a disseminação. Destaca-se que a classificação é etapa fundamental de todo trabalho arquivístico, servindo como base para as demais; e a disseminação e acesso são os objetivos-fim de um arquivo, sua razão de existir.

3.2.3 Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão

Em relação ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, observou-se que quase todos os docentes desenvolveram ou desenvolvem projetos desta natureza (85 ocorrências - 91,40%).

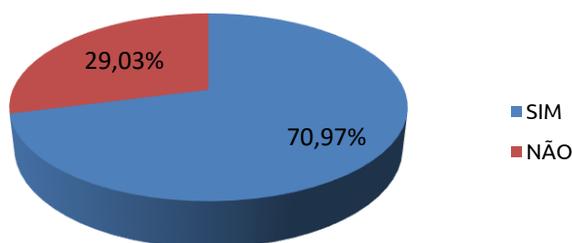
Figura 9 – Desenvolvimento de projeto(s) de pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

No que toca ao desenvolvimento de projetos de extensão, constatou-se que a maioria dos docentes desenvolveu ou desenvolve este tipo de projeto (66 ocorrências – 70,97%).

Figura 10 – Desenvolvimento de projeto(s) de extensão.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando verificadas as categorias que contemplam os escopos dos projetos de pesquisas desenvolvidos e em desenvolvimento pelos docentes integrantes da amostra, observou-se que todas as categorias específicas estão cobertas. Entre as categorias interdisciplinares, a única que

não apresentou ocorrências foi “matemática”. Em relação aos projetos de extensão, todas as categorias específicas também estão abrangidas, porém, quando se trata das categorias interdisciplinares, sete não são contempladas.

Foi possível verificar, ainda, que, em relação às categorias específicas, a Gestão de Documentos se destaca tanto nos casos de projetos de pesquisa quanto nos casos de projetos de extensão.

Em relação às categorias interdisciplinares, História sobressai, quando se trata de projetos de extensão. Já a Ciência da Informação tem destaque nos projetos de pesquisa, e os valores se mantêm próximos dos relativos à Gestão de Documentos e bem mais elevados que as pesquisas cujos escopos contemplam as demais categorias específicas.

Nesse sentido, questionam-se possíveis justificativas para essa ocorrência: a) a maioria dos docentes terem concluído seus cursos de mestrado e doutorado em Ciência da Informação; b) grande parte dos cursos de Arquivologia estar abrigada em unidades cuja denominação se refere à Ciência da Informação; c) a Arquivologia, no caso brasileiro, estar subordinada à Ciência da Informação nas agências de fomento.

Quadro 3 – Projetos de pesquisa e extensão x categorias específicas e interdisciplinares.

Modalidade	Pesquisa		Extensão	
	Nº de Projetos	Nº de Docentes	Nº de Projetos	Nº de Docentes
Fundamentos da Arquivologia	51	25	20	9
O profissional de arquivologia	52	22	23	11
Gestão de documentos	83	42	71	31
Gestão de documentos eletrônicos e digitais	56	20	25	10
Arquivo permanente	57	25	58	26
Preservação / conservação / restauração	25	14	22	13
Planejamento e projetos arquivísticos	43	20	41	19
Usuários	18	10	18	11
Políticas e legislação arquivística	42	19	25	15
Métodos e técnicas de pesquisa em arquivologia	23	13	22	10
Ciência da Informação	73	33	12	8
História	28	13	20	7
Administração	7	4	4	3
Ciência da Computação	13	5	6	4
Contabilidade	1	1	1	1
Biblioteconomia	18	10	7	6
Museologia	9	6	7	4
Sociologia	2	2	1	1
Comunicação	7	4	5	3
Diplomática	17	6	7	2
Paleografia	1	1	1	1
Direito	3	2	1	1
Notariado	2	1		
Letras e línguas	3	2		
Estatística	2	2		
Filosofia	4	2		
Antropologia	5	4		
Matemática				
Economia	1	1		

Fonte: Dados da pesquisa. Destaque em verde: maior ocorrência nas categorias específicas e interdisciplinares.

3.2.4 Temas abordados nas disciplinas e temas que se sentem preparados para lecionar

Em relação ao questionamento de temas abordados pelos docentes nas disciplinas que lecionam/lecionaram nos últimos quatro anos, novamente se observou que todas as categorias específicas são contempladas. Porém, Gestão de Documentos (49 ocorrências), Fundamentos de Arquivologia (40 ocorrências) e Planejamento e Projetos Arquivísticos (35 ocorrências) se destacam.

As demais categorias apresentam um quadro equilibrado, entre 21 e 29 ocorrências, exceto Preservação/Conservação e Restauração (14 ocorrências). Em relação às categorias interdisciplinares, 14 são contempladas, das quais se destaca Ciência da Informação (28 ocorrências), seguida de Biblioteconomia e Diplomática (13 ocorrências cada) e História (10 ocorrências). As outras dez não ultrapassam cinco ocorrências cada uma.

Tabela 38 – Temas abordados nas disciplinas que leciona/lecionou nos últimos quatro anos.

CATEGORIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Gestão de documentos	49	52,69%
Fundamentos da Arquivologia	40	43,01%
Planejamento e projetos arquivísticos	35	37,63%
Políticas e legislação arquivística	29	31,18%
O profissional de arquivologia	26	27,96%
Arquivo permanente	24	25,81%
Gestão de documentos eletrônicos e digitais	24	25,81%
Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia	24	25,81%
Usuários	21	22,58%
Preservação / conservação / restauração	14	15,05%
Ciência da Informação	28	30,11%
Biblioteconomia	13	13,98%
Diplomática	13	13,98%

História	10	10,75%
Administração	9	9,68%
Ciência da Computação	6	6,45%
Comunicação	5	5,38%
Museologia	4	4,30%
Paleografia	4	4,30%
Antropologia	3	3,23%
Filosofia	2	2,15%
Letras e línguas	2	2,15%
Sociologia	2	2,15%
Contabilidade	1	1,08%
Direito	0	0,00%
Economia	0	0,00%
Estatística	0	0,00%
Matemática	0	0,00%
Notariado	0	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à pergunta relacionada aos temas nos quais os docentes se sentem preparados para lecionar, todas as categorias específicas também são contempladas. No entanto, Gestão de Documentos (51 ocorrências), Fundamentos de Arquivologia (49 ocorrências), Planejamento e Projetos Arquivísticos (44 ocorrências) e Métodos e Técnicas de Pesquisa em Arquivologia (41 ocorrências) sobressaem. As demais categorias apresentam um quadro equilibrado, entre 32 e 39 ocorrências, exceto preservação/conservação e restauração (17 ocorrências).

Em relação às categorias interdisciplinares, apenas Contabilidade, Matemática e Economia não são abrangidas. Destaca-se Ciência da Informação (33 ocorrências), seguida de Biblioteconomia e Diplomática (16 ocorrências cada). História, Administração e Ciência da Computação apresentam um quadro equilibrado, entre 11 e 14 ocorrências. As outras dez não ultrapassam seis ocorrências cada.

Tabela 39 – Temas nos quais se sentem preparados para lecionar.

CATEGORIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Gestão de documentos	51	54,8%
Fundamentos da Arquivologia	49	52,7%
Planejamento e projetos arquivísticos	44	47,3%
Métodos e técnicas de pesquisa em Arquivologia	41	44,1%
O profissional de arquivologia	39	41,9%
Arquivo permanente	38	40,9%
Políticas e legislação arquivística	35	37,6%
Gestão de documentos eletrônicos e digitais	32	34,4%
Usuários	32	34,4%
Preservação / conservação / restauração	17	18,3%
Ciência da Informação	33	35,5%
Biblioteconomia	16	17,2%
Diplomática	16	17,2%
História	14	15,1%
Administração	11	11,8%
Ciência da Computação	11	11,8%
Comunicação	6	6,5%
Paleografia	6	6,5%
Letras e línguas	5	5,4%
Antropologia	4	4,3%
Filosofia	4	4,3%
Sociologia	4	4,3%
Museologia	3	3,2%
Direito	2	2,2%
Estatística	1	1,1%
Notariado	1	1,1%
Contabilidade	0	0,0%
Economia	0	0,0%
Matemática	0	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

3.2.5 Produção

Em relação à produção dos docentes de Arquivologia que responderam ao questionário, os números são bastante significativos. Inicialmente, destaca-se que todas as categorias específicas são contempladas em todos os formatos: livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, trabalhos completos em anais de eventos, trabalhos e conferências apresentados e produção técnica. Foi possível identificar que, em todos os formatos, a maioria dos docentes está envolvida em produções cujo escopo é a Gestão de Documentos.

Também se observou que, até o momento, os docentes investigados produziram mais livros cujo escopo é Arquivos Permanentes (26 ocorrências); mais capítulos de livros (42 ocorrências) e artigos (56 ocorrências) relativos aos Fundamentos de Arquivologia; mais trabalhos completos publicados em anais de eventos (99 ocorrências) e trabalhos e/ou conferências apresentados (104 ocorrências) relacionados à Gestão de Documentos; e mais produções técnicas sobre Arquivos Permanentes e Gestão de Documentos (63 e 62 ocorrências, respectivamente).

A respeito do último formato, acredita-se que os números são mais elevados quando relativos à categoria Arquivos Permanentes, em função, principalmente, dos instrumentos de pesquisa elaborados, que são característicos da fase permanente. No caso da Gestão de Documentos, a explicação reside na elaboração de manuais, planos de classificação e tabelas de temporalidades e destinação de documentos que são instrumentos necessários para sua execução.

Em relação às categorias interdisciplinares, boa parte também é contemplada. Porém, a categoria Ciência da Informação apresenta um número de ocorrências mais elevado que as demais, em todos os formatos, principalmente no caso dos artigos de periódicos. No formato artigos de periódicos, por exemplo, a produção relativa à Ciência da Informação ultrapassa, expressivamente, a produção em todas as categorias específicas.

A esse respeito, destaca-se que, no Brasil, (1) existem poucos periódicos cujo escopo específico é a Arquivologia; (2) um número considerável de docentes de Arquivologia é credenciado em programas de pós-graduação em Ciência da Informação; (3) na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, a Arquivologia está subordinada à Ciência da Informação; e (4) de acordo com Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq (Ciências Sociais Aplicadas 1), no item 4 – produção intelectual –, consta que serão submetidos à avaliação artigos publicados em periódicos científicos (Qualis Periódicos), livros e anais de eventos (classificação de livros), produção técnica e produção artísticas. Será que estes fatores têm alguma influência sobre a produção docente levantada? Se sim, em que medida? De certa forma, os docentes também precisam demonstrar que suas produções de qualidade contemplam a Ciência da Informação.

Vale ressaltar que, quando se trata de periódicos científicos no Brasil, aqueles cujo escopo é a Ciência da Informação são mais numerosos e melhor qualificados pelo Qualis Periódicos. Nesse caso, para que os artigos sejam aceitos e publicados, é preciso estar clara a relação direta deles com a Ciência da Informação. Ainda sobre essa questão, destaca-se que quando se trata de uma produção menos formal e não pontuada pela CAPES, como é o caso de trabalhos e/ou conferências apresentados, ou a publicação em anais de eventos, a produção em Gestão de Documentos (104 ocorrências na primeira modalidade e 99 ocorrências na segunda) e Arquivos Permanentes (102 ocorrências na primeira modalidade) é mais expressiva que em Ciência da Informação (82 ocorrências na primeira modalidade e 85 na segunda).

Modalidade	Trabalhos completos em anais de eventos		Trabalhos e/ou conferências que realizou		Produções técnicas	
	Nº de Docentes	Quant.	Nº de Docentes	Quant.	Nº de Docentes	Quant.
Fundamentos da Arquivologia	21	48	22	70	13	32
O profissional de arquivologia	17	32	20	55	8	11
Gestão de documentos	30	99	30	104	21	60
Gestão de documentos eletrônicos e digitais	15	53	17	51	11	36
Arquivo permanente	21	59	21	102	13	63
Preservação / conservação / restauração	9	44	12	47	8	37
Planejamento e projetos arquivísticos	9	29	11	32	8	37
Usuários	10	20	11	32	2	5
Políticas e legislação arquivística	19	52	19	76	6	16
Métodos e técnicas de pesquisa em arquivologia	9	21	11	29	5	17
Ciência da Informação	26	85	26	82	7	23
História	9	17	10	37	3	7
Administração	2	3	3	3	1	2
Ciência da Computação	4	15	4	41	4	14
Contabilidade						
Biblioteconomia	8	20	10	28	5	13
Museologia	3	4	3	6	2	3
Sociologia	1	7	1	11		
Comunicação	5	11	4	13	2	6
Diplomática	5	21	6	41	2	16
Paleografia	2	4	1	11	1	2
Direito			1	1		
Notariado						
Letras e línguas	2	6	4	14	1	2
Estatística						
Filosofia	2	2	1	4		
Antropologia	1	2	2	7	1	3
Matemática						
Economia						

Fonte: Dados da pesquisa. Destaque em verde: maior ocorrência nas categorias específicas e interdisciplinares.

3.2.6 Fluência em outros idiomas

A respeito da fluência dos docentes da amostra em outros idiomas, considera-se o cenário encontrado positivo, uma vez que boa parte dos docentes tem capacidade de ler em outros idiomas, não se limitando apenas à literatura nacional. Eles também escrevem em outros idiomas, o que permite a interação com profissionais de outras nacionalidades e a submissão de produções no cenário internacional. E falam outros idiomas, o que possibilita a interação com profissionais de outros países e a participação em eventos internacionais. A única língua estrangeira mencionada pelos docentes, além das indicadas no questionário, foi o italiano.

Tabela 41 – Fluência em outros idiomas.

	LÊ	ESCREVE	FALA
Inglês	89,25%	58,06%	65,59%
Espanhol	92,47%	55,91%	66,67%
Francês	53,76%	22,58%	23,66%
Italiano	16,13%	5,38%	6,45%

Fonte: Dados da pesquisa. Lê, Fala ou Escreve razoavelmente ou perfeitamente.

3.2.7 Participação de corpo editorial de periódicos

Praticamente a metade dos docentes da amostra é membro de corpo editorial assim como de conselho consultivo (como avaliador). Além disso, um percentual significativo participou como avaliador ad hoc de periódicos.

Tabela 42 – Participação de corpo editorial de periódicos.

	MEMBRO DE CORPO EDITORIAL		CONSELHO CONSULTIVO (COMO AVALIADOR)		AVALIADOR AD HOC	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Sim	47	50,5%	46	49,5%	39	41,9%
Não	46	49,5%	47	50,5%	54	58,1%

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: Qtde: Quantidade; %: Percentual.

Sobre esse quesito, é importante destacar que se percebe a formação, em âmbito nacional, de um grupo de pares da área. Além disso, considera-se relevante identificar que os docentes não só contribuem produzindo artigos, mas também acompanhando e validando a produção científica referente à Arquivologia e às áreas interdisciplinares e afins.

3.2.8 Participação em programas de pós-graduação

Em relação à participação dos docentes da amostra em cursos de programas de pós-graduação, os números ainda são tímidos. No caso de cursos de especialização e mestrado (apenas), os percentuais não alcançam 1/4. Nos cursos de mestrado e doutorado, o percentual fica próximo de 1/3.

Tabela 43 – Participação em programas de pós-graduação.

	ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO (APENAS)		MESTRADO E DOUTORADO	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Sim	22	23,7%	15	16,1%	32	34,4%
Não	71	76,3%	78	83,7%	61	65,6%

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: Qtde: Quantidade; %: Percentual.

Foi possível verificar que os docentes pesquisados participaram de cursos de especialização cujos escopos abordam 17 temáticas: Arquivologia, Ciência da Informação, Culturas Políticas, História e Historiografia, Gestão da Informação e Pessoas, Gestão de Arquivos e Documentos, Gestão de Arquivos e Tecnologias Aplicadas, Gestão de Bibliotecas Escolares, Gestão de Serviços de Saúde, Gestão do

Patrimônio Histórico e Cultural, Gestão e Arquitetura da Informação, Gestão Estratégica da Informação, Gestão Pública Municipal, Informação Ambiental, Informática na Educação, Organização do Conhecimento, Políticas de Informação e Segurança da Informação e Segurança Cibernética.

Em relação aos cursos de mestrado, em âmbito nacional, os docentes participaram de cursos cujos escopos abordam sete temáticas: Antropologia, Ciência da Informação, Contabilidade e Controladoria, Gestão de Documentos e Arquivos, Gestão de Organizações Aprendentes, Informática e Patrimônio Cultural. Nesse item, foi possível observar uma concentração de atuação dos docentes em cursos de Ciência da Informação (12 ocorrências) e Gestão de Arquivos e Documentos (sete ocorrências).

Quanto aos cursos de mestrado, em âmbito internacional, os docentes participaram de quatro cursos: *Bibliotecología y Ciencia de la Información*, *Ciencia de la Información*, *Información y Comunicación* e *Library and Information Science*.

No que tange aos cursos de mestrado e doutorado, tais docentes participaram de cursos apenas em âmbito nacional cujos escopos abordam três temáticas: Ciência da Informação, Engenharia e Gestão do Conhecimento e Memória Social. Nesse item, foi possível identificar certa exclusividade de atuação dos docentes em cursos cujos escopos abordam Ciência da Informação (32 ocorrências). As outras duas temáticas apresentaram apenas uma ocorrência cada.

Capítulo 5

CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL³²

O presente capítulo, consequência da apresentação realizada em novembro de 2017, em Belo Horizonte, na V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), tem por objetivo apresentar os resultados da verificação de como a metodologia desenvolvida e a pesquisa realizada no âmbito das REPARQ (apresentadas nos capítulos anteriores) contribuíram para as reformulações e estruturações curriculares dos cursos de Arquivologia no país.

Optou-se por apresentar o questionário utilizado na pesquisa à medida que os resultados fossem analisados, destacando-se as modificações implementadas nas matrizes curriculares e os impactos (1) do perfil docente no currículo; (2) da configuração acadêmico-institucional no currículo; (3) da pesquisa na reestruturação curricular.

1 RESULTADOS

No dia 16 de maio de 2017, foi encaminhado e-mail com o link para o questionário da pesquisa para os 16 coordenadores dos cursos de Arquivologia existentes no Brasil. Nos meses seguintes, os coordenadores foram

³² Publicado originalmente em: SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R. Cursos de Arquivologia no Brasil: rumo à uma harmonização curricular possível. In: VENÂNCIO, R. P.; SILVA, W. A. NASCIMENTO, A. (Org.). *Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos*. 1 ed. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. p. 29-43. Disponível em: <http://vreparq.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/Ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-cenarios-prospectivos.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021.

respondendo e alguns deles retornaram informando que não eram mais coordenadores de curso e passando o contato do coordenador ou encaminharam o link para os coordenadores atuais à época. Do total de 16 cursos, entre os dias 23 de maio e 16 de outubro de 2017, foram recebidas 15 respostas que foram analisadas e os resultados são apresentados a seguir.

1.1 ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PERFIL DOCENTE NO CURRÍCULO

Uma questão importante que se procurou compreender nessa etapa da pesquisa foi o impacto do perfil docente no currículo ministrado em sala de aula, ou melhor, como é a visão dos coordenadores de cursos relativamente a esse impacto. Para tanto, foi apresentada a seguinte questão: **Como é o perfil dos docentes que ministram atualmente disciplinas no curso de Arquivologia? De que maneira essas características dos docentes impactam no currículo de Arquivologia ministrado em sala de aula?**

A ideia com essa pergunta foi permitir que o coordenador discorresse sobre os aspectos considerados por ele como mais importantes no que tange ao perfil dos docentes de seu curso e os relacionasse com o currículo implementado em sala de aula. Destaca-se que vários coordenadores enviaram dados quantitativos e qualitativos dos docentes, contudo tais dados não foram analisados nesse momento, pois tal análise foi feita em etapa anterior da pesquisa (SILVA; ARREGUY; NEGREIROS, 2016).

No que diz respeito ao impacto ou não do perfil docente no currículo, 13 dos 15 coordenadores informaram que o perfil do docente tem sim impacto no currículo implementado em sala de aula, sendo que um deles tratou da vinculação dos professores a departamentos externos à unidade como impactante no que tange ao envolvimento do docente com o curso. Muito embora não se trate de aspecto relativo à formação ou experiência do docente, esse aspecto foi considerado pelo respondente. Um curso informou não ter sido feita essa análise e outro curso não respondeu

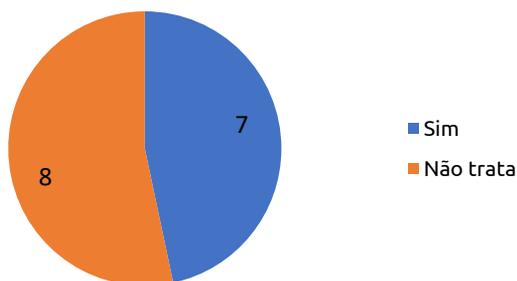
diretamente a essa pergunta, somente apresentando os dados dos docentes vinculados ao curso.

Os programas de pós-graduação aparecem de forma destacada nas respostas: 11 cursos informam sobre programas de pós-graduação e sobre a participação dos docentes nesses programas. Dois coordenadores afirmam que participação dos docentes em programas de pós-graduação influencia no currículo ministrado em sala de aula. Um cita pós-graduação Lato sensu, sem, contudo, citar seu impacto. Um coordenador afirma que o programa de pós-graduação afetará o perfil dos futuros docentes do curso.

Outro aspecto recorrente nas respostas é relacionado à formação no nível de graduação dos docentes. Dos 15 respondentes, seis informaram ter mais docentes graduados em Arquivologia do que em outras áreas. Oito cursos têm mais docentes graduados em outras áreas e um curso não informou sobre essa relação.

Em relação ao impacto dessa graduação no currículo, sete cursos apontaram como impactante para o curso a formação em arquivologia (6) ou a falta dela (1). Os outros oito cursos não trataram desse impacto (Gráfico 1). Entre aqueles que não trataram desse impacto, há um curso que informou ter mais docentes graduados em Arquivologia.

Gráfico 1 - Impacto da graduação em Arquivologia ou da falta dela.



Fonte: Dados da pesquisa.

1.2 ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CONFIGURAÇÃO ACADÊMICO-INSTITUCIONAL NO CURRÍCULO

O segundo aspecto que se procurou compreender foi a visão dos coordenadores em relação à influência da configuração acadêmico-institucional no currículo implementado. Foi feita a seguinte pergunta: **Como a configuração acadêmico-institucional influenciou e influencia no currículo de Arquivologia implementado?**

Na resposta a essa pergunta, alguns cursos forneceram informações detalhadas da configuração acadêmico-institucional, contudo não foi possível realizar novamente a análise dessas informações, embora sejam bastante relevantes, pois essa análise também foi feita em etapa anterior da pesquisa (SILVA; ARREGUY; NEGREIROS, 2016, p. 3). Na etapa da pesquisa aqui apresentada, consideraram-se apenas as informações referentes à influência de tais configurações nos currículos.

Observou-se que, mesmo não tratando diretamente da influência de determinados fatores, os cursos apresentaram informações sobre diversos aspectos, denotando o fato de os considerarem como fatores de influência. Os fatores citados são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Fatores citados pelos coordenadores.

FATOR CITADO	NÚMERO
Biblioteca	7
Laboratórios de informática	5
Oportunidade de estágio e emprego na região	5
Proximidade com instituições arquivísticas	5
Associativismo	5
Outros laboratórios	4
Curso de pós-graduação	4
Periódico	4
Infraestrutura do prédio em geral	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao tratar diretamente de influência, a aproximação com outras áreas do conhecimento aparece em destaque. A aproximação com a biblioteconomia é tratada como fator de influência por sete dos 15 coordenadores, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Influência ou aproximação com a Biblioteconomia.



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os sete cursos que informaram haver influência da Biblioteconomia: quatro estão passando por revisão curricular, tendendo a um distanciamento dessa área e a uma maior especialização; um curso está passando pelo mesmo processo, contudo a tendência dessa reestruturação é uma maior aproximação com a Biblioteconomia; outro curso, também em processo de reestruturação curricular, não deixou clara a tendência (especialização ou aproximação), mas, ao que parece estar tendendo à especialização; um desses cursos que informaram haver influência da Biblioteconomia não tratou na resposta de revisão curricular.

Aparece, também, entre as respostas, a influência ou aproximação com outras áreas. Dois cursos tiveram uma aproximação inicial com a História. Um curso tem uma aproximação com a Ciência da Informação e outro curso tem aproximações com a Administração e com o Direito.

A aproximação com outras áreas do conhecimento é um aspecto extremamente relevante na constituição do currículo. Tal aproximação acontece pela própria constituição inicial do curso. Muitos cursos de Arquivologia surgiram em escolas onde havia inicialmente um curso de Biblioteconomia e o corpo docente dessa área foi responsável pela elaboração dos primeiros projetos político-pedagógicos e da própria matriz curricular do curso de Arquivologia. A tendência à maior especialização nesses contextos parece acontecer de modo natural, quando da constituição do corpo docente próprio da área. A tendência à aproximação com outras áreas, como a apresentada com a Biblioteconomia também é fruto de um processo próprio de amadurecimento do curso em questão, que se afastou da História, disciplina com quem mantinha uma relação mais próxima devido ao seu contexto de criação. Enfim, não se trata de negar ou “demonizar” a influência de outras áreas. A Arquivologia precisa do aporte de conhecimentos de várias áreas, entre elas a Biblioteconomia, a Ciência da Informação, o Direito e a Administração. Além disso, aproveitar a capacidade já instalada na unidade que abriga o curso é aspecto estratégico, cooperar e dialogar de modo respeitoso com outras áreas sem perder a identidade enquanto área do conhecimento denota amadurecimento.

1.3 ANÁLISE DAS MODIFICAÇÕES IMPLEMENTADAS NAS MATRIZES CURRICULARES

Foram encaminhadas aos coordenadores de cursos duas questões relativas a possíveis mudanças realizadas nas matrizes curriculares nos últimos anos. As perguntas foram as seguintes: **Houve alguma alteração curricular no curso de Arquivologia que tenha modificado a frequência dos conteúdos específicos ministrados, seja em disciplinas obrigatórias ou optativas? Houve alguma alteração curricular no curso de Arquivologia que tenha modificado a frequência dos conteúdos interdisciplinares ministrados, seja em disciplinas obrigatórias ou optativas?**

Quanto a alterações curriculares que tenham modificado a frequência dos conteúdos específicos ministrados, seis cursos responderam que sim, houve alterações, e nove responderam que não. Por sua vez, quando perguntado se houve alguma alteração curricular que tenha modificado a frequência dos conteúdos interdisciplinares ministrados, cinco cursos disseram que sim e dez disseram que não. Em relação às modificações e ações realizadas no âmbito dos cursos que responderam sim (na primeira questão e/ou na segunda), foi possível observar o seguinte quadro geral:

- a) criação disciplinas (obrigatórias e optativas);
- b) extinção do um núcleo comum (biblioteconomia/ciência da informação, arquivologia e museologia);
- c) criação de um núcleo comum (biblioteconomia/ciência da informação) e um núcleo específico (arquivologia);
- d) equilíbrio entre conteúdos específicos e interdisciplinares (obrigatórios e optativos);
- e) revisão de nomes de disciplinas (associados às funções arquivísticas, sendo menos genéricos e mais específicos);
- f) revisão de ementas;
- g) transformação de disciplinas obrigatórias em optativas, e vice-versa;
- h) revisão da ordem da oferta das disciplinas;
- i) debate acerca da necessidade de pré-requisitos;
- j) inclusão de conteúdos atuais para acompanhar as tendências de ensino, pesquisa e extensão em Arquivologia; e
- k) inclusão de conteúdos atuais para atender às novas demandas do mercado de trabalho.

Em se tratando dos conteúdos específicos, foram citadas a criação de disciplinas abrangendo as seguintes temáticas: Legislação arquivística; Patrimônio arquivístico;

Gestão de projetos arquivísticos; Funções arquivísticas e práticas de gestão de documentos; Gestão de documentos; Funções arquivísticas (classificação, avaliação e descrição); Práticas de gestão de documentos aplicadas aos arquivos especiais; Práticas de gestão de documentos aplicadas aos arquivos especializados; Aplicação de conteúdos interdisciplinares na Arquivologia (Informática, Ética, Direito, História, Ciência da Informação, Estatística, Segurança do trabalho).

Quanto aos conteúdos interdisciplinares, foram citadas a criação de disciplinas relacionadas aos seguintes domínios/áreas:

- a) Direito - público e privado, eletrônico;
- b) Administração - fundamentos, empreendedorismo, organização, sistemas e métodos, gestão da qualidade, planejamento estratégico;
- c) Ciência da Informação e Biblioteconomia - fundamentos, arquitetura da informação, teoria da informação, fontes de informação, organização do conhecimento, sociedade da informação, recuperação da informação, representação temática, representação descritiva, competência informacional, estudos métricos da informação, marketing da informação;
- d) Informática - banco de dados, recursos web, gestão de tecnologias, acessibilidade e inclusão digital, preservação digital;
- e) Lógica;
- f) Leitura e produção de textos;
- g) História - Brasil contemporâneo; e
- h) Comunicação - libras, comunicação organizacional.

É importante tecer alguns comentários em relação às modificações/ações relativas à criação e à extinção de um núcleo comum.

Um curso informou que uma das modificações realizadas foi a extinção do núcleo (Biblioteconomia/Ciência da Informação, Arquivologia e Museologia) existente, tendo como referências os estudos, metodologias e considerações realizadas no âmbito da REPARQ. Tal mudança aconteceu mediante dois movimentos: I – Em relação às disciplinas e à matriz curricular e II – Em relação ao perfil docente.

Quanto às disciplinas e à matriz curricular foram efetuadas as seguintes ações:

- a) criação ou extinção de disciplinas;
- b) equilíbrio entre conteúdos específicos e interdisciplinares (obrigatórios e optativos);
- c) revisão de nomes de disciplinas (associados às funções arquivísticas);
- d) revisão de ementas;
- e) transformação de disciplinas obrigatórias em optativas, e vice-versa;
- f) revisão da ordem da oferta das disciplinas;
- g) debate acerca da necessidade de pré-requisitos;
- h) inclusão de conteúdos atuais para acompanhar as tendências de ensino, pesquisa e extensão em Arquivologia; e
- i) inclusão de conteúdos atuais para atender às novas demandas do mercado de trabalho.

Quanto ao perfil docente, as ações foram as seguintes:

- a) reaproveitamento de recursos humanos (de conhecimento e/ou expertise); e
- b) incentivo à atualização e contratação de novos docentes com perfis específicos.

Por outro lado, dois cursos informaram que entre as mudanças curriculares por eles implementadas destaca-se a criação de um núcleo comum (Biblioteconomia/Ciência da Informação) e um núcleo específico (Arquivologia). Em um dos casos, as disciplinas do núcleo comum são ministradas nos primeiros quatro semestres, sendo consideradas disciplinas

interdisciplinares, preparatórias que são vinculadas à Biblioteconomia/Ciência da Informação; por sua vez as disciplinas do núcleo específico são ministradas nos últimos quatro semestres. Como se percebe, no curso em questão, o contato do discente com os conteúdos específicos da Arquivologia só acontece depois da metade do curso. No segundo caso, as disciplinas do núcleo comum também estão concentradas nos primeiros quatro semestres. Porém o discente tem um contato restrito com Arquivologia nestes primeiros quatro semestres, quando é oferecida, por semestre, uma única disciplina de 60 horas com conteúdos específicos ou duas de 30 horas.

Sobre os dois cenários apresentados acima, é importante colocarmos em pauta os seguintes questionamentos: Um núcleo comum que contempla metade do curso é adequado? Um curso de graduação em Arquivologia tem como finalidade (1) formar bacharéis em Arquivologia ou (2) formar profissionais de informação com habilitação/especialização em Arquivologia? Isso é um reflexo da institucionalização e do desenvolvimento da Arquivologia brasileira? Trata-se de um reaproveitamento de recursos (perfil dos professores e da instituição, por exemplo)? Diante de tais questionamentos é importante considerar que: não ter um núcleo comum, não significa formar profissionais que não dialoguem com as outras áreas.

1.4 ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PESQUISA PARA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

A parte final do questionário procurou primeiramente identificar com os coordenadores o impacto da pesquisa sobre harmonização curricular e as discussões estabelecidas no âmbito das reuniões da REPARQ em seus locais de atuação. As perguntas foram as seguintes: **As discussões estabelecidas no âmbito das reuniões da REPARQ e a pesquisa sobre harmonização curricular foram, em algum momento, subsídio para as alterações curriculares (se houver) ou para análise do currículo existente? A metodologia para reestruturação curricular e as categorias**

de análise foram base para alguma discussão na instituição sobre o currículo existente ou sobre alguma

De maneira geral, fica evidente a importância das discussões nas REPARQs acerca do tema. Das 15 respostas recebidas, 11 afirmaram que as discussões estabelecidas no âmbito das reuniões da REPARQ e a pesquisa sobre harmonização curricular foram, em algum momento, subsídio para as alterações curriculares ou para análise do currículo existente. Neste ponto – fique claro – não se tratava de aplicar efetivamente a metodologia, mas de utilizar os resultados e os temas abordados nas reuniões como mote para as discussões locais.

As instituições aproveitaram as discussões e a pesquisa da seguinte maneira:

- a) entendimento e compreensão das outras realidades existentes;
- b) utilização dos dados para fomentar as reuniões nas unidades de ensino;
- c) utilização dos dados como comparação com as outras realidades existentes;
- d) avaliação da empregabilidade dos egressos;
- e) análise e definição do perfil do egresso desejado;
- f) sistematização de dados para apresentação a outras instâncias da universidade como justificativa de novas vagas para professores com formação específica.

É possível afirmar, portanto, que as contribuições das discussões no âmbito da REPARQ e da metodologia passam pela compreensão das realidades brasileiras dos cursos de Arquivologia; caminham em direção de uma reflexão da realidade local, tanto sobre a formação quanto sobre as reais necessidades do mercado; e terminam em uma utilização mais administrativa e estratégica.

Embora tenha contribuído, a metodologia, de maneira geral, não foi aplicada (ou reaplicada) internamente nas unidades de ensino, com exceção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A não utilização da metodologia pode estar vinculada ao fato de que foram os próprios cursos

os fornecedores dos dados e as análises, dessa maneira, ficaram confiáveis e já puderam ser utilizadas ou os cursos não apreenderam a metodologia a ponto de aplicarem novamente em uma perspectiva mais local.

Somente um curso afirmou que a metodologia foi reaplicada para sistematização e análise dos dados. Nos demais casos utilizados (três outros cursos afirmaram ter utilizado) a metodologia (mais precisamente os resultados apresentados pela pesquisa) só mostrou que havia necessidade de alguma ação com relação ao currículo implementado, ou seja, não houve nova aplicação, mas utilização dos dados e análises da pesquisa.

Em um segundo momento, procurou-se identificar cursos que tivessem passado por alterações curriculares e que estivessem interessados em nova avaliação e, principalmente, buscou-se levantar o entendimento sobre “harmonização curricular” que se tinha construído ao longo dos últimos anos da pesquisa. As perguntas, neste ponto, eram as seguintes: **Caso tenha havido alguma alteração no currículo, o curso estaria interessado em nova categorização? Na sua opinião, o que é harmonização curricular? Essa harmonização curricular seria possível no contexto dos currículos de Arquivologia existentes hoje no Brasil?**

Sobre a necessidade de nova aplicação da metodologia, apenas três instituições se interessaram pelos dados; duas delas não responderam e outras sete disseram não haver necessidade.

Com relação à resposta sobre a expressão harmonização curricular, o termo “harmonização” foi definido por alguns coordenadores e as palavras abaixo são as recorrentes nas definições individuais:

- a) ajuste;
- b) consenso;
- c) acordo;
- d) aproximação;
- e) alinhamento;
- f) diálogo;

g) base.

Os termos sugerem, mais que uma definição objetiva e fechada de harmonização, um processo de compreensão e diálogo pela/para a área. A definição representa um movimento construído nos encontros das REPARQs.

Por outro lado, quando os coordenadores mencionavam o que não era “harmonização”, os termos recorrentes foram:

- a) homogeneização;
- b) padronização.

Parece haver certo consenso no entendimento de que não é possível ter um mesmo currículo de Arquivologia ministrado no país inteiro. Se por um lado, essa prática facilitaria a mobilidade de discentes, por outro, ela negligenciaria uma série de questões locais e estruturais de cada instituição de ensino.

Das respostas recolhidas, como objetivos da harmonização curricular, as respostas sugerem:

- a) garantir mobilidade dos discentes;
- b) criar linhas de formação na área;
- c) formar identidade da Arquivologia brasileira.

Figura 1 - Harmonização curricular nos cursos de Arquivologia.



Fonte: Dados da pesquisa.

Pelas respostas, a visão mais restrita – importante, mas muito vinculada à prática – sobre harmonização, que mobilizou em 2011 a pesquisa no âmbito da REPARQ, e que se referia à mobilidade de alunos entre os cursos pelo país, deu lugar ou foi acrescida de duas importantes considerações: que quando discutimos harmonização curricular estamos, de maneira mais ampliada, identificando que caminhos de formação as universidades podem trilhar na Arquivologia e, conseqüentemente, criar uma identidade própria, que podemos chamar de “identidade do locus de formação em

Arquivologia” e; de uma maneira geral, definir características do ensino de Arquivologia no Brasil.

Um aluno pode optar por uma formação mais voltada à tecnologia, no sul do país, por exemplo, mas ele sabe que, de maneira geral, no Brasil, todos os cursos de Arquivologia têm disciplinas voltadas à gestão de documentos, estruturadas pelas atividades da profissão: descrição, classificação, avaliação etc.

Fica claro, que a harmonização parte do entendimento do locus de ensino, principalmente no que se refere a otimização e aproveitamentos dos recursos da unidade de ensino, mas que precisa estar conectada com as características gerais nacionais.

A mobilidade parece ser uma decisão do discente, que terá que arcar com as suas consequências, pois ao optar pela mudança de unidade de ensino ele terá que compreender e se adaptar ao caminho de formação trilhado pela instituição.

Por outro lado, o conhecimento das características próprias de cada curso de Arquivologia espalhado pelo país, das linhas de formação possíveis e da identidade da Arquivologia no Brasil, minimizou a ansiedade inicial de que Arquivologia estávamos ensinando e praticando no país.

Por fim, a implementação da harmonização curricular não é vista com olhos muito otimistas. Os respondentes percebem que há uma dificuldade de implementação devido às diferenças e contextos locais, principalmente no que se refere às configurações acadêmico-institucionais. Muitos coordenadores têm dificuldade de enxergar a implementação na prática, a não ser em conteúdos muito específicos (como gestão de documentos e arquivos permanentes, por exemplo) e, nesses casos, mais na definição das ementas.

Por fim, uma última questão procurou saber “como, na visão do coordenador, foi ter o currículo de Arquivologia da sua instituição conhecido por todo o país e como foi a experiência de conhecer com mais detalhes os demais currículos existentes”. Para os coordenadores, os benefícios encontrados foram:

- a) avaliar comparativamente os currículos de Arquivologia existentes;
- b) estimular a discussão coletiva e possibilitar a troca de visões sobre a formação de Arquivologia no país;
- c) aperfeiçoar e realizar alterações nos currículos implementados;
- d) inspirar uma uniformização do ensino e adequar linhas de pesquisas;
- e) pensar de uma forma mais harmônica a formação e a relação professor/aluno;
- f) compreender que não há um currículo ideal a ser buscado e que não há curso melhor ou pior;
- g) compreender que os cursos se configuram em função de seu contexto e qualquer proposta de reestruturação curricular tem que ser pautada pelas possibilidades que esse contexto oferece;
- h) servir de subsídios para estudos, discussões e práticas de ensino de Arquivologia e, até mesmo, de outras áreas do conhecimento;
- i) verificar coletivamente as falhas e as potencialidades de cada curso;
- j) proporcionar uma análise pormenorizada de cada currículo e, conseqüentemente, uma análise crítica por parte dos demais professores e pesquisadores;
- k) compreender e pensar sobre o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa aqui apresentada e consolidada, os autores puderam tecer as seguintes considerações: A respeito da metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia, apresentada no primeiro capítulo, considera-se que ela se mostrou benéfica, sobretudo, pela otimização das reuniões. Através dos procedimentos metodológicos apresentados, foi possível definir antecipada e adequadamente as pautas dos encontros, as dinâmicas utilizadas durante o processo e os encaminhamentos para as próximas reuniões. Além disso, mostrou-se bastante objetiva, permitindo a participação de cada um dos professores envolvidos, que puderam opinar, sugerir e criticar. Proporcionou, também, o trabalho em grupo, de maneira que não é possível definir que a opinião, sugestão ou crítica pertence a determinado integrante do grupo. Destaca-se a fase 5, em que todos puderam manifestar-se e registrar a maneira como concebiam a grade curricular do curso de Arquivologia para a ECI/UFMG.

Dessa maneira, a metodologia permitiu, ao mesmo tempo, o anonimato e a construção coletiva, alcançando-se mais facilmente o consenso, mesmo que houvesse muitas discussões e debates. Os instrumentos utilizados em nenhum momento substituíram a defesa apaixonada de pontos de vista, a polêmica e o exame minucioso de cada uma dessas questões, tão comuns nas reuniões de reestruturação curricular. Esses procedimentos culminaram em um produto do qual não se pode estabelecer um proprietário, a não ser o próprio grupo.

Cabe ainda ressaltar outros benefícios da metodologia aqui apresentada: a flexibilidade e o seu poder de comparação. A qualquer momento, o mesmo currículo poderá ser reavaliado, incorporando-se à metodologia novos instrumentos ou fases, e, da mesma forma, outros currículos

da área poderão ser avaliados e comparados. Nada impede, inclusive, que a mesma metodologia seja aplicada a outras áreas do conhecimento, logicamente com as adequações necessárias quanto às exigências epistemológicas e pragmáticas inerentes a cada uma delas.

Algumas questões podem ser sugeridas como melhorias e, dentre elas, vale destacar que a participação do discente não foi considerada em nenhuma das fases e se sabe que o aluno é um ator muito importante no processo de reestruturação curricular.

Além disso, é necessária a incorporação de uma fase de motivação para os professores que estarão envolvidos na aplicação da metodologia, com a intenção de que entendam melhor as etapas e que se sintam mais tranquilos para partilhar suas opiniões, julgamentos e reflexões. Sabe-se que o envolvimento e o comprometimento variam de acordo com o indivíduo, mas é sempre importante estimular a participação de todos.

Permanece, ainda, o desafio de consolidar e levar a proposta aos diversos cursos e às demais instâncias educativas (Colegiado, Congregação, Pró-reitoria de Graduação, Ministério da Educação e outras) e dar cabo do processo para que, cada vez mais e sempre, o currículo de Arquivologia atenda às demandas educacionais, sociais, políticas, econômicas e geográficas que o contextualizam.

A utilização da metodologia para fins de reestruturação curricular é uma possível contribuição. Contudo, a riqueza das discussões produzidas ao longo das REPARQs tornou todos mais conscientes da importância de se colaborar na construção da Arquivologia no Brasil e mostrou que isso é possível.

Prosseguindo, é importante destacar que, ao retratar a incidência dos conteúdos abordados nos cursos de Arquivologia brasileiros, o capítulo 2 evidenciou que, na ocasião, não existia equilíbrio. Também é perceptível que não existia padrão em relação à distribuição dos conteúdos específicos e interdisciplinares entre disciplinas obrigatórias e optativas. Neste quesito, surgem diversas indagações: qual

seria o padrão desejável? No Brasil são oferecidos cursos de Arquivologia que têm os conhecimentos técnico-científicos arquivísticos como núcleo e/ou ponto de partida e que consideram as relações desta disciplina com outras disciplinas ou cursos multidisciplinares? A impressão que ficou, à época da pesquisa, é que tínhamos, aparentemente, cursos multidisciplinares - que colocam em conjunto vários pontos de vista, de forma paralela e fragmentados, em diversas disciplinas, de maneira que cada uma delas contribui com informações e conteúdos próprios do seu campo de conhecimento.

Segundo o entendimento dos autores deste trabalho, as perguntas não se encerram por aqui, haja vista que, nos acordos para a harmonização, é importante encontrar respostas para outros questionamentos, como: queremos todas as categorias testadas neste estudo nos diversos cursos de arquivologia do Brasil com as mesmas proporções? Se sim, algumas delas merecem maior investimento? Algumas merecem ficar no centro e outras na periferia do campo da Arquivologia? Temos um retrato que nos mostra quantitativamente, em um curso temporal, a frequência dos conteúdos, mas não as intensidades. Seria interessante estabelecer padrões e margens de desvios? Quais critérios podem ser usados?

Levando adiante as considerações, cabe aqui destacar que, os resultados amplamente discutidos no capítulo 3 foram apresentados no encontro do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, ocorrido em outubro de 2014, no VI Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em Santa Maria. Na ocasião, percebeu-se, a partir das discussões dos pares, a possibilidade de uma análise mais genérica, que abrangesse os demais cursos do país, para que fosse possível comparar as influências das configurações acadêmico-institucionais, do mercado laboral e do perfil docente das instituições de ensino na estruturação ou reestruturação curricular de cursos de graduação em Arquivologia.

Ficou clara, pelos resultados apresentados e pela apreciação do grupo na ocasião, a importância dos dados

analisados para um entendimento mais amplo da formação arquivística, principalmente no que se refere ao perfil do docente da área. Além disso, com a coleta de dados ampliada, acreditava-se que seria possível melhorar o conhecimento de como a formação em Arquivologia vinha se estruturando no Brasil e de quem eram os professores que ensinavam Arquivologia no país. Esta ampliação foi realizada e encontra-se apresentada no capítulo 4.

Ainda em relação ao capítulo 3, cabe aqui realçar que, a análise relativa ao contexto regional mostrou-se complexa, tendo em vista a dificuldade na obtenção dos dados, a capilaridade das fontes de informação oficiais e, principalmente, o desafio que é relacionar os dados obtidos com a realidade da formação curricular instalada. De qualquer forma, a análise é importante para estruturar ou reestruturar currículos, mas ficou evidente que pouco se poderá extrair quando se comparar dados dos contextos regionais dos demais cursos do país.

Ademais, a partir da análise dos contextos regionais, restaram novas perguntas: Regiões mais ricas têm mais cursos de Arquivologia? Regiões com PIB mais alto ou com IDH acima da média do país têm capacidade de absorver melhor os egressos? Como esses índices podem influenciar a formação do aluno de Arquivologia? Regiões que possuem suas economias concentradas no setor de serviços devem estruturar o currículo do curso de Arquivologia de forma diferente daquelas que têm a economia baseada na agricultura ou no setor industrial? É necessário que o tratamento desses dados seja avaliado em outra oportunidade de reunião entre pesquisadores da área para que possam ser melhor utilizados na pesquisa, uma vez que, de alguma maneira, influenciam a formação do discente. Além disso, é preciso pensar em parceria com outras áreas do conhecimento para que essa análise seja melhor conduzida e aprofundada com a especificidade que merece.

Os instrumentos testados cumpriram a função de auxiliar a metodologia de análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia, sob a perspectiva mais

abrangente de se considerar não só as disciplinas inerentes a um curso dessa área, mas também as necessidades institucionais e regionais. Por fim, por meio dos dados e discussões apresentados no capítulo 3, novos pontos foram incorporados à discussão de harmonização curricular e o estudo da formação em Arquivologia foi ampliado pelas questões da estrutura e especificidade da unidade de ensino e do perfil docente.

Tendo em vista os resultados apresentados no quarto capítulo e aqueles obtidos nas etapas anteriores da pesquisa, foi possível visualizar:

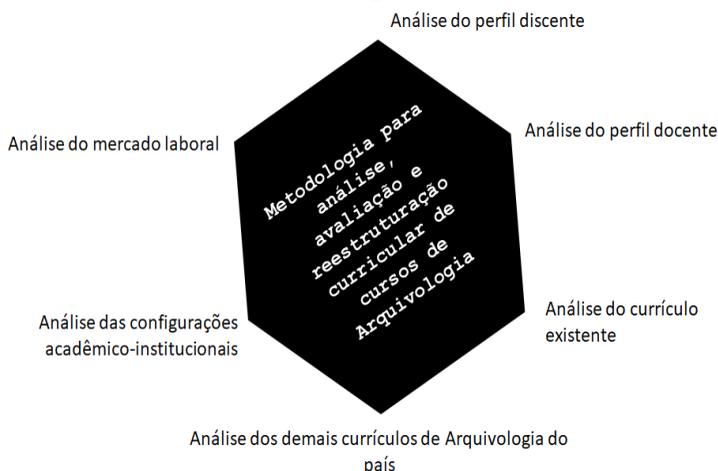
- (1) um mapa conceitual que permeia as matrizes curriculares dos cursos de Arquivologia do Brasil, a pesquisa, a extensão e a produção realizadas pelos docentes, no período da pesquisa;
- (2) um retrato da formação e atuação dos docentes e das configurações acadêmico-institucionais dos cursos de Arquivologia no Brasil, na ocasião;
- (3) alguns estudos dos perfis dos discentes de Arquivologia no Brasil, realizados por diversos autores nos últimos anos. Conseqüentemente, foi possível visualizar as semelhanças e diferenças entre os currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil, considerando os diversos aspectos e ângulos, as convergências e divergências, as concentrações e as dispersões.

Também foi possível perceber que as categorias testadas nas diversas etapas do estudo permitiam visualizar, de maneira global, as áreas da Arquivologia e interdisciplinares cobertas e descobertas. Assim, pode-se afirmar que, com muita e/ou com pouca frequência, as disciplinas, os projetos de pesquisa e extensão e a produção dos docentes perpassam o mapa conceitual estabelecido. Dessa forma, acredita-se que tal mapa pode ser um ponto de partida para se pensar, repensar e acordar os cursos de Arquivologia brasileiros.

Por fim, o quinto e último capítulo, demonstra que o fechamento da pesquisa que se iniciou em 2010 traz algumas respostas, sem, contudo, trazer certezas ou modelos.

Uma questão importante está relacionada à reestruturação curricular e a harmonização curricular: a primeira deve prever e prover, na medida do possível, a segunda. Para tanto, recomenda-se que a metodologia para a promoção da reestruturação curricular considere 5 eixos ou vértices de análise (Figura 1):

Figura 1 - Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia.



Fonte: Dados da pesquisa.

- 1) Análise do currículo existente do curso, pois o resultado representa um diagnóstico do currículo existente, capaz de demonstrar como as disciplinas específicas (obrigatórias e optativas) da Arquivologia estão sendo contempladas no curso e, principalmente, como as outras áreas, correlatas à Arquivologia, tem se distribuído no currículo. Estas informações são importantes para subsidiar as discussões e fortalecer os

- argumentos para mudanças e adequações na grade curricular.
- 2) Análise dos demais currículos de Arquivologia do país, pois representa um levantamento dos conteúdos curriculares abordados em todos os cursos de Arquivologia com vistas à mobilidade de alunos entre os cursos pelo país, à identificação dos caminhos de formação que as universidades podem trilhar na Arquivologia e à compreensão, de uma maneira geral, das características do ensino de Arquivologia no Brasil. Ou seja, trata-se de antever como o curso pode estar conectado com as características gerais nacionais. Tal análise é importante para harmonização do currículo em reestruturação com os outros cursos de Arquivologia.
 - 3) Análise do perfil docente, pois o resultado de tal estudo é fundamental para o entendimento da dinâmica do curso, uma vez que se entende que o docente tem papel central na construção e na implementação do currículo escrito já que são os responsáveis pela operacionalização do currículo escrito na prática da sala de aula. Tal análise é importante para harmonização do currículo em reestruturação com o perfil dos docentes disponíveis.
 - 4) Análise das configurações acadêmico institucionais, pois representa um mapeamento dos fatores que integram as instituições acadêmicas e que influenciam nas definições e na estruturação do curso de Arquivologia, ou seja, o locus de formação no qual o currículo escrito será desenvolvido. Tal análise é importante para harmonização do currículo em reestruturação com as configurações acadêmico institucionais disponíveis.
 - 5) Análise do mercado laboral, pois é importante entender que tipo de profissionais, a sociedade

demanda, ou seja, com quais conhecimentos, habilidades e competências. É importante visualizar quais serão os papéis sociais destes profissionais, tendo em vista as demandas conjunturais e circunstanciais, as oportunidades e ameaças presentes, as tecnologias disponíveis e os seus impactos e desafios. Tal análise é importante para harmonização do currículo em reestruturação com o mercado laboral, regional e nacional.

- 6) Análise do perfil discente, primeiro porque é importante perceber que o currículo escrito por ser destinado aos discentes, deve ser adaptado para eles, considerando suas características, suas demandas e suas expectativas. Destaca-se que é importante perceber que tipo de profissionais os discentes querem ser, que competências e habilidades querem desenvolver. Tal análise é importante para harmonização do currículo em reestruturação com o perfil dos discentes.

Além disso, diante dos dados e análises apresentados ao longo do capítulo 5, surge o seguinte questionamento: na atual conjuntura, é possível uma harmonização curricular dos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil? Esta pergunta suscita outras reflexões e questionamentos que são importantes registrar aqui.

Primeiramente, é importante destacar que, conforme foi observado ao longo do trabalho e expresso por coordenadores de cursos, não se harmoniza homogeneizando. Harmonizar significa conciliar, entrar em acordo, combinar. Não se trata de equalizar, ou seja, tornar uniforme ou igual nem fornecer uma prescrição para o que seja ideal. Para que os cursos de Arquivologia do Brasil estejam em harmonia, é necessário firmar acordos entre diversas instâncias: universidades, corpos docentes de cada curso, pares da área de arquivologia e outras. Todavia, diante disso, surgem as seguintes questões: Onde estão/estarão os

pares da área de arquivologia? No grupo da REPARQ? Na futura Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia? Que tipos de acordos podem ser estabelecidos? É preciso estabelecer diálogos e firmar envolver as diversas instâncias: universidades, corpos docentes de cada curso, pares da área de Arquivologia e outras. Esta pesquisa apontou que, nos possíveis acordos, é importante respeitar as especificidades regionais, o perfil de cada universidade, de cada corpo docente, dos discentes e as demandas dos mercados de trabalho.

Por onde começar? Em qual instância? Pelas universidades, pelos cursos, pelos pares ou pelos docentes? No Fórum de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ)? Em uma futura Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia? Em que investir primeiro? Na configuração acadêmico-institucional de cada curso? No perfil dos docentes? Nas matrizes curriculares? Ou nas três instâncias ao mesmo tempo?

Prosseguindo, é importante refletir sobre mais alguns pontos: no escopo da busca por harmonia, o equilíbrio é desejável e necessário? Se sim, seria possível um equilíbrio mesmo diante das variáveis aqui levantadas? Pode-se deduzir que as intensidades dos conteúdos também apresentam um desequilíbrio? Se sim, neste último quesito, o equilíbrio também é desejável e necessário? Estamos em busca de um padrão e de margens de desvios desejáveis

Talvez fosse mais interessante refletir, inicialmente, sobre que Arquivologia pretendemos ser, fazer e ensinar no Brasil para, em seguida, construirmos os acordos em busca da harmonização. Entretanto, destaca-se que, nesses acordos, é importante respeitar as especificidades regionais, o perfil de cada universidade, de cada corpo docente, dos discentes e as demandas dos mercados de trabalho.

Como se percebe, as perguntas são muitas, e as respostas, necessárias. É importante ressaltar que este estudo representa apenas um retrato parcial e temporal da realidade brasileira em relação ao ensino da Arquivologia na graduação. Não se pode deixar de considerar que um currículo

não compreende apenas conteúdos, mas um curso a ser seguido e uma construção social - em nível da prescrição, do processo e da prática – que tem como objetivo promover a formação do aluno.

O retrato da Arquivologia brasileira produzido pela pesquisa nos mostrou quem éramos à época, considerando nossa diversidade expressa nas especificidades de cada curso, reflexo das diferentes configurações acadêmico-institucionais, dos diferentes perfis docentes, dos contextos regionais e do mercado laboral.

Hoje, a área pode contar, com a finalização da pesquisa realizada e aqui consolidada, com um mapeamento, apesar de temporal, pormenorizado dos cursos espalhados pelo país, construído por meio de uma metodologia participativa que envolveu coordenadores de todos os cursos. A construção das categorias de análise, refinada coletivamente durante o V Congresso Nacional de Arquivologia, em Salvador, em 2012, constituiu-se em uma importante contribuição. Sem o envolvimento e a confiança dos coordenadores e docentes dos cursos, o trabalho não teria o impacto que teve.

Ao longo da pesquisa, críticas dos pares fizeram o trabalho crescer e ganhar corpo. Da mesma maneira que nunca se pretendeu trazer uma resposta ou uma prescrição para um modelo de currículo ou de curso ideal, a metodologia não pretende trazer uma palavra final. O caminho construído talvez tenha sido mais importante que os resultados obtidos. A cooperação que se estabeleceu ao longo desses anos deve ser o legado desse trabalho. A Arquivologia brasileira tem grande potencial de desenvolvimento com base na cooperação entre os diversos cursos, as diversas regiões e as diversas formações de seus docentes.

A metodologia e os resultados agora são da comunidade arquivística e aguardam, a partir de novos olhares, novas leituras e interpretações, críticas e sua própria reconstrução.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L.; ARAÚJO, C. A. Á.; LOURENÇO, C. A. *Projeto pedagógico do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG*. Belo Horizonte, 2008. 27 f. Não publicado.

ARAUJO, N. C. de; BARTALO, L.; LUNARDELLI, R. S. A. O Curso de Arquivologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). *In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. *In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5.*, Salvador, 2012. *Anais...* Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.enara.org.br/cna2012/anais/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A. Da Arquivologia que fazemos para a Arquivologia que queremos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 3.*, Salvador, 2013. *Anais...* Salvador, 2013.

ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A. Influências na estruturação de currículos de Arquivologia: as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional, o mercado laboral e o perfil docente. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 20, n. 2, p. 3 p. 172-197, abr./jun 2015.

BAHIA, E. M. dos S.; SOUZA, F. das C.; BLATTAMAN, U. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. A formação e a pesquisa em arquivologia*

nas universidades públicas brasileiras. Brasília: Thesaurus, 2011.

BARRANCOS, J. E. O Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

BIZELLO, M. L.; MADIO, T. C. C. O Curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Marília). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995*. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 nov. 1995.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *REUNI- Reestruturação e expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais*. Ago. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2012.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013*. Altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nos 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei no 12.550, de 15 de

dezembro de 2011; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 set. 2013.

BRITO, R. Z. L. de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

CASTANHO, D. M.; SILVA, R. B. P. da. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2001.

CASTRO, A. M. *Arquivo no Brasil e na Europa*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1973.

CASTRO, A. M. *Arquivologia: sua trajetória no Brasil*. Brasília: Stilo, 2008.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. Mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano 22, n. 75, ago. 2011.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 15 a 20 de outubro de 1972. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: AAB, 1972.

CONRADO, F. H.; TEIXEIRA, M. do R. F. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). *Sobre a plataforma*. 2014. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 21 jul. 2014.

COSTA, L. C. Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação. *In*: RODRIGUES, G. M.; COSTA, M. G. da. *Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil – epistemologia, formação, preservação, uso e acesso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 125-150.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. São Paulo: Finatec, 1999.

DAURA, A. P.; GALVÃO, M. C. B. O perfil docente e a interdisciplinaridade: estudando os cursos de graduação do campo da Ciência da Informação no Brasil. *Revista Edicic*, v. 1, n. 3, p. 229-247, Jul./Set. 2011.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FREIXO, A. L. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *In*: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. 2010? Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=310620&search=minas-gerais|belo-horizonte|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 15 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*. Brasília: IBGE, 2011.

Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). População. *Belo Horizonte*: panorama. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=310620&search=minas-gerais|belo-horizonte|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 15 out. 2014.

JAPIASSÚ, H. MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LIMA, R. M. de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MALVERDES, A.; MORAES, M. F. D. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MARIZ, A. C. A.; SILVA, S. C. A. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do [Estado do] Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MARIZ, A. C. Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.). *Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

MARQUES, A. A. da C. *Os espaços e dos diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007.

298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em arquivologia no Brasil. *In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. (Org.). Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.* Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras. Brasília: Thesaurus, 2011.

MINAS GERAIS. Universidade Federal. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPE. Câmara de Graduação. *Parecer n. 304/2008.* Belo Horizonte, 2 out. 2008.

MINAS GERAIS. Universidade Federal. Escola de Ciência da Informação. *Projeto pedagógico do curso de arquivologia.* Belo Horizonte, 2011. 181 f. Não publicado.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. *In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. (Org.). Currículo, cultura e sociedade.* 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 1995.

NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C. Da Arquivologia que fazemos para a Arquivologia que queremos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 3.,* Salvador, 2013. *Anais...* Salvador, 2013. [Não publicado].

NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. *In: Congresso Nacional de Arquivologia, 5.,* Salvador, 2012. *Anais...* Salvador: AABA/ENARA, 2012.

OLIVEIRA, H. de. A formação do arquivista na Universidade de Brasília e as habilidades profissionais demandadas pelo mercado de trabalho da capital federal. *In*: RODRIGUES, G. M.; COSTA, M. G. da. *Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil – epistemologia, formação, preservação, uso e acesso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 99-123.

PAIVA, M. de A. M. de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *In*: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

PAIVA, M. A. M. de; NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A. O perfil dos alunos do curso de graduação em Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG. *In*: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: AAERJ; Móbile, 2012. p. 251-268.

REUNIÃO DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (REPARQ), 3., Salvador, 2013. *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil: recomendações e moções*. [Salvador, 2013]. Não publicado.

RIFKEN, J. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron, 1995 apud CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. Mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano 22, n. 75, ago. 2001.

RODRIGUES; A. C.; FIGUEIREDO, G. da R. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). *In*: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

SCHIAVON, C. G. B.; SILVA, R. de C. P. da. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, W. A. *Retrospectiva da Arquivística brasileira no século XX*. 2002. 100 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, W. A. *Zonas interdisciplinares entre a arquivologia e a ciência da informação: cartografia das práticas discursivas*. 2009. 254f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R. Harmonização curricular: análise das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos cursos de Arquivologia do Brasil. In: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia (Org.). *Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil: IV REPARQ*. Editora UFPB, João Pessoa, 2016.

SOUZA, K. I. M. de. *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, R. R. *Uma experiência de uso de mapas conceituais para avaliação de conhecimentos*. 2005. Disponível em: <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/smsi/2005/009.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2012.

TANUS, G. F. de S. C. *Cenário acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do*

Brasil. 242f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

VIEIRA, A. M.; ENSSLIN, S. R.; SILVA, H. A. S. da. Perfil da produção científica dos docentes dos departamentos de contabilidade de três universidades federais do sul do Brasil. *Reflexão Contábil*, UEM –Paraná, v. 30, n. 3, p. 44-59, set./dez. 2011.

SOBRE AUTORA E AUTORES

CINTIA APARECIDA CHAGAS

Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Mestra em Administração Pública, com ênfase em Tecnologias da Informação pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (2002). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016), com estágio pós-doutoral pela *Universidad de Salamanca*, Espanha (2019). Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2010. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS

Graduado em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2004). Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2007). Professor assistente do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) até agosto de 2013. Analista Legislativo (Bibliotecário) da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), onde atua na Gerência-Geral de Gestão de Processos e Normatização.

WELDER ANTÔNIO SILVA

Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) (2002). Especialista em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) (2004). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFMG) (2009). Doutor em Ciência da

Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2017). Professor Adjunto da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2010. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2020. Analista Legislativo (Arquivista) da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), onde atua como Gerente de Gestão Arquivística.

Trata-se de uma obra indispensável para todos aqueles que se dedicam ao tema, que vivenciam o ensino da Arquivologia, que atuam formando os profissionais arquivistas: os professores dos cursos que estarão desenhando os currículos em sua vivência do dia a dia, e os dirigentes dos cursos que vão definir, implementar e empreender reformas. Traduz-se também em uma base sólida para conseguirmos uma harmonização curricular que respeite as especificidades e diferenças necessárias a cada cenário que temos neste país, com realidades tão diversas. Além de um importante registro para os pesquisadores, que terão, no futuro, onde pesquisar sobre o ensino da Arquivologia brasileira da década de 2010.

Anna Carla Almeida Mariz
Prefaciadora



Programa
de Pós-Graduação
em **Ciência**
da **Informação**
UFMG